

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 11.816/2026

LICITAÇÃO: 90003/2026

UASG: 981167

PREÂMBULO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Piripiri - PI, com sede na Av. Deputado Raimundo Holanda, S/Nº - Morro da Saudade; CEP: 64260-000, por meio do sua Agente de Contratação e equipe de apoio, realizará a presente licitação, sob a modalidade de **Concorrência**, na forma **Eletrônica**, para a seleção de proposta mais vantajosa para a Concessão Administrativa para a modernização, otimização, operação e manutenção da rede de iluminação pública do Município de Piripiri, na qual estão incluídas todas as atividades direta e indiretamente relacionadas com a iluminação pública, de acordo com a Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre Parcerias Público-Privada; com a Lei Municipal nº 1.074, de 28 de outubro de 2025 que institui o Programa de Parceria Público-Privada no âmbito do Município de Piripiri com a Lei Federal n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que trata de Concessões de Serviços Públicos; com a Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; com a Resolução Normativa nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e, subsidiariamente, com a Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021 - Lei de Licitações e demais normas vigentes sobre a matéria, observadas as regras do presente Edital.

Edital de Licitação nº 03/2026

Modalidade: Concorrência Eletrônica

Critério de Julgamento: **TÉCNICA E PREÇO** com a melhor proposta em razão da combinação do menor valor da Contraprestação Mensal a ser paga pela administração pública, com o critério de melhor técnica, de acordo com o disposto no art. 12, inciso II, alínea "b", da Lei Federal no 11.079/2004.

Para fins de classificação final das propostas, serão observados os seguintes pesos:

- **Nota Técnica (NT): 50%**
- **Nota Comercial (NC): 50%**

A classificação das Licitantes será apurada pela seguinte **fórmula matemática objetiva**:

$$AF_{proponente} = (50\% * NT) + (NC * 50\%)$$

Onde:

AF proponente: Avaliação Final da PROPONENTE;

NT: Nota Técnica;

NC: Nota Comercial.

Será declarada vencedora a Licitante que obtiver a **maior Nota Final**, observadas as demais exigências deste Edital.

Disponibilidade do Edital: Dia 30/04/2026 às 08:00 horas (Horário de Brasília)

Sessão Pública: Dia 26/06/2026 às 10:00 horas (Horário de Brasília)

Objeto: Concessão administrativa para a modernização, otimização, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública, no município de Piripiri – PI.

Órgão Realizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPIRI

Endereço: Superintendência de Licitações e Contratos, Secretaria Municipal de Administração - Av. Deputado Raimundo Holanda, S/Nº - Morro da Saudade; CEP: 64260-000.

Horário de expediente: 08:00h às 13:30h (horário local)

Agente de Contratação: Diego Roelly Macedo Melo, Portaria Nº 268/2025

EQUIPE DE APOIO: Marcus Daniell Alves e Silva, Holayna Silva Fernandes, Mirele Suelen Martins Gregório, Francisca Rafaella da Silva Eleutério, Edinete Carvalho do Nascimento, Deoclécio Freire de Macedo Junior Portaria Nº 268/2025, de 22 de janeiro de 2025.

E-mail: copel.licitacao2021@gmail.com

Nas referências às normas aplicáveis no Brasil e às aplicáveis especialmente a este Edital estão abrangidas as normas subsequentes que as modifiquem ou substituam.

A Concessão administrativa está disciplinada pela Lei Municipal nº 1.074, de 28 de outubro de 2025 que institui o Programa de Parceria Público-Privada no Município de Píripíri, incluindo a prestação dos serviços de Iluminação Pública no Município, nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e dá outras providências. A licitação foi precedida de consulta pública, realizada no período entre 19 de novembro a 19 de dezembro de 2025, nos termos do art.10, inciso VI, da Lei Federal n. 11.079/2004.

A licitação será precedida de etapa de habilitação, e o critério de julgamento **TÉCNICA E PREÇO** com a melhor proposta em razão da combinação do menor valor da Contraprestação Mensal a ser paga pela administração pública, com o critério de melhor técnica, de acordo com o disposto no art. 12, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal n. 11.079/2004.

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DAS DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1 Para os fins do presente Edital, seus Anexos e do Contrato e sem prejuízo de outras previstas neste instrumento, são estabelecidas as seguintes definições básicas:

Adjudicação: ato pelo qual a autoridade competente do poder concedente conferirá à licitante vencedora o objeto da licitação;

Adjudicatário: licitante a qual será adjudicado o objeto da Licitação.

Anexos: todos os documentos integrantes deste Edital.

Bens Reversíveis: são todos os **Bens da Concessão**, tais como ativos das redes de alimentação (fiação, transformadores, disjuntores, fusíveis etc.) e operação e uso (luminárias públicas, braços, postes, etc.) de energia elétrica constantes, que serão utilizados durante a Concessão e, uma vez finda a concessão, retornarão ao Poder Concedente.

Centro de Controle Operacional (CCO): local destinado ao monitoramento e controle do Sistema Integrado, composto por

estrutura física, equipamentos e *softwares* de tecnologia da informação que permitem a gestão centralizada do parque de iluminação pública e de monitoramento, como o controle do patrimônio, a detecção de falhas nos pontos de iluminação pública, a medição remota do consumo de energia, priorização de atendimentos e intervenções em tempo real, além do registro de ocorrências, despacho e acompanhamento.

Agente de Contratação: Agente Instituído pela Prefeitura Municipal, que será responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e conduzir os procedimentos relativos à licitação.

Concessão: Concessão administrativa para a realização do objeto, outorgada à concessionária pelo prazo previsto no contrato.

Concessionária ou Contratada: Sociedade de Propósito Específico - SPE, a ser constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com a finalidade exclusiva de executar o objeto da concessão.

Consortado: sociedade, fundo de investimento ou pessoa jurídica integrante de consórcio Licitante.

Consórcio: grupo de empresas que se unem para agregar capacitação econômico-financeira e técnica-operacional para participação na licitação e, sendo vencedor, constituir-se em SPE.

Conta Garantia: é a conta corrente a ser aberta pelo poder concedente no agente fiduciário para garantia de cumprimento das obrigações deste contrato.

Contraprestação Mensal: valor que será pago mensalmente a concessionária pela execução do contrato, na forma prevista pelo contrato, conforme ofertada pela concessionária em sua proposta comercial.

Contraprestação Mensal Efetiva: valor que será efetivamente pago mensalmente a concessionária pela execução do contrato, após as apurações mensais do cumprimento dos índices de desempenho, e das receitas acessórias, na forma prevista pelo contrato.

Contratante: Município de Piripiri/PI.

Contrato: instrumento jurídico que estabelece direitos, deveres e obrigações, celebrado entre o Município e a Licitante vencedora, para a Concessão Administrativa do Sistema integrado de Iluminação Pública do Município de Piripiri, conforme ANEXO VI do edital — MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO.

Controlada: qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento cujo controle é exercido por outra pessoa jurídica ou fundo de investimento.

Controladora: qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento que exerça Controle sobre outra pessoa jurídica ou fundo de investimento.

COSIP: Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública prevista no art. 149-A da Constituição Federal e Lei Complementar Municipal nº 1.074, de 28 de outubro de 2025 e suas demais alterações e regulamentações.

Cronograma de Modernização: cronograma físico para a execução do objeto do contrato, conforme previsto no memorial técnico descritivo e proposta técnica.

Data da Eficácia: data em que o CONTRATO tornar-se-á plenamente eficaz, conforme item 2.3. do CONTRATO;

Distribuidora de Energia Elétrica: agente titular de Concessão Federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica.

Documentos de Habilitação: conjunto de documentos arrolados no presente Edital destinados a comprovar a habilitação jurídica,

a regularidade fiscal e trabalhista, a habilitação econômico-financeira e a capacidade técnica das licitantes.

Edital: o presente instrumento que contém o conjunto de instruções, regras e condições necessárias à orientação da Licitação.

Ferramenta Tecnológica / Sistema de Gerenciamento Informatizado e Georreferenciado: Programa de computador (*software*) para gerenciamento específico das atividades de operação e manutenção de parque de iluminação pública, que permite o cadastro de todas as unidades em base cartográfica georreferenciada, abertura e fechamento de ordens de serviço, teleatendimento, gestão de suprimentos, gestão de obras, gestão da manutenção, emissão de relatórios sobre os serviços realizados, e acesso dos dados via *web (internet)* através de usuário e senha.

Financiador: toda e qualquer instituição financeira, banco de fomento ou agência multilateral de crédito, que conceda financiamento à Concessionária para a execução do objeto do contrato.

Financiamento: todo e qualquer financiamento, eventualmente concedido à Concessionária, na forma de dívida para cumprimento das suas obrigações no âmbito do Contrato.

Fiscalização do Poder Concedente: é o processo dirigido por pessoa física ou jurídica designada ou contratada pelo Poder Concedente para fiscalizar a execução do contrato.

Garantia da Proposta: garantia fornecida pelas Licitantes como condição para participação na licitação, destinada a assegurar a manutenção da proposta comercial apresentada, em todos os seus termos, conforme o disposto neste Edital.

Garantia de Execução do Contrato: a garantia do fiel cumprimento das obrigações do contrato de concessão, a ser mantida pela Concessionária em favor do município de Piripiri, nos montantes e nos termos definidos no ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO e ANEXO VII - REQUISITOS DA GARANTIA CONTRATUAL.

Indicadores de Desempenho: conjunto de parâmetros, medidores da qualidade dos serviços prestados, que determinam o valor da Contraprestação Mensal Efetiva devida à Concessionária, estabelecidos no PROJETO BÁSICO (ANEXO I do Edital).

LED: O diodo emissor de luz também é conhecido pela sigla em inglês LED (*Light Emitting Diode*).

Licitação: Concorrência Pública de nº xx/2026 conduzida pelo Agente de Contratação, para selecionar, dentre as propostas apresentadas, a que melhor atenda ao interesse da Administração Pública, com base nos critérios previstos neste edital.

Licitante: qualquer pessoa jurídica, fundo de investimento ou Consórcio participante da licitação.

Manutenção Corretiva: tipo de manutenção que visa restaurar ou corrigir o funcionamento do equipamento após falha ou danos irreversíveis.

Manutenção Preditiva: a manutenção preditiva, também chamada de manutenção planejada, é aquela que visa realizar intervenções ou ajustes no equipamento quando necessário para evitar que o mesmo venha a falhar. Consiste em acompanhamento direto e constante, tornando possível prever falhas causadas por danos físicos ou elétricos, saber quando será necessário fazer uma intervenção e, então, realizar manutenções preditivas, por exemplo, controlando a quantidade de horas de uso de determinado equipamento.

Manutenção preventiva: é a manutenção realizada com a intenção de reduzir ou evitar o dano ou a queda no desempenho do equipamento. Para isso, utiliza-se um plano de manutenção antecipado com intervalos de tempo definidos. Nesse tipo de manutenção, os cuidados preventivos servem para evitar danos, físicos (quebras) ou elétricos (queima), que acarretam as falhas.

Metas Quantitativas: conjunto de indicadores numéricos do volume de ações efetuadas pela SPE, considerando ações de operação,

manutenção (podendo ser considerada corretiva, preventiva e preditiva, relacionadas aos níveis de serviço objetivados pelo contratante), melhorias (atualização tecnológica projetada), eliminação à demanda reprimida, atendimento ao crescimento vegetativo das bases instaladas.

Mobilização: período de até 90 dias corridos, que inicia no dia posterior à assinatura do contrato, quando devem ser efetivadas as condições de eficácia do contrato conforme Cláusula 2.3. do CONTRATO.

Parceiro Privado: Contratada ou Concessionária.

Partes: Contratante e Contratada ou Concedente e Concessionária.

Poder Concedente ou Concedente: Município de Píripíri, por intermédio da Secretaria de Conservação e Manutenção Urbana – Diretoria de Iluminação Pública.

Prazo da Concessão: 25 (vinte e cinco) anos, contados da Data da Eficácia.

Proponente: pessoa jurídica ou consórcio participante da licitação.

Proposta Comercial: Proposta a ser apresentada pelas licitantes, indicando o valor da Contraprestação Mensal a ser paga pela administração pública à SPE pela execução do Contrato de Concessão.

Proposta Técnica: Proposta a ser elaborada pelas licitantes, de acordo com as especificações e critérios técnicos definidos no projeto básico (ANEXO I do Edital) e nas diretrizes para a elaboração da Proposta Técnica e critérios de pontuação (ANEXO IV do Edital).

Receitas Complementares, Acessórias ou de Projetos Associados: receitas advindas de atividades complementares, acessórias ou decorrentes de projetos associados ao objeto do contrato, que se somem à remuneração da Concessionária nos termos do Contrato.

Sessão Pública: Reuniões, abertas ao público, entre os representantes do Poder Concedente, as Licitante e demais interessados, realizadas no âmbito deste procedimento licitatório.

SPE: a Sociedade de Propósito Específico a ser constituída pela Licitante vencedora, obrigatoriamente antes da assinatura do Contrato de Concessão que resultar da presente licitação, com objetivo exclusivo de implantar e gerir o Objeto.

Valor Estimado do Contrato: Valor estimado pelo Poder Concedente para o Contrato de Concessão, consubstanciado na soma das Contraprestações Mensais a serem pagas ao longo de todo Prazo da Concessão.

1.2 Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

- a) As definições do edital serão igualmente aplicadas na forma singular e plural;
- b) No caso de divergência entre os Anexos e o Edital, prevalecerá o disposto no Edital;
- c) No caso de divergência entre o Contrato e os Anexos, prevalecerá o disposto no Contrato de Concessão;
- d) No caso de divergência entre os Anexos, prevalecerão aqueles emitidos pelo Contratante; e
- e) No caso de divergência entre os Anexos emitidos pelo Contratante, prevalecerá aquele de data mais recente.

2. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO EDITAL

2.1. Integram o presente Edital, como partes indissociáveis, os seguintes Anexos:

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

ANEXO II – REQUISITOS DA GARANTIA DE PROPOSTA
ANEXO III – MODELOS DE DOCUMENTOS PADRÃO
ANEXO IV – ELEMENTOS DA PROPOSTA TÉCNICA
ANEXO V – DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO
ANEXO VII – REQUISITOS DA GARANTIA CONTRATUAL
ANEXO VIII – MATRIZ DE RISCO
ANEXO IX – PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES GERAIS

3. DO OBJETO DO EDITAL

3.1. A presente Licitação tem como objeto a Concessão Administrativa, conforme definido no art. 2º, § 2º, da Lei Federal n. 11.079/2004, para a modernização, otimização, operação e manutenção da rede de iluminação pública do Município de Piripiri, conforme as características e especificações técnicas descritas neste Edital e seus Anexos.

3.2. A execução do Objeto deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável, no presente Edital e em seus Anexos, bem como na documentação apresentada pela Adjudicada.

3.3. A especificação do objeto referido no item 3.1 acima está detalhada no ANEXO I – PROJETO BÁSICO.

4. DO TIPO DE LICITAÇÃO

4.1. A presente Licitação adotará como critério de julgamento a seleção da melhor proposta em razão da combinação do menor valor da Contraprestação Mensal a ser paga pela Administração Pública, com o critério de melhor técnica, de acordo com o disposto no art. 12, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal n. 11.079/2004.4.2.

5. DA REMUNERAÇÃO E DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A principal fonte de receita da Concessionária advirá da Contraprestação Mensal paga pelo Concedente.

5.1.1. A Concessionária também poderá auferir outras fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, nos termos do Contrato de Concessão.

5.2. As condições para reajuste do valor da Contraprestação Mensal e para revisão do contrato estão indicadas no Contrato de Concessão.

5.3. O Valor Estimado do Contrato de Concessão é de **144.957.027,80 (cento e quarenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, vinte e sete reais e oitenta centavos)**, correspondente à soma da Receita estimada da Concessionária ao longo de todo Prazo da Concessão.

6. PRAZO

6.1. O Prazo de vigência do Contrato de Concessão é de 25 (vinte e cinco) anos, contados da Data da Eficácia, podendo ser prorrogado apenas para o efeito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas condições estabelecidas na minuta do Contrato (ANEXO VI do Edital).

7. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO CERTAME

7.1. O Edital e Anexos poderão ser obtidos na internet, gratuitamente, no site do TCE/PI – endereço eletrônico <https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb/mural/>

- a) O Poder Concedente não se responsabiliza pela autenticidade do teor do edital e anexos obtidos ou conhecidos de forma ou em locais distintos daqueles previstos neste item.
- b) A documentação fornecida pelo Concedente às licitantes não poderá ser reproduzida, divulgada e utilizada, de forma total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos no Edital.

7.2. A obtenção do edital não é condição para participação no certame, sendo certo que a participação na licitação implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do edital, bem como das demais normas a ela aplicáveis.

7.3. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados relacionados à Concessão e disponibilizados pelo Poder Concedente têm caráter meramente indicativo e estão à disposição dos interessados com o Agente de Contratação.

7.4. Os interessados são responsáveis pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis ao processo concorrencial e à concessão, responsabilizando-se integralmente pelo conteúdo de suas propostas e pelos custos e despesas necessárias à elaboração de suas propostas e à participação na licitação.

8. PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL E IMPUGNAÇÕES

8.1. Qualquer interessado, antes de decidir participar da Concorrência, deverá providenciar exaustivo estudo do inteiro teor do Edital e apresentar ao Agente de Contratação as dúvidas e impugnações (inclusive as correlatas a eventuais irrazoabilidades, desproporcionalidades e/ou omissões) que entender existentes neste instrumento.

8.2. Ao participar desta licitação, a licitante estará se declarando ciente de que as condições editalícias, descrições de produtos, condições de fornecimento e outras fórmulas destinam-se a garantir, nos termos da Lei, transparência, objetividade, certeza jurídica e isonomia de tratamento a todos os participantes bem como à obtenção de eficácia e celeridade para o processo seletivo do menor preço e da melhor proposta técnica.

8.3. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Agente de Contratação até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura, exclusivamente por meio do endereço eletrônico copel.licitacao2021@gmail.com:

8.4. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos, no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

8.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

8.6. As impugnações aos Termos do Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devem ser protocoladas até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, mediante petição a ser encaminhada por meio do endereço eletrônico copel.licitacao2021@gmail.com.

8.7. O Agente de Contratação decidirá sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

8.8. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico do TCE/PI – endereço eletrônico <https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb/mural/>.

8.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

8.11. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8.12. Em caso de realização de modificações no edital, estas deverão ser divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

8.13. Todas as correspondências referentes ao Edital enviadas ao Agente de Contratação serão consideradas como entregues na data de seu recebimento pelo destinatário, exceto as recebidas após a data e horário previsto para a abertura do certame, inclusive no caso de correspondências dirigidas a endereço eletrônico, que serão consideradas como recebidas no dia útil imediatamente posterior.

8.14. A participação na Licitação pressupõe-se que os elementos fornecidos no Edital são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito da licitação, não restando direito às licitantes para qualquer reclamação ulterior, dado que a participação na licitação implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital.

SEÇÃO III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar desta Licitação, nos termos deste edital, as pessoas jurídicas nacionais, isoladamente ou reunidas em consórcio, que demonstrem cumprir com todos os requisitos de habilitação previstos neste edital, observadas as demais condições estabelecidas.

9.2. Não poderão participar da Licitação, isoladamente ou em Consórcio, direta ou indiretamente:

- a) Pessoas físicas;
- b) Pessoa jurídica ou física que tenha sofrido qualquer sorte de penalidade administrativa ou judicial, que lhe impeça de participar de Licitação perante qualquer órgão e entidade da Administração Pública nacional.

9.3. Considera-se participação indireta, para fins do disposto no item 9.2, a existência de vínculos de natureza jurídica, técnica, comercial ou empresarial entre as pessoas físicas ou jurídicas mencionadas e a licitante ou qualquer empresa do(s) grupo(s) econômico(s) da licitante.

9.4. No caso de pessoa jurídica que esteja em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, sua participação na Licitação será admitida, desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua capacidade econômico-financeira.

9.4.1. A comprovação de capacidade econômico-financeira, referida nesse subitem, deverá ser feita mediante a demonstração de que o plano de recuperação judicial foi aprovado pelos credores e a recuperação judicial concedida judicialmente ou, no caso de recuperação extrajudicial, mediante a demonstração de que o plano de recuperação extrajudicial foi homologado pelo juízo competente.

10. DA PARTICIPAÇÃO ATRAVÉS DE CONSÓRCIO

10.1. A participação nesta Licitação por meio de Consórcio dependerá da observância das seguintes regras, sem prejuízo de outras existentes no restante do edital:

- a) Cada Consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à regularidade jurídica, fiscal e trabalhista contidas no item 14 deste Edital;
- b) As exigências para a habilitação econômico-financeira deverão ser atendidas mediante o somatório dos valores de cada consorciado;
- c) As exigências de habilitação técnica deverão ser totalmente atendidas pelo Consórcio, por intermédio de qualquer dos Consorciados isoladamente ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelos seus Consorciados;
- d) A desclassificação de qualquer Consorciado acarretará a automática desclassificação do Consórcio;
- e) Nenhuma Licitante poderá participar de mais de um Consórcio, ainda que por intermédio de suas afiliadas. Somente se admitirá a participação de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum de uma mesma Licitante quando no mesmo Consórcio;
- f) Caso uma licitante participe de um Consórcio, ficará ela impedida de participar isoladamente da Licitação;
- g) Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciados até a data de publicação do contrato, observadas, para todos os efeitos, as regras de transferência da Concessão e de transferência do Controle da Concessionária previstas no Contrato de Concessão;
- h) A licitante vencedora deverá promover, antes da celebração do Contrato de Concessão, a constituição da SPE, conforme previsto neste Edital, observando, na composição de seu capital social, o estabelecido no Contrato de Concessão e mantendo, para todos os efeitos, participações idênticas àquelas constantes do instrumento de constituição de Consórcio (ANEXO III – MODELOS DE DOCUMENTOS PADRÃO);
- i) A líder do Consórcio é a sua representante perante o Poder Concedente durante o processo de licitação e até a constituição da SPE, sendo que todas as comunicações, quando for o caso, lhe serão dirigidas e todas as comunicações do Consórcio para o Poder Concedente devem ser firmadas por ela.

SEÇÃO IV - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

11. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Além dos documentos de credenciamento e da Garantia da Proposta, a documentação a ser apresentada pelas Licitantes na presente Licitação constará de:

- a) Documentos de Habilitação;
- b) Proposta Técnica; e
- c) Proposta Comercial.

11.2. Somente serão aceitos envelopes apresentados de acordo com as especificações deste edital, sendo de responsabilidade dos licitantes que os mesmos estejam disponíveis para o Agente de Contratação no dia e horário previstos para entrega e abertura dos envelopes.

11.3. Toda a documentação apresentada junto com os envelopes deverá ser encaminhada em 2 (duas) vias, sendo uma via original e a outra via cópia do original, encadernadas separadamente, com todas as folhas numeradas sequencialmente - inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, da primeira à última folha, independentemente da apresentação dos documentos em mais de um volume, de modo que a numeração reflita a quantidade de folhas de cada volume, bem como a quantidade total. Essa documentação deverá estar redigida de forma clara e objetiva, sem condições, emendas, rasuras, entrelinhas ou obscuridades. Além disso, todos os envelopes deverão conter Termo de Abertura e Termo de Encerramento, que não serão numerados pelas Licitantes.

- 11.4. Todos os documentos a serem apresentados deverão ser fornecidos em suas vias originais ou em cópias autenticadas ou poderão ser autenticados por servidor da administração, na forma da lei.
- 11.5. Toda a documentação deverá ser apresentada em língua portuguesa, idioma oficial do Brasil.
- 11.6. Os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas devem obrigatoriamente estar acompanhados da respectiva tradução juramentada para a Língua Portuguesa e autenticados pelos respectivos consulados ou apostilados nos termos Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016.
- 11.7. No caso de divergência entre o documento no idioma original e a tradução, prevalecerá o texto traduzido.
- 11.8. Todos os documentos que contiverem valores expressos em moeda estrangeira, quando assim não vedado pelo edital, terão os valores convertidos em moeda nacional (R\$), mediante a aplicação da última taxa de câmbio comercial, divulgada pelo Banco Central do Brasil, no dia imediatamente anterior à abertura do Envelope que contiver a documentação com valores a serem convertidos.
- 11.9. Deverão ser adotados os modelos fornecidos neste edital.
- 11.10. Eventuais falhas quanto a aspectos formais da documentação solicitada neste edital, incluindo a Garantia de Proposta, os Documentos de Habilitação, a Proposta Técnica e a Proposta Comercial, poderão ser sanadas pelo Agente de Contratação, por ato motivado, ou pelas próprias licitantes, quando pertinente.
- 11.11. Para fins desta licitação, considera-se falha ou defeito formal aquele que não desnature o conteúdo ou o objeto do documento apresentados e que, cumulativamente, permita verificar, com segurança, o teor da informação e veracidade do documento apresentado.
- 11.12. A ausência de documento obrigatório ou sua apresentação de maneira parcial ou equivocada não será considerada falha ou defeito formal, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 11.13. Todos os documentos e certidões que forem apresentados nesta licitação deverão ser apresentados dentro de seus respectivos prazos de validade, seja o prazo constante do próprio documento ou estabelecido por Lei.
- 11.14. Qualquer documento apresentado fora do prazo de validade será considerado não entregue, arcando a licitante com as consequências da ausência da documentação.
- 11.15. Todos os documentos que não tiverem prazo definido em seu próprio corpo, em Lei ou neste edital, serão considerados válidos se expedidos em até 90 (noventa) dias de antecedência à data de efetiva entrega dos documentos e propostas.
- 11.16. Todas as faculdades ou prerrogativas previstas neste edital deverão ser exercidas dentro do respectivo prazo ou até o encerramento da respectiva etapa desta licitação, conforme o caso. O não exercício ou o exercício fora do prazo previsto neste edital de qualquer faculdade ou prerrogativa não será considerado para fins desta licitação, restando preclusa a respectiva faculdade ou prerrogativa.

12. CREDENCIAMENTO

- 12.1. A licitante deverá credenciar-se previamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, sistema “Concorrência Eletrônica”, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, observado o seguinte:
- O credenciamento no SICAF permite a participação dos interessados em qualquer concorrência, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no SICAF tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.
 - O credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao

sistema eletrônico;

- b) A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso;
 - c) O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à concorrência eletrônica.
- 12.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 12.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública, inclusive quanto aos atos praticados diretamente ou por seu representante; excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 12.4. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 12.5. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 12.6. A licitante cabe utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da concorrência na forma eletrônica.
- 12.7. É responsabilidade da licitante solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 12.8. O fornecedor descredenciado no SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

13. DA GARANTIA DA PROPOSTA

13.1. A GARANTIA DE PROPOSTA, deverá conter a Garantia de Proposta que as licitantes deverão oferecer, no valor, correspondente a 1% (um por cento) do Valor Estimado do Contrato e poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

- a) Moeda corrente nacional;
- b) Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional;
- c) Fiança bancária; ou
- d) Seguro-garantia.

13.2. É de integral responsabilidade das Licitantes a prova de suficiência da Garantia de Proposta prestada para os fins desta Licitação.

13.3. No caso da Garantia de Proposta prestada em moeda corrente nacional deverá ser depositada em conta a ser definida pelo Município, em até 24h (vinte e quatro horas) antes da data marcada para recebimento dos documentos e propostas, sob pena de ineficácia da prestação da garantia.

13.4. A Garantia de Proposta prestada, independente da modalidade escolhida, deverá estar de acordo com o definido no Anexo II deste Edital.

13.5. As licitantes que deixarem de prestar Garantia de Proposta ou que prestarem em desacordo com as condições estabelecidas neste edital serão inabilitadas e terão sua documentação e propostas devolvidas pelo Agente de Contratação.

13.6. Encerrada esta licitação, as Garantias de Proposta serão devolvidas em até 10 (dez) dias após a data de assinatura do Contrato de Concessão ou a contar da data em que for declarada fracassada a licitação.

13.7. Em caso de seguro-garantia, a seguradora deverá estar devidamente registrada e regular na SUSEP e deverá ser apresentada a comprovação do pagamento do recolhimento do prêmio total.

13.8. A Garantia de Proposta poderá ser executada:

- a) Caso a Licitante não mantenha sua proposta durante o período de validade estabelecido;
- b) Caso a Licitante incorra em alguma conduta passível de penalização, nos termos da legislação aplicável, deste Edital e Anexos; ou
- c) Caso a Adjudicatária deixe de assinar o Contrato de Concessão por qualquer motivo a ela imputado.

13.9. A Garantia de Proposta, prestada em qualquer das modalidades previstas neste edital, não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela licitante quanto à participação nesta Licitação.

14. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, e sem prejuízo dos documentos indicados nos itens subsequentes, a licitante deverá apresentar documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

14.2. Para habilitação jurídica a Licitante deverá apresentar:

- a) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- b) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- c) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- e) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- f) Prova de eleição dos administradores da Licitante, devidamente registrada no registro empresarial ou órgão competente.

14.2.1. Além dos documentos referidos acima, a Licitante deverá apresentar, conforme sugerido no ANEXO III deste Edital – MODELOS DE DOCUMENTOS PADRÃO, os seguintes documentos, devidamente acompanhados da comprovação dos poderes de seus signatários, usando, quando for o caso, os modelos sugeridos no ANEXO III deste Edital – MODELOS DE DOCUMENTOS PADRÃO:

- g) Instrumento de constituição de Consórcio, se for o caso;
- h) Procuração assinada por todos os participantes do Consórcio, se for o caso, outorgando à empresa líder do Consórcio poderes expressos, irrevogáveis e irretratáveis para concordar com condições, transigir, compromissar-se, assinar quaisquer documentos e instrumentos relacionados ao processo desta Licitação
- i) Declaração da Licitante de que, caso Adjudicatário, constituirá a SPE para assinatura do Contrato, segundo as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil, no Município de Píripíri Estado do Piauí;
- j) Declaração da Licitante de que concorda com todos os termos e condições do presente Edital e dos seus Anexos, obtendo para si, sob sua própria responsabilidade, os riscos e ônus de todas as informações que possam ser relevantes e necessárias para a elaboração da proposta e adjudicação do serviço, se vencedora da Licitação;

- k) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- l) Declaração da Licitante da inexistência de superveniência de fato impeditivo de habilitação, de que não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal;
- m) Declaração da Licitante de que não dispõe em seus quadros, dirigente(s), gerente(s), sócio(s) ou controlador(es), responsável(is) técnico(s) ou legal(is) seja(m), na data da publicação deste Edital, servidores ou dirigentes ligados ao Município de Píripíri ou a qualquer de seus órgãos ou entidades vinculadas a este Edital
- n) Declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, quando for o caso. Essa declaração somente terá seus efeitos se a Licitante se apresentar sozinha ou se os demais membros do Consórcio igualmente se enquadrarem como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado.

14.3. Para habilitação econômico-financeira a Licitante deverá apresentar:

14.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

- a) As empresas sujeitas à apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), poderão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital o Balanço Patrimonial a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital e o Termo de Autenticação na Junta Comercial ou Recibo de Entrega, nos termos do Decreto Federal nº 8.683, de 25 de fevereiro de 2016, todos emitidos pelo Programa Validador e Autenticador (PVA).
- b) O Balanço Patrimonial das Sociedades Anônimas ou por ações deverá ser o publicado no Diário Oficial, dentro do prazo estabelecido na Lei n. 6.404/1976 em seu art.132.
- c) O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito do Livro Diário, indicando-se as folhas do —Livro Diário, assinadas pelo contador da empresa, acompanhado de seus respectivos termos de abertura e encerramento, estes devidamente assinados pelo contador e pelo representante legal da empresa.
- d) O Balanço e os termos deverão estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.
- e) No caso de empresas constituídas recentemente, estas deverão apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado e as demonstrações contábeis referentes ao período compreendido do início das atividades até data próxima à abertura das propostas.

14.4. A situação financeira da Licitante será comprovada através dos seguintes índices:

| ÍNDICES FINANCEIROS | |
|---|------------|
| LG = Liquidez Geral: $\frac{AC + RPLPC}{+ ELP}$ | $\geq 1,0$ |
| LG = Liquidez Corrente: $\frac{AC}{PC}$ | $\geq 1,0$ |

Onde:

AC: Ativo Circulante

RLP: Realizável a longo prazo

PC: Passivo Circulante

ELP: Exigível a longo prazo

- a) Para comprovação dos índices acima a Licitante deverá apresentar os cálculos, devidamente assinados pelo representante

legal da empresa e pelo contador.

14.4.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica e certidão de execuções fiscais em nome da Licitante e de todos os sócios.

- a) Em se tratando de sociedade não empresária ou outra forma de pessoa jurídica, certidão negativa expedida pelo distribuidor judicial das varas cíveis em geral (processo de execução) da comarca do Município onde a Licitante está sediada, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores ao primeiro dia do período para recebimento dos envelopes, quando não constar expressamente no documento seu prazo de validade;

14.4.2. No caso de pessoa jurídica que esteja em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, sua participação na Licitação será admitida, desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua capacidade econômico-financeira.

14.5. Para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista a Licitante deverá apresentar:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, pessoa jurídica e pessoas físicas de todos os sócios.
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.6. Para comprovação de habilitação técnica a Licitante deve apresentar:

14.6.1. Certidão de registro ou inscrição da proponente e seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, do Estado sede da pessoa jurídica;

14.6.2. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da Licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional devidamente registrado(s) no conselho de fiscalização profissional, que comprove(m) que a Licitante tenha executado, para pessoas jurídicas de direito público ou privado, obras ou serviços de características técnicas similares às do objeto da presente Licitação.

14.6.3. Comprovação da Licitante de possuir, em seu quadro permanente, na data da apresentação da documentação, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no conselho de fiscalização profissional e acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), que comprove ter o profissional executado, para pessoas jurídicas de direito público ou privado, obras ou serviços com características técnicas similares à do objeto da presente Licitação, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são as seguintes:

- a) Gerenciamento e execução dos serviços de operação manutenção de parque de iluminação pública;
- b) Gerenciamento e execução de obras de modernização de parque de iluminação pública;
- c) Elaboração de planos e projetos da rede de iluminação pública;
- d) Elaboração do cadastro base da rede municipal de iluminação pública;
- e) Implantação e Operacionalização do Centro de Controle Operacional (CCO);
- f) Implantação da Iluminação de Destaque;
- g) Modernização e Eficientização da Rede Municipal de Iluminação Pública.

14.6.4. A comprovação do vínculo entre o profissional e a licitante dar-se-á por meio de qualquer um dos seguintes documentos:

- a) Cópias autenticadas do Contrato de Trabalho, das anotações de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou da respectiva Ficha de Registro de empregados, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Decreto-Lei no. 5.452, de 1º de maio de 1943);
- b) No caso de sócios, a Licitante deverá apresentar cópia autenticada do contrato social ou estatuto social em vigor;
- c) Quando se tratar de dirigente de empresa, tal comprovação poderá ser feita por meio de cópia da Ata da Assembleia, referente a sua investidura no cargo ou o contrato social ou o estatuto social em vigor;
- d) Quando se tratar de profissional autônomo contratado, a Licitante poderá apresentar contrato de trabalho, carta de intenções ou contrato de compromisso, com firma reconhecida e vigente na data de abertura da Licitação, indicando que, em caso de êxito da licitante no certame, o profissional assumirá obrigação de prestar os serviços da concessão e em conformidade com a sua competência técnica.

14.6.5. Declaração da Licitante de pleno conhecimento das reais condições de execução das obras e serviços, das informações, dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial

14.7. Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Lei nº 14.133/2021 da Adequação à LGPD:

14.7.1. A empresa licitante, ao participar do certame e na execução contratual, deverá comprovar a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), por meio de documentos legais assinado por quem é de competência, indicando quem é o profissional responsável pela implementação da LGPD na empresa, devendo demonstrar que adota as medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais tratados no curso da execução do contrato, em especial os dados coletados, processados ou armazenados pela contratada em nome da Administração Pública.

14.7.2. A licitante deve Garantir que o tratamento de dados pessoais seja realizado de acordo com os princípios estabelecidos pela LGPD, incluindo a finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas;

14.7.3. Assegurar a proteção dos dados pessoais sob sua guarda, adotando medidas técnicas, administrativas e organizacionais de segurança, proteção e privacidade de dados, nos termos do Art. 6º da LGPD;

14.7.4. Nomear um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), que será o responsável por comunicar-se com a Administração Pública e os titulares dos dados, bem como monitorar a conformidade com a LGPD;

14.7.5. Notificar prontamente a Administração Pública em caso de qualquer incidente de segurança que resulte em violação dos dados pessoais, conforme previsto no art. 48 da LGPD.

14.7.6. Para comprovação de atendimento a LGPD, a Licitante deverá apresentar:

- a) Declaração formal, assinada pelo representante legal, indicando quem é o profissional responsável pelo projeto de

implementação, assegurando a conformidade com as disposições da LGPD, indicando quais medidas administrativas coerentes possui perante tal normativo e se comprometendo a adotar as medidas adequadas para proteger os dados pessoais tratados no âmbito do contrato;

- b) Cópia do documento que nomeia o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), ou, caso a nomeação não seja obrigatória, uma justificativa por escrito com base na Lei.

14.8. A apresentação por parte da Licitante de qualquer Documento de Habilitação falso ou inválido ensejará sua inabilitação da concorrência, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

15. PROPOSTAS

15.1. PROPOSTA TÉCNICA deverá ser apresentado por meio da Carta de Apresentação devidamente assinada, conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital – ELEMENTOS DA PROPOSTA TÉCNICA.

15.2. PROPOSTA COMERCIAL deverá ser apresentado por meio da Carta de Apresentação da Proposta Comercial devidamente assinada, conforme modelo constante do ANEXO V deste Edital – DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL e conter o PLANO DE NEGÓCIOS conforme diretrizes constantes no ANEXO X - PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL

15.3. A Licitante deverá considerar:

- a) Que a Proposta Comercial é vinculante, irrevogável, irretratável e incondicional;
- b) Que a Proposta Comercial deverá considerar o limite da Contraprestação Mensal Máxima estabelecida em valor de **R\$ 487.873,68 (quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos)**, sob pena de desclassificação da Licitante;
- c) Que a Proposta Comercial terá validade de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias contados da data da apresentação da documentação e propostas;
- d) Que a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas necessários ao pleno cumprimento do Contrato de Concessão;
- e) Que a Proposta Comercial levará em consideração todos os riscos assumidos pelo Parceiro Privado no Contrato de Concessão;
- f) Que a Proposta Comercial considerará o prazo de 25 (vinte e cinco) anos da Concessão a partir da Data da Eficácia.

SEÇÃO V - DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

16. DAS DILIGÊNCIAS, ESCLARECIMENTOS E SANEAMENTO DE FALHAS

16.1. A Licitação será processada e julgada pelo Agente de Contratação, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à realização da Licitação.

16.2. O Agente de Contratação poderá solicitar auxílio a outros servidores da Administração Municipal de Piripiri que não integrem O Agente de Contratação, ou, quando necessário, de especialistas contratados para suporte técnico.

16.3. Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, o Agente de Contratação poderá:

- a) Solicitar às Licitantes, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados;
- b) Promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da Licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente nos documentos apresentados pela Licitante;

c) Prorrogar os prazos de que trata este Edital, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior.

16.4. O presente Edital poderá ser modificado na forma da lei.

16.4.1. Na hipótese de alteração que afete de forma inequívoca a elaboração da Proposta Técnica e/ou da Proposta Comercial e/ou dos Documentos de Habilitação, o Agente de Contratação poderá alterar a data prevista para a entrega das propostas, abertura dos envelopes e julgamento das propostas, prorrogando-se ou reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

16.5. Qualquer alteração neste Edital será publicada através dos mesmos meios utilizados para disponibilização da documentação.

16.6. A recusa em fornecer esclarecimentos e documentos e em cumprir as exigências solicitadas pelo Agente de Contratação, nos prazos por ela determinados e de acordo com os termos deste Edital poderá ensejar a desclassificação da Licitante.

17. DA VISTORIA

17.1. A(s) licitante(s) poderá(ão) avaliar as condições físicas do local onde será realizada a obra, sanando todas as dúvidas e demais questionamentos sobre os quantitativos no local, antes de fornecer a proposta dentro do prazo legal.

17.2. Competirá a cada interessado fazer a visita técnica, podendo ser representado e/ou acompanhado de técnicos e especialistas que entender suficiente para colher as informações necessárias à elaboração de sua proposta.

17.3. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

17.3.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

17.3.2. A vistoria descrita no item 17.3.1. deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas na Superintendência de Licitações e Contratos da PMP por meio de comunicação escrita encaminhada via e-mail para cople.licitacao2021@gmail.com, e poderá ser realizada até o último dia útil anterior à sessão pública da concorrência eletrônica.

17.4. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

18. ETAPAS DA LICITAÇÃO

18.1. No dia e horário designados no preâmbulo deste edital será aberta a Sessão Pública da Licitação cujo procedimento obedecerá às seguintes etapas:

- a) Verificação da Garantia de Proposta;
- b) Verificação dos Documentos de Habilitação;
- c) Análise das Propostas Técnicas;
- d) Análise das Propostas Comerciais;
- e) Classificação final das Licitantes;
- f) Publicação do resultado da Licitação.

Garantia de Proposta

18.2. Encerrada a fase de Credenciamento, serão abertos os envelopes contendo a GARANTIA DE PROPOSTA (1 – GARANTIA DE PROPOSTA) de cada Licitante, observados os requisitos e regramento constantes no item 14 deste Edital.

18.3. As Licitantes que não cumprirem com os requisitos mínimos para prestação da Garantia de Proposta serão inabilitadas.

Documentos de Habilitação

18.4. Encerrada a fase de verificação das Garantias de Proposta, serão abertos os envelopes contendo os demais Documentos de Habilitação (2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) de cada Licitante.

18.5. Os Documentos de Habilitação serão rubricados pelos membros do Agente de Contratação, facultada a rubrica aos Representantes das Licitantes que estiverem presentes, sendo em seguida juntado ao respectivo processo, verificada a adequação quanto à forma e condições estabelecidas neste Edital.

18.6. A habilitação obedecerá aos critérios objetivos estabelecidos neste Edital, sendo considerada inabilitada a Licitante que apresentar os Documentos de Habilitação em desconformidade com o disposto no presente Edital e na legislação vigente.

18.7. Proferida a decisão quanto aos Documentos de Habilitação, as Licitantes terão direito de vista da respectiva documentação e será aberto prazo para eventual recurso.

18.8. Caso todas as licitantes declinem expressamente o direito de recorrer, serão abertos na mesma Sessão Pública os envelopes contendo as Propostas Técnicas.

Proposta Técnica

18.9. Encerrada a fase de verificação dos Documentos de Habilitação, inclusive com decisão sobre eventuais recursos, serão abertos os envelopes contendo as Propostas Técnicas (PROPOSTA TÉCNICA) das licitantes julgadas habilitadas.

18.10. A documentação será rubricada pelos membros do Agente de Contratação, facultada a rubrica aos representantes das licitantes que estiverem presentes, sendo em seguida, juntada ao processo respectivo.

18.11. A avaliação das Propostas Técnicas será feita com base nos parâmetros e regras definidos nos ANEXOS I e V deste Edital, com a atribuição de Nota Técnica para cada Licitante, considerado o cumprimento de cada uma das exigências ali consignadas.

18.12. Será desclassificada a Proposta Técnica:

- a) Que descumprir as exigências técnicas constantes dos Anexos I e V deste Edital;
- b) Que não atingir a nota técnica mínima de 600 pontos.

18.13. Proferida a decisão quanto à pontuação das Propostas Técnicas, as Licitantes terão direito de vista da respectiva documentação e será aberto prazo para eventual recurso.

18.14. Caso todas as licitantes declinem expressamente o direito de recorrer, serão abertos na mesma Sessão Pública os envelopes correspondentes às Propostas Comerciais.

Proposta Comercial

18.15. Encerrada a fase de julgamento das Propostas Técnicas, inclusive com decisão sobre eventuais recursos, serão abertos os envelopes contendo as Propostas Comerciais (4 – PROPOSTA COMERCIAL) das Licitantes habilitadas e classificadas.

18.16. A Proposta Comercial deverá indicar o valor de Contraprestação Mensal que a Licitante espera receber da Administração Pública a partir do 13º (décimo terceiro) mês da concessão, quando estará concluída a implantação do sistema de iluminação pública.

18.16.1. O valor da Contraprestação Mensal a ser proposto pela Licitante na sua CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL, a partir do 13º mês da concessão, não poderá ser superior a de R\$ 487.873,68 (quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos).

18.17. Os demais valores das Contraprestações Mensais a serem pagas pela Administração Pública representam os seguintes percentuais do valor proposto:

| Período | | Contraprestação Mensal |
|---------|----------|------------------------|
| Ano | Mês | (valor relativo) |
| 1 | 1 - 12 | 70,00% |
| 2 - 25 | 13 - 300 | 100,00% |

(*) valor a ser proposto pela Licitante

18.18. O Agente de Contratação verificará a exequibilidade da Proposta Comercial e desclassificará a licitante que não atender à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no Edital, implicar oferta submetida à condição ou termo não previsto neste Edital ou for considerada inexecutável.

18.19. O julgamento da Proposta Comercial, para fins de classificação, será feito mediante a atribuição de 1.000 (mil) pontos à Licitante que apresentar o menor valor e a atribuição de pontos proporcionais aos demais licitantes, calculados pela seguinte fórmula:

$$NC_{proponente} = \left[1 - \left(\frac{CPM_{proponente} - CPM_{menor}}{CPM_{menor}} \right) \right] * 1000$$

Onde:

$NC_{proponente}$ = Nota Comercial da PROPONENTE.

$CPM_{proponente}$ = CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL ofertada pela proponente.

CPM_{menor} = Valor da menor CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL ofertada.

18.20. Acaso a diferença entre a proposta de menor e de maior valor seja superior a 20% (vinte por cento), o julgamento da Proposta Comercial, para fins de classificação, será feito mediante a atribuição de 1.000 (mil) pontos à Licitante que apresentar o menor valor e a atribuição de 800 (oitocentos) pontos à Licitante que apresentar o maior valor. As demais notas comerciais correspondentes estarão no intervalo entre 800 a 1.000 pontos, adotando a seguinte fórmula para interpolação das notas no intervalo:

$$NC_{proponente} = 800 + 200 * \left[1 - \left(\frac{CPM_{proponente} - CPM_{menor}}{CPM_{maior} - CPM_{menor}} \right) \right]$$

Onde:

NC _{proponente} = Nota Comercial da PROPONENTE.

CPM _{proponente} = CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL ofertada pela proponente.

CPM _{menor} = Valor da maior CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL ofertada.

CPM _{menor} = Valor da menor CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL ofertada.

Resultado Final do Julgamento

18.21. Na mesma oportunidade de julgamento das propostas comerciais, conhecidas as Notas Técnicas e as Notas Comerciais das Licitantes, proceder-se-á ao julgamento da melhor proposta, assim considerada aquela que obtiver o maior valor de avaliação final.

18.22. O valor de avaliação final será determinado pelos fatores de ponderação e com a somatória dos resultados, conforme a seguinte fórmula:

$$AF_{proponente} = (50\% * NT) + (NC * 50\%)$$

Onde:

AF _{proponente}: Avaliação Final da PROPONENTE;

NT: Nota Técnica;

NC: Nota Comercial.

18.23. A classificação das Licitantes será realizada pela ordem decrescente de valor de Avaliação Final.

18.24. As NOTAS TÉCNICAS, NOTAS COMERCIAIS e a Avaliação Final serão calculadas com 4 (quatro) casas decimais, eliminando-se os decimais seguintes sem qualquer aproximação.

18.25. Proferida a decisão quanto ao Resultado Final do Julgamento, as Licitantes terão direito de vista da respectiva documentação e será aberto prazo para eventual recurso contra o julgamento das propostas comerciais e contra o Resultado Final do Julgamento.

18.26. Caso todas as Licitantes declinem expressamente o direito de recorrer, o processo será encaminhado para a homologação e adjudicação.

18.27. Em caso de empate entre mais de uma Licitante, o Poder Concedente dará preferência a uma ou outra, seguindo os critérios estabelecidos no art. 60 da Lei no. 14.133/21 para fins de desempate. Caso persista o empate, em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileira.

19. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

19.1. O resultado da Licitação será submetido pelo Agente de Contratação a Prefeita do Município de Píripíri para homologação e posterior expedição do ato especial.

19.2. A divulgação da Licitante vencedora será realizada através de aviso a ser publicado nos termos da Lei, através do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Píripíri e afixado no quadro de avisos existente na Prefeitura Municipal de Píripíri.

19.3. O Poder Concedente adjudicará o Objeto da Licitação, após homologação, e convocará a Adjudicatária para assinatura do Contrato de Concessão, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da mencionada publicação.

19.4. O prazo previsto no item 19.3 poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias, desde que solicitado com antecedência mínima de 6 (seis) dias do seu transcurso pela Adjudicatária e desde que decorra de motivo devidamente justificado e aceito pelo Poder Concedente.

19.5. Em até 5 (cinco) dias úteis antes da data prevista para assinatura do Contrato de Concessão, a Adjudicatária deverá:

- a) Apresentar ao Poder Concedente os documentos que comprovem ter constituído a SPE, em observância ao disposto neste Edital, com a correspondente certidão da Junta Comercial competente, cópia do Estatuto Social com a chancela da Junta Comercial, bem como o respectivo comprovante de inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Comprovante de integralização parcial, em moeda corrente nacional, no montante mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do capital social da SPE.
- c) Comprovar ao Poder Concedente que prestou a Garantia de Execução do Contrato conforme definida no ANEXO VII deste Edital;
- d) Comprovar ao Poder Concedente que contratou os seguros exigidos, nos termos do Contrato de Concessão;
- e) Comprovação do pagamento do valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) aos autores dos estudos de PMI, conforme Termo de Autorização publicado no Diário Oficial em 28 de julho de 2025, pelos custos incorridos na realização dos estudos relacionados ao objeto da Concessão, conforme autorizado pelo art. 21 da Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.
- f) Demonstrar que mantém todas as exigências de habilitação previstas neste Edital;

19.6. Deixando a Adjudicatária de assinar o Contrato de Concessão no prazo fixado, poderá o Poder Concedente, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital ao faltoso e da execução da Garantia da Proposta, convocar as Licitantes remanescentes na respectiva ordem de classificação, nos termos do art.13, III, da Lei Federal n. 11.079/2004.

19.7. Na hipótese do item anterior e em virtude de fatos supervenientes, o Poder Concedente poderá revogar a licitação, mediante decisão devidamente justificada em prol do interesse público.

20. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

20.1. As Licitantes que participarem da Licitação poderão recorrer das decisões do Agente de Contratação após cada etapa de habilitação e de classificação das Propostas Técnicas e do Resultado Final do Julgamento, abrangendo este qualquer reclamo relacionado à classificação das Propostas Comerciais.

20.2. O recurso deverá ser interposto no prazo de 03 (três) dias úteis contados da intimação do ato, seja durante a Sessão Pública, seja, conforme o caso, após a publicação da decisão no Diário Oficial.

20.3. Para todo recurso será considerado para contagem do prazo o primeiro dia útil seguinte da intimação em qualquer das formas mencionadas neste edital, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

20.4. O recurso interposto será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data de notificação.

20.5. As informações, pedidos de esclarecimentos, impugnações, recursos e contrarrazões de recursos, deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação e poderão ser protocolados de forma física na Superintendência de Licitações e Contratos, Secretaria Municipal de Administração - Av. Deputado Raimundo Holanda, S/Nº - Morro da Saudade; CEP: 64260-000. Expediente das 08h até 13h30min

(horário local), e observada a seguinte identificação: até as 23h59min da data limite, através do email: copel.licitacao2021@gmail.com

20.6. O Agente de Contratação poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis. Em caso de O Agente de Contratação não reconsiderar sua decisão anterior, submeterá seu parecer à autoridade superior, que decidirá os recursos em última instância, observado para esse caso o prazo de 10 (dez) dias úteis.

20.7. Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

- a) Ser devidamente fundamentados;
- b) Ser assinados por representante legal ou procurador com poderes suficientes;
- c) Ser protocolados exclusivamente por escrito, no suporte físico em papel, com as folhas devidamente rubricadas e assinados por seu subscritor, no original, junto ao Agente de Contratação no endereço indicado neste Edital, nos dias úteis, entre o horário de 08:00 até às 13:30.

20.8. Os recursos interpostos fora do prazo ou em local diferente do indicado não serão conhecidos.

20.9. O acolhimento do recurso interposto importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.10. Concluídos o julgamento dos eventuais recursos, será dada publicidade nos termos da Lei bem como o resultado será divulgado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Píripíri.

21. DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

21.1. A Licitante vencedora obrigar-se-á, em caráter irrevogável e irretratável, anteriormente à celebração do Contrato de Concessão, a constituir Sociedade de Propósito Específico (SPE) com o exclusivo objetivo de prestação dos serviços, observadas as exigências contempladas no presente Edital.

21.2. A SPE não poderá ser desconstituída até a extinção do Contrato de Concessão e até que todas as suas obrigações perante a Contratante tenham sido cumpridas, incluídos os pagamentos de eventuais indenizações.

21.3. A SPE a ser constituída possuirá a forma de sociedade anônima e terá sede no Município de Píripíri / PI.

21.4. Sem prejuízo da observância dos requisitos previstos no art. 9º da Lei n. 11.079/2004, a Sociedade de Propósito Específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei n. 6.404/1976 e alterações posteriores), em regras e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e das Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

21.5. A SPE constituída pela Licitante vencedora poderá fazer jus a qualquer benefício tributário, ou de qualquer natureza, conferido pelo Poder Concedente.

21.6. A transferência do controle acionário da SPE será admitida, desde que obtida a prévia e expressa anuência da Contratante, após aferição e comprovação de manutenção de todos os requisitos para a prestação dos serviços, conforme previstos neste edital e aplicáveis ao tempo da efetiva transferência de controle, na forma do art. 27 da Lei n. 8.987/1995, podendo a prévia autorização ser dispensada no caso de transferência do controle da sociedade de propósito específico aos financiadores da implementação dos serviços, conforme previsto na cláusula 7.2. do Contrato de Concessão (ANEXO VI deste Edital).

21.7. O capital mínimo de constituição da SPE deverá ser 1% (um por cento) do valor do contrato, o qual deverá estar integralmente subscrito e integralizado no prazo máximo de 12 (doze) meses após a assinatura do Contrato de Concessão.

- 21.8. Os atos constitutivos da SPE deverão prever declaração expressa de responsabilidade solidária entre os acionistas da SPE pela integralização do seu capital social.
- 21.9. A SPE não poderá, durante todo o Prazo da Concessão, reduzir o seu capital mínimo de constituição, a nenhum título, sem prévia e expressa autorização da Contratante.
- 21.10. Em se tratando de Consórcio Licitante, a SPE deverá apresentar a mesma participação do Consórcio Licitante observadas as condições firmadas no termo de constituição de Consórcio apresentado na fase de habilitação.
- 21.11. A SPE poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado.
- 21.12. Fica vedado à Contratante ser titular da maioria do capital votante da SPE.
- 21.13. A vedação não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital votante da SPE por instituição financeira controlada pelo Poder Público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.
- 21.14. A SPE estará vinculada, durante todo o prazo da Concessão, ao disposto no Contrato de Concessão, no Edital, na documentação por ela apresentada, em especial a Proposta Técnica e Proposta Comercial e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação municipal, estadual e federal, e as diretrizes estabelecidas no Contrato de Concessão.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1. A recusa da Adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido pelo Poder Concedente permitirá a aplicação das seguintes sanções:
- a) Multa correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do Contrato de Concessão, que poderá ser executada por meio da Garantia da Proposta; e
 - b) Suspensão temporária de participar em Licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses sendo ainda executada a Garantia da Proposta.
- 22.2. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração, assegurada ampla defesa à Adjudicatária, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 22.3. A Licitante que no curso da Licitação tenha praticado atos ilícitos com má-fé estará sujeita à aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 156 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo da execução da Garantia da Proposta.
- 22.4. Para a aplicação das sanções previstas neste item, será instaurado regular processo de responsabilização, assegurando a Licitante o prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de sua intimação, para que apresente defesa por escrito, especificando as provas que pretende produzir.

SESSÃO VI - DAS DISPOSIÇÕES ATINENTES AO CONTRATO DE CONCESSÃO

23. DO CONTRATO DE CONCESSÃO

- 23.1. O Contrato de Concessão obedecerá aos termos da minuta constante do ANEXO VI deste Edital.
- 23.2. A assinatura do Contrato de Concessão ficará condicionada ao atendimento, pela Adjudicatária, das exigências do item 29.5.

23.3. Caso o Contrato de Concessão venha a ser celebrado em exercício fiscal posterior ao exercício da publicação do edital, sua assinatura será precedida de atualização dos estudos e demonstrações a que se refere o § 2º do art. 10 da Lei Federal n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

23.4. Assinado o Contrato de Concessão, os Bens da Concessão serão transferidos à Concessionária mediante a assinatura de Termo de Arrolamento e Transferência de Bens entre a Concessionária e o Poder Concedente, na forma estabelecida na minuta do Contrato de Concessão.

23.5. O Poder Concedente providenciará a publicação do extrato do Contrato de Concessão, bem como de seus aditamentos, no Diário Oficial, nos termos da legislação.

23.6. É vedada a subconcessão, porém é permitida a contratação de terceiros na forma do art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/95.

SESSÃO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. As Licitantes interessadas devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, bem como de todas as condições gerais e peculiares do Objeto a ser contratado, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de sua Proposta Comercial ou do perfeito cumprimento do Contrato de Concessão.

24.2. O Poder Concedente poderá revogar ou anular esta Licitação nos termos do inciso II do art. 71 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

24.3. A anulação referida no item precedente somente deve ocorrer se os vícios apontados não puderem ser convalidados e se causarem efetivo prejuízo à competitividade.

24.4. A licitante arcará com todos os custos relacionados com a preparação e apresentação de sua documentação e propostas, não se responsabilizando o Poder Concedente, em nenhuma hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na Licitação ou os resultados desta.

24.5. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e apresentação da documentação de que trata o presente Edital.

24.6. A apresentação da Proposta Comercial implica aceitação plena e total das condições deste Edital, ficando automaticamente prejudicada a Proposta Comercial que contrarie suas normas.

24.7. Os prazos estabelecidos em dias, neste Edital e seus Anexos, contar-se-ão em dias corridos, salvo se expressamente feita referência a dias úteis, devendo-se excluir o primeiro dia e contar-se o último.

24.8. Salvo disposição em contrário, só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do Poder Concedente, prorrogando-se para o próximo dia útil nos casos em que a data de início ou vencimento coincidir com dia em que não houver expediente.

24.9. O Agente de Contratação dará ciência às licitantes das decisões pertinentes a esta licitação através de publicação no Diário Oficial, conforme indicado no preâmbulo deste Edital.

24.10. Os estudos, informações e levantamentos disponibilizados pelo Município de PíriPíri são meramente indicativos, devendo as Licitantes realizarem os estudos próprios para a elaboração de suas propostas.

24.11. O Agente de Contratação poderá proceder a inspeções, auditorias e realizar ou determinar diligências a qualquer tempo, bem como valer-se de assessoramento técnico para se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas Licitantes.

24.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.piripiri.pi.gov.br, TCE/PI, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço copel.licitacao2021@gmail.com nos dias úteis, no horário da 7:30 às 13:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.13. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

24.14. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

27.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Piripiri, para dirimir questões oriundas deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Piripiri (PI), 27 de abril de 2026.

JARDRIA VANESSA ALVES DA SILVA NUNES
Secretaria de Desenvolvimento e Obras

ANEXO I PROJETO BÁSICO

CAPÍTULO 1 – CADERNO DE ENCARGOS

1 DESCRIÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O Parque Municipal de Iluminação Pública de Piripiri compreende desde a derivação do ponto de alimentação de energia elétrica até cada lâmpada. Está presente em todas as vias públicas de responsabilidade do Município e inclui 11.806 unidades de iluminação dispostas em sua maioria nos postes da distribuidora de energia local e os demais em postes exclusivos, com potência instalada de mais de 1,02 MW e consumo médio mensal de energia elétrica de cerca de 358,1 MWh.

1.1 O Sistema Municipal de Iluminação Pública inicial

O Sistema Municipal de Iluminação Pública inicial é o sistema existente na data de assunção. Compreende as áreas onde há infraestrutura existente de iluminação pública, completa ou incompleta, incluindo pontos escuros. Essa infraestrutura abrange luminárias, braços, postes próprios, cabos, lâmpadas e demais componentes integrantes, incluindo-se a rede exclusiva de alimentação da iluminação pública.

O cadastro das unidades de iluminação pública por tipo e potência na data de assunção é detalhado na tabela abaixo:

| Consumo do Parque de IP Existente | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------|------------------|----------------|------------|------------|-------------------|
| Lâmpada | Potência (W) | Perda Reator (W) | Perda Relé (W) | Quantidade | Total (W) | Consumo (KWh/mês) |
| Fluorescente | 15 | | 1,2 | 2 | 32,40 | 11,31 |
| Fluorescente | 20 | | 1,2 | 1 | 21,20 | 7,40 |
| Fluorescente | 25 | | 1,2 | 6 | 157,20 | 54,87 |
| Fluorescente | 30 | | 1,2 | 9 | 280,80 | 98,00 |
| Fluorescente | 44 | | 1,2 | 1 | 45,20 | 15,78 |
| Fluorescente | 45 | | 1,2 | 122 | 5.636,40 | 1.967,20 |
| Fluorescente | 46 | | 1,2 | 3 | 141,60 | 49,42 |
| Halógena | 42 | | 1,2 | 6 | 259,20 | 90,47 |
| LED | 30 | | 1,2 | 3.310 | 103.272,00 | 36.043,65 |
| LED | 40 | | 1,2 | 2.213 | 91.175,60 | 31.821,80 |
| LED | 50 | | 1,2 | 206 | 10.547,20 | 3.681,15 |
| LED | 60 | | 1,2 | 12 | 734,40 | 256,32 |
| LED | 70 | | 1,2 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| LED | 80 | | 1,2 | 14 | 1.136,80 | 396,76 |
| LED | 100 | | 1,2 | 377 | 38.152,40 | 13.315,82 |
| LED | 150 | | 1,2 | 68 | 10.281,60 | 3.588,45 |

| | | | | | | |
|-------------------|-----|------|-----|---------------|---------------------|-------------------|
| LED | 200 | | 1,2 | 51 | 10.261,20 | 3.581,33 |
| Vapor Metálico | 70 | 14 | 1,2 | 14 | 1.192,80 | 416,31 |
| Vapor Metálico | 150 | 22 | 1,2 | 36 | 6.235,20 | 2.176,19 |
| Vapor Metálico | 250 | 23 | 1,2 | 1.049 | 287.635,80 | 100.389,69 |
| Vapor Metálico | 400 | 29 | 1,2 | 40 | 17.208,00 | 6.005,88 |
| Mista | 160 | | 1,2 | 4 | 644,80 | 225,05 |
| Mista | 250 | | 1,2 | 11 | 2.763,20 | 964,40 |
| Mista | 500 | | 1,2 | 1 | 501,20 | 174,93 |
| Vapor de Mercúrio | 80 | 9,6 | 1,2 | 3.492 | 317.073,60 | 110.663,97 |
| Vapor de Mercúrio | 125 | 13,8 | 1,2 | 3 | 419,85 | 146,53 |
| Vapor de Mercúrio | 250 | 25 | 1,2 | 54 | 14.914,80 | 5.205,51 |
| Vapor de Mercúrio | 400 | 36 | 1,2 | 34 | 14.864,80 | 5.188,06 |
| Vapor de Sódio | 70 | 14 | 1,2 | 501 | 42.685,20 | 14.897,85 |
| Vapor de Sódio | 150 | 22 | 1,2 | 15 | 2.598,00 | 906,75 |
| Vapor de Sódio | 250 | 30 | 1,2 | 133 | 37.399,60 | 13.053,08 |
| Vapor de Sódio | 400 | 38 | 1,2 | 18 | 7.905,60 | 2.759,19 |
| TOTAL | | | | 11.806 | 1.026.177,65 | 358.153,10 |

As informações contidas no cadastro inicial servirão de referência para atendimento dos indicadores de modernização e de eficiência energética do sistema.

2 DEFINIÇÕES NORMATIVAS

Deverão ser consideradas as versões atualizadas das normas citadas, ou quaisquer outras normas que as sucederem:

- NBR 5101:2012 – Iluminação Pública – Procedimento;
- NBR IEC 60598 - 1 – Luminárias – Parte 1: Requisitos Gerais e Ensaios;
- NBR IEC 60598 - 2 – Luminárias – Parte 2: Requisitos Particulares – Capítulo 3: Luminárias para Iluminação Pública;
- NBR IEC 60529 – Graus de Proteção para Invólucros de Equipamentos Elétricos;
- NBR 15129 – Luminárias para Iluminação Pública – Requisitos Particulares;
- NBR IEC 62262 – Graus de proteção assegurados pelos invólucros de equipamentos elétricos contra os impactos mecânicos externos;
- NBR NM 247-3 – Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750V, inclusive - Parte 3: Condutores isolados (sem cobertura) para instalações fixas (IEC 60227-3, MOD);

- NBR 9117 – Condutores flexíveis ou não, isolados com policloreto de vinila (PVC/EB), para 105°C e tensões até 750 V, usados em ligações internas de aparelhos elétricos;
- ANSI/IEEE C.62.41 – Cat. C2/C3 – *Recommended practice on surge voltage in low-voltage ac power circuits*;
- NBR IEC 61643 – Dispositivos de Proteção Contra Surtos em Baixa Tensão;
- ABNT NBR 16026:2012 – Dispositivo de controle eletrônico c.c. ou c.a. para módulos de Led — Requisitos de desempenho;
- ABNT NBR IEC 61347-2-13:2012 – Dispositivo de controle da lâmpada. Parte 2-13: Requisitos particulares para dispositivos de controle eletrônico alimentados em c.c. ou c.a. para módulos de Led;
- ASTM G14 – *Standard Practice for Operating Fluorescent Light Apparatus for UV Exposure of Nonmetallic Materials*;
- IES LM-79-08 - *Electrical and Photometric Measurements of Solid-State Lighting Products*;
- IES LM-80-15 - *Measuring Luminous Flux and Color Maintenance of LED Packages, Arrays and Modules, Includes Errata 1*;
- IES TM-21-11 - *Projecting Long Term Lumen Maintenance of LED Light Sources*;
- PORTARIA INMETRO N° 20 DE 15/02/2017 - Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade para Luminárias para Iluminação Pública Viária;
- INMETRO E PROCEL – Atender às Portarias de certificação do INMETRO e Concessão do Selo PROCEL que estejam em vigor;
- NORMAS DE DISTRIBUIÇÃO – As normas expedidas pela Distribuidora de Energia.

As definições de termos técnicos deste caderno estão disponíveis nas normas citadas acima. Para fins deste caderno, sempre prevalecerá a versão mais recente de cada norma. Na falta de norma da Associação Brasileira de Norma Técnica (ABNT), deverão ser aplicadas as recomendações mínimas de norma internacional pertinente, em vigor na União Europeia.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivos do Projeto

O Município de Piripiri, através de um Projeto de Parceria Público-Privada (PPP), pretende modernizar a rede de iluminação pública e garantir a melhor prestação deste serviço do Município durante 25 (vinte e cinco) anos. O projeto tem como premissa principal a disponibilidade de recursos da COSIP em combinação com a expertise e inovação do

setor privado altamente qualificado para projetar e oferecer uma solução abrangente que atinja de forma eficiente os objetivos do projeto.

Os principais objetivos do projeto são: **(i) melhoria da qualidade de vida da população local; (ii) melhoria da sensação de segurança pública nas vias do Município; (iii) fomentar o desenvolvimento do comércio e turismo local; e, (iv) prover um melhor serviço público**, mais confiável e responsivo através de tecnologias modernas de iluminação pública que proporcionam:

- Aumento do nível de iluminação;
- Melhoria na qualidade da luz;
- Controle da direção da luz, reduzindo assim a poluição luminosa;
- Eficiência Energética, reduzindo o consumo de energia com melhor iluminação;
- Embelezamento urbano com as ações de iluminação de destaque;
- Iluminação de festividades tradicionais no Município;
- Longa vida útil dos equipamentos;
- Monitoramento e controle remoto em tempo real.

Para atingir esses objetivos, o projeto deve considerar as seguintes soluções:

3.1.1 Modernização das luminárias convencionais para LED

Substituição de 100% das luminárias convencionais existentes para LED gerando uma economia de no mínimo 46% na fatura de energia elétrica do sistema de iluminação pública, o que irá permitir amortizar os investimentos realizados pelo parceiro privado.

3.1.2 Sistema de Telegestão

Implantação de Sistema de Telegestão em 100% das luminárias LED modernizadas permitindo assim o monitoramento e controle remoto do parque de iluminação pública.

3.1.3 Centro de Controle Operacional – CCO

Implantação de um CCO para gerenciar todas as demandas do sistema de iluminação pública através de um software Sistema Central de Gerenciamento desenvolvido especificamente para o projeto de Piripiri. O CCO contará com data centers, central de atendimento à população, equipamentos de comunicação e telas gigantes “Videowall” para exibição dos pontos de iluminação.

3.1.4 Iluminação de Destaque

Implantação de iluminação de destaque em monumentos históricos do município para fazer com que as pessoas possam vivenciar, contemplar e permanecer na Cidade. As ações de iluminação de destaque irão embelezar os monumentos criando mais atratividade urbana no Município.

3.1.6 Operação e manutenção durante 25 anos.

E por fim, como principal serviço a ser prestado, a Concessionária deverá operar e manter o sistema de iluminação em pleno funcionamento durante todo período de Concessão sob o cumprimento de indicadores de desempenho a serem fiscalizados pelo Município e Verificador Independente.

3.2 Caderno de Encargos

O caderno de encargos tem como objetivo apresentar as premissas técnicas adotadas na elaboração de memorial técnico e os requisitos mínimos a serem atendidos pela Concessionária de iluminação pública do Município de Piripiri.

Este caderno descreve os encargos de investimento e de operação da Concessionária, os indicadores de desempenho e os encargos do Poder Concedente.

Os encargos de investimentos se referem às obras a serem realizadas na modernização, ampliação, melhorias, centro de controle operacional, iluminação artística, vandalismos e eventos municipais.

Os encargos de operação e manutenção estão vinculados às atividades operacionais da Concessão abrangendo a manutenção preventiva, preditiva e corretiva, o gerenciamento do sistema, operação do centro de controle operacional e gestão do sistema municipal de iluminação pública.

Os indicadores de desempenho apresentam as metas a serem atingidas pela Concessionária, bem como as fórmulas e parâmetros de mensuração para cálculo da Contraprestação Mensal Efetiva.

E, por fim, os encargos do Poder Concedente, com as obrigações do Município em relação ao contrato de Concessão.

4 CRONOGRAMA DA CONCESSÃO

O Cronograma da Concessão, conforme apresentado a seguir, define os prazos e marcos a serem cumpridos pela Concessionária de iluminação e pelo Poder Concedente após a assunção dos serviços.

| Item | ATIVIDADE | PRAZO |
|------|---|--------------|
| 1 | Assinatura do Contrato de Concessão | D0 |
| 2 | Ações para emissão de ordem de serviço do Poder Concedente (Conta Vinculada, Convênio com a Distribuidora) | D0 + 60 dias |
| 3 | Apresentação do plano de implantação das ações de modernização, melhorias e iluminação de destaque ao Poder Concedente. | D0 + 30 dias |
| 4 | Aprovação do plano de implantação das ações de modernização, melhorias e iluminação de destaque pelo Poder Concedente. | D0 + 60 dias |

| | | |
|----|--|-------------------|
| 5 | Realização do cadastro de sistema municipal de iluminação pública. | D0 + 60 dias |
| 6 | Início do funcionamento do Centro de Controle Operacional e Sistema Central de Gerenciamento com todos os ativos do Sistema Municipal de Iluminação Pública cadastrados. | D0 + 60 dias |
| 7 | Assunção dos serviços de operação e manutenção do sistema municipal de iluminação pública, com a emissão da Ordem de Serviço pelo Poder Concedente. | D0 + 60 dias = D1 |
| | Início do Recebimento da Contraprestação Mensal | D1 + 30 dias |
| 8 | Início das obras do plano de implantação das ações de modernização, melhorias e iluminação de destaque. | D1 + 365 dias |
| 9 | Modernização do Sistema Municipal de Iluminação Pública com substituição das lâmpadas convencionais por luminárias com tecnologia LED | D1 + 365 dias |
| 10 | Implantação de sistema de telegestão do sistema municipal de iluminação pública. | D1 + 365 dias |
| 11 | Implantação de iluminação de destaque em prédios e monumentos definidos neste caderno. | D1 + 365 dias |
| 12 | Operação e Manutenção de Sistema de Iluminação Pública, incluindo todos os reinvestimentos necessários durante o restante da Concessão. | D1 + 24 anos |

5 ENCARGOS DE INVESTIMENTOS

A seguir serão definidas as atividades e especificações mínimas dos equipamentos a serem utilizados no sistema municipal de iluminação pública, assim como critérios para sua instalação e principais funcionalidades requeridas.

5.1 Plano de Implantação

A Concessionária deverá elaborar um plano de implantação das ações de modernização, ampliação, melhorias e iluminação de destaque, sujeito à aprovação pelo Poder Concedente, contendo todo o detalhamento necessário para a substituição e adequação da infraestrutura do parque existente.

Esse plano de implantação deverá ser entregue ao Poder Concedente até 1 (um) mês após a data de assinatura do Contrato. Após o recebimento, o Poder Concedente terá prazo de 1 (um) mês para analisá-lo e aprová-lo ou estruturar sugestões de adequações do plano, de acordo com as diretrizes e especificações estabelecidas neste Contrato. A Concessionária terá 1 (um) mês para analisar as sugestões do Poder Concedente que poderão, a critério da Concessionária, ser ou não incluídas no plano original por meio de justificativa técnica. A partir desse momento, o plano de implantação estará aprovado pelo Poder Concedente.

O plano deverá ser desenvolvido de forma que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação dos custos e a definição dos métodos e do prazo de execução.

Todos os investimentos desse plano deverão estar contemplados dentro da parcela de Valor Global da Contraprestação Mensal.

Para projetos de iluminação de logradouros, como ruas, avenidas, praças etc., deverão ser utilizados os parâmetros técnicos da NBR 5101:2024 e não reduzir o atual nível luminotécnico das vias do Município. Atualmente, em muitas vias, o nível luminotécnico do Município é superior aos índices normativos e deve ser mantido pela futura Concessionária.

Também como manutenção dos atuais níveis luminotécnicos, a Concessionária deve realizar a remodelação em posições, arranjos, altura de montagem e projeção de postes, braços e luminárias, considerando a atual disposição dos pontos de luminosos convencionais já implantados, e de acordo com as necessidades de iluminação para cada classe de iluminação, e assim atender aos níveis luminotécnicos da NBR 5101:2024.

A Concessionária deverá adequar a Iluminância e uniformidade das vias públicas do Município de Piripiri considerando:

- Nas vias em que o nível de Iluminância “Emed,min” for inferior ao exigido, deve-se adequar para os padrões normativos mencionados na tabela acima. **Para as vias em que o nível de Iluminância atual é superior ao exigido, deve-se manter o nível existente.**
- Nas vias em que o nível de uniformidade “U= Emín/Emed” for inferior ao exigido, deve-se adequar para os padrões normativos mencionados na tabela acima. **Para as vias em que o nível de uniformidade atual é superior ao exigido, deve-se manter o atual nível.**

Os níveis luminotécnicos acima deverão ser atendidos no final da vida útil das luminárias, de no mínimo 50.000 horas, com depreciação de 30% do fluxo inicial. No Plano de Implantação a Concessionária deverá realizar a classificação de vias do Município conforme a NBR 5101.

5.2 Cadastro Técnico

Como atividade do cronograma descrito no item 4, a Concessionária deverá realizar a atualização do cadastro técnico do sistema municipal de iluminação pública. O Município de Piripiri possui cadastro georreferenciado dos pontos de iluminação pública, mas não está atualizado, sendo de responsabilidade da Concessionária todos os serviços para realização deste cadastro no antes da modernização do parque de IP. Cada componente é considerado um ativo e, como tal, deverá estar cadastrado, georreferenciado e monitorado.

Toda intervenção a ser planejada, ou demandada, terá como base ou ponto de partida a informação contida no cadastro. Devem ser construídas rotinas de trabalho pela Concessionária, ao longo de toda a Concessão, que prevejam a atualização guiada por procedimentos distintos para cada tipo de serviço, visando sua constante validação e garantindo a integridade e consistência dos dados e, acima de tudo, que coíbam quaisquer intervenções nos ativos, sem que essa intervenção seja reportada e atualizada.

O cadastro técnico é parte constituinte do sistema e deverá ser mantido atualizado pela Concessionária durante toda a Concessão.

Atualmente o cadastro conta unidades de iluminação levantados pela Prefeitura e registrados na distribuidora de energia. O Cadastro poderá sofrer variação para maior ou menor e será responsabilidade e risco da Concessionária variações de até 1% (um por cento) para mais ou menos. Essa tolerância de 1% para mais ou para menos está relacionada somente ao ajuste do cadastro inicial. Qualquer divergência a maior ou a menor demandarão reequilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

Os ativos do cadastro técnico estão detalhados no item 1.1 - Sistema Municipal de Iluminação Pública inicial.

5.3 Modernização

A modernização do Sistema Municipal de Iluminação Pública é definida pelas atividades de substituição das lâmpadas convencionais de descarga, pelas luminárias com tecnologia LED e implantação de telegestão. A ação de modernizar o sistema deverá aumentar o nível e a qualidade da luz nas vias públicas do Município. Também deverá promover a eficiência energética reduzindo o consumo de energia e os custos operacionais com menos falhas no sistema.

A Concessionária deverá realizar a substituição de todas as unidades de iluminação, ou seja, 100% do sistema atual do Município de Píripíri disponível no cadastro inicial deste caderno para luminárias com tecnologia LED. A substituição deverá garantir adequação funcional, adequação às boas práticas e normas ambientais, melhoria da qualidade da luz emitida e redução do consumo de energia.

Como premissa essencial para a modernização do Sistema Municipal de Iluminação Pública a Concessionária deverá promover a eficiência energética em todas as unidades de iluminação pública. O percentual de economia de energia gerado com a modernização não deve ser inferior a 46 % (quarenta e seis por cento). O percentual de economia será aferido conforme indicador de desempenho “Indicador de Eficientização Energética” deste caderno. A economia de energia será mensurada sobre as unidades de iluminação pública disponível no cadastro do item 1.1- Sistema Municipal de Iluminação Pública inicial. Ampliações que venham aumentar a carga instalada do sistema municipal de iluminação pública não serão consideradas na aferição da economia de energia.

Caso a Concessionária auferir a economia de energia maior do que a prevista de Anexo, deverá compartilhar 50% dos ganhos econômicos com o Poder Concedente.

A modernização do sistema de iluminação de Píripíri se dará em 12 meses, após a data de assunção, sendo que a substituição das lâmpadas convencionais para LED ocorrerá no 1º ano de Concessão. O número de unidades de iluminação pública modernizadas mensalmente será medido conforme indicador de desempenho descrito neste caderno.

As trocas se darão preferencialmente da seguinte maneira:

- Pela ordem decrescente da potência instalada atual, buscando uma maior economia desde o início do contrato;

- Pela ordem decrescente da importância das vias, em razão de sua classificação pela NBR 5101. Assim, as trocas nas vias se darão pela ordem de classificação, ou seja, primeiramente nas vias C1 e, após, nas vias C2, C3, C4 e C5.

A Concessionária também deverá implantar um sistema de Telegestão, instalado e colocado em operação concomitantemente com o processo de substituição das luminárias convencionais por luminárias com tecnologia LED. O sistema de Telegestão deverá ser instalado em 100% dos pontos do cadastro inicial disponível no item 1.1 deste caderno, nas principais vias da cidade. A Concessionária deve apresentar no plano de implantação os locais de instalação.

5.4 Iluminação de Destaque

A Concessionária deverá implantar um Plano de Iluminação de Destaque, parte integrante do Plano de Modernização do sistema de iluminação pública do município, que abrangem o desenvolvimento, a partir de projetos específicos diferenciados do padrão convencional para vias de tráfego de veículos e pedestres, para a valorização, por meio de iluminação, de equipamentos urbanos como pontes, edifícios, monumentos, fachadas e obras de arte de valor histórico de arquitetônico, artístico, cultural ou paisagístico, localizados em espaços públicos do Município. Na presente Concessão, compete à Concessionária executar 5 (cinco) projetos de iluminação de destaque, conforme detalhado neste caderno.

A Concessionária deverá instalar conforme prazo no cronograma item 4 deste caderno, iluminação de destaque para os seguintes equipamentos urbanos:

| Monumento | Pontos de Destaque |
|--------------------------------------|--------------------|
| Ponte do Açude Caldeirão | 20 |
| Prefeitura Municipal | 30 |
| Casarão do Embaixador | 16 |
| Igreja de Nossa Senhora dos Remédios | 50 |
| Total | 116 |

Foram estimados 116 (cento e dezesseis) pontos de iluminação de destaque, compostos por projetos de embutir, sobrepor, lineares e RGB para atender todos os monumentos listados acima.

O Plano de Iluminação de Destaque deverá incluir o detalhamento de todos os projetos de Iluminação de Destaque listados acima.

O Plano de Iluminação de Destaque a ser implantado deverá ser aprovado pelo Poder Concedente.

Para cada um dos projetos deverão constar no Plano ao menos os seguintes itens:

- O cronograma detalhado de implantação, assim como de adequação das instalações existentes para a execução dos serviços de Iluminação de Destaque;

- Projetos elétricos e luminotécnicos para a Iluminação de Destaque, ilustrados com imagens em 3D;
- As especificações técnicas de todos os equipamentos e sistemas a serem instalados;
- As características da fonte luminosa (Potência, Índice de Reprodução de Cor);
- Quantitativo de todos os equipamentos, sistemas e fontes luminosas;
- O orçamento sintético é elaborado mediante levantamentos de quantitativos de serviços calculados com base nos Projetos elétricos e luminotécnicos para a Iluminação de Destaque, com precisão compatível com o seu nível de detalhamento, composto pela descrição, unidade de medida, preço unitário, quantidades e preço dos serviços da obra. O orçamento sintético deve ser balizado pelos sistemas referenciais oficiais tais como SINAPI e SICRO, ou cotação.

No caso de qualquer outra ação de embelezamento que não esteja prevista neste item, a Concessionária deverá arcar com todos os custos e estes irão acarretar no reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

A Concessionária deverá providenciar as devidas aprovações para as instalações dos equipamentos, intervenções civis e respectivas obras de restauro junto aos órgãos competentes de preservação e controle patrimonial, bem como garantir, para cada uma das intervenções previstas, o cumprimento do plano de implantação, quanto ao cronograma de implantação, adequação aos projetos elétricos e luminotécnicos e utilização dos equipamentos, sistemas e materiais apresentados no documento.

5.5 Centro de Controle Operacional - CCO

A Concessionária deverá implantar um Centro de Controle Operacional (CCO), com a finalidade de realizar a gestão dos pontos luminosos, que incluirá sistema de atendimento (*Service Desk*) para atender às demandas operacionais e da população.

5.5.1 Instalações

Para a implantação do Centro de Controle Operacional – CCO, a Concessionária deverá fornecer todos os recursos humanos e materiais necessários para seu funcionamento, além da conservação e manutenção (preditiva, preventiva e corretiva) de todos os sistemas e equipamentos instalados em seu ambiente. O Centro de Controle Operacional (CCO) será implantado na estrutura operacional da Concessionária.

Esse espaço deverá sofrer remodelações e adequações necessárias para seu funcionamento e possuir, no mínimo, 1 (um) ambiente, para suportar as principais atividades de despacho e acompanhamento de ocorrências, monitoramento e controle pela Concessionária e pelo Poder Concedente.

- Sala de Operação – que integrará todos os pontos de serviço exibidos em monitores LED, de no mínimo 50”, com gestão por meio do Sistema Central de Gerenciamento (SCG), contendo espaço para postos de operadores de Iluminação Pública.
- *Service Desk* – fará o teleatendimento receptivo e ativo ao cidadão, ao Poder Concedente e à Concessionária. O *Service Desk* terá funcionamento 24 horas por dia, através de serviço tipo 0800, com operação de *softwares* específicos como o Sistema Central de Gerenciamento, que permite o gerenciamento de ocorrências informadas pelo cidadão por meio de dispositivos móveis (PDAs, *smartphones* ou *tablets*).

O Centro de Controle Operacional (CCO) deverá ter instalações de alta disponibilidade, projetado para funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com total controle e integridade da infraestrutura de Engenharia, Tecnologia da Informação e de Comunicação nele abrigadas, independente das variáveis externas.

O Centro de Controle Operacional (CCO) deverá prover iluminação adequada aos usuários e ter iluminação de emergência de acordo com normas técnicas dos bombeiros e iluminação de manutenção e serviços.

Todos os equipamentos e serviços necessários para pleno funcionamento do Centro de Controle Operacional (CCO) deverão ser fornecidos pela Concessionária.

5.5.2 Computadores

A Concessionária deverá garantir que os equipamentos destinados aos usuários do Centro de Controle Operacional (CCO) estejam sempre atualizados com todos os aplicativos necessários à operação. Todos os Computadores deverão estar providos com todos os *softwares* operacionais, devidamente licenciados, necessários para as atividades desempenhadas por seus usuários.

5.5.3 Sistema integrado de telefonia

A Concessionária deverá implantar plataforma de comunicação de alta disponibilidade que suporte todas as necessidades do Centro de Controle Operacional (CCO). As funcionalidades mínimas do sistema deverão ser previamente acordadas entre Concessionária e Poder Concedente. O sistema de telefonia deverá estar disponível para todos os funcionários do Centro de Controle Operacional (CCO).

5.5.4 Segurança eletrônica e controle de acesso

A Concessionária deverá garantir que a solução de segurança elaborada para o Centro de Controle Operacional (CCO) contemple o sistema de controle de acesso a ser implantado em todos os ambientes do Centro de Controle Operacional (CCO).

A Concessionária deverá executar o serviço de vigilância eletrônica 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana. Deverá fazer parte desse serviço um sistema de captação, transmissão e exibição de imagens composto por câmeras, monitores, equipamentos eletrônicos e outros dispositivos técnicos que permitam a visualização de eventos do local protegido, tendo como objetivo o monitoramento remoto das dependências do Centro de Controle Operacional (CCO).

A Concessionária deverá implantar sistema de controle de acesso para automação do controle de acesso às localidades restritas. Esse sistema deverá realizar todo um processo de gerenciamento e controle, possibilitando a integração entre os dispositivos periféricos.

5.5.5 Segurança da informação

A Concessionária está obrigada a manter cópias de segurança (*backup*) de todos os dados em um ambiente seguro e protegido, de modo a garantir a continuidade dos negócios na eventualidade de sinistros de qualquer natureza.

A Concessionária deverá garantir a aquisição de equipamentos que possam coibir e eliminar os riscos de possíveis acessos indesejáveis à rede existente.

A Concessionária deverá garantir o controle de acesso a todos os sistemas e realizar revisão de perfis periodicamente, a fim de manter a lista de usuários sempre atualizada para cada um dos *softwares* utilizados. A revisão de perfis poderá ser realizada com o apoio do Poder Concedente.

A Concessionária deverá manter equipe de gestão de segurança capaz de prestar serviços de detecção e reação a incidentes. A equipe de gestão de segurança será também responsável pela definição de todas as políticas de segurança da rede e de acesso à mesma, tendo como atribuição também a configuração dos parâmetros necessários para sua implantação.

5.5.6 Cronograma de Implantação do Centro de Controle Operacional (CCO)

A implantação do Centro de Controle Operacional (CCO) deverá ocorrer até o 6º mês de Concessão.

5.6 Estruturas Operacionais

A Concessionária deverá implantar 1 (uma) estrutura operacional de apoio no Município de Piripiri para garantir o pronto atendimento aos chamados. Essa estrutura operacional deverá ser estrategicamente posicionada de modo que possa melhor atender a eventualidades. A Concessionária deverá determinar a localização dessa estrutura.

5.7 Equipamentos das Equipes de Campo

As equipes de campo deverão possuir todos os equipamentos necessários para prestar os serviços em campo de maneira eficiente, correta e segura.

5.7.1 Veículos

A Concessionária deverá assegurar que a quantidade de veículos e a estrutura determinada sejam capazes de garantir as metas de indicadores de desempenho do contrato de Concessão, cumprindo com todos os serviços que fazem parte dos Encargos de Serviços e Manutenção. Todos os veículos deverão possuir, no mínimo, seguro contra danos a terceiros.

5.7.2 Demais equipamentos

A Concessionária deverá disponibilizar todas as ferramentas e equipamentos necessários para que as equipes de campo realizem os trabalhos necessários de operação e manutenção do Sistema Municipal de Iluminação Pública do Município de Piripiri.

Dentre essas ferramentas estão os dispositivos móveis, que devem conter módulo do Sistema Central de Gerenciamento, integrado e de comunicação direta com os operadores do Centro de Controle Operacional (CCO) e demais operadores do parque.

5.8 Soluções em Tecnologia de Informação

O Centro de Controle Operacional (CCO) deverá estar equipado com sistemas completos de gerenciamento de toda a operação, além de ferramenta informatizada de *Enterprise Resource Planning* (ERP) para apoio às áreas Financeira e Contábil. A Concessionária deverá prover o CCO com um Sistema Central de Gerenciamento e Sistema de Gerenciamento de Dados.

5.8.1 Sistema Central de Gerenciamento

A Concessionária, de modo a atender às necessidades da Gestão do Sistema Municipal de Iluminação Pública do Município de Piripiri, deverá implantar uma ferramenta de *software* denominada Sistema Central de Gerenciamento.

O *software* Sistema Central de Gerenciamento proposto deverá ser constituído de um conjunto de programas destinados a controlar e gerenciar todas as atividades inerentes ao funcionamento do Sistema Municipal de Iluminação Pública do Município de Piripiri e do Centro de Controle Operacional (CCO), devendo o mesmo contemplar, no mínimo, as funções descritas nos subitens a seguir e possuir um protocolo de comunicação “aberto”, garantindo a integração de dispositivos de diferentes sistemas (iluminação, semáforos, painéis de mensagens, entre outros) que poderão ser adicionados na Rede de Iluminação Pública no Município, gerando receita adicional ao contrato e permitindo a atualização tecnológica futura, seguindo o padrão das Cidades Inteligentes (*Smart City*).

5.8.1.1. Gestão dos ativos

O Sistema Central de Gerenciamento deverá possuir módulos que realizem a gestão de todas as unidades de iluminação pública nos aspectos patrimonial, quantitativo, qualitativo, operacional, ativo e reativo e disponibilização em mapas da base cadastral do Município, vinculando cada ponto de serviço em coordenadas georreferenciadas.

O sistema deve ainda permitir o cadastramento dos veículos colocados à disposição da operação do sistema municipal de iluminação pública, informando em tempo real seu posicionamento numa cartografia vetorizada e permitindo o acionamento do mesmo para atendimento a serviços de campo. Todo o ativo cadastrado deverá ser georreferenciado em cartografia vetorizada.

Além de armazenar ativos referentes à iluminação pública, o sistema deverá estar apto para o cadastro dos domínios referentes aos demais serviços prestados pelo Município, de modo a atender às necessidades de uma cidade inteligente.

As informações básicas que deverão ser coletadas referentes ao ativo estão elencadas a seguir:

- Identificação do ativo;
- Tipo do ativo e categoria;
- Imagem do ativo (se necessário);

- Localização (endereço);
- Composição dos materiais;
- Coordenadas geográficas;
- Data de instalação;
- Estado de conservação do material;
- Proprietários e usuários do ativo;
- Documentos anexos.

5.8.1.2. Gestão e manutenção da operação

O Sistema Central de Gerenciamento deverá gerir todas as informações referentes a cada ativo, relativas à manutenção executada (composição, endereço, histórico de cada ponto, dentre outras). As ordens de serviço de todas as modalidades (manutenção corretiva e preventiva e situações de emergência), bem como rotas de rondas e programa de inspeções, deverão ser enviadas para as equipes operacionais em tempo real. Todas as ações realizadas na área deverão ser gravadas e armazenadas no banco de dados do *software* Sistema Central de Gerenciamento, gerando o registro histórico da manutenção de cada ativo e o detalhamento de cada ordem de serviço.

5.8.1.3. Acompanhamento do consumo de energia

O sistema deverá possibilitar comparações entre os consumos de energia elétrica estimado, medido e faturado. O consumo de energia estimado deverá ser baseado nas potências das lâmpadas cadastradas no *software* Sistema Central de Gerenciamento, considerando as perdas dos reatores e o tempo de funcionamento, previamente cadastrados para cada ponto luminoso. Para o cálculo, deverão ser considerados os ativos, tanto com medição quanto com estimativa do consumo, e expurgados os que estejam fora de serviço.

5.8.1.4. Gestão de estoques

O *software* Sistema Central de Gerenciamento deverá conter módulo de gerenciamento de estoque que permita o acompanhamento dos materiais estocados pela área de manutenção e utilizados pelas equipes.

5.8.1.5. Solicitação de serviços WEB

O Sistema de Central de Gerenciamento deverá disponibilizar um endereço de *site* e aplicativo para que o cidadão possa contribuir, de forma gratuita, para melhoria do serviço de iluminação, reclamando de um ponto luminoso com defeito.

5.8.1.6. Utilização do *Service Desk*

Todos os aplicativos utilizados no *Service Desk* deverão ser integrados ao Sistema Central de Gerenciamento. Dessa forma será possível obter informações das ocorrências integradas às informações das chamadas. O sistema de atendimento ao cidadão, além de registrar o número da ocorrência no Sistema Central de Gerenciamento, deverá registrar as informações referentes às chamadas como: tempo de espera, número de desistências, duração de um atendimento, dentre outros. Deverá integrar computador e telefonia com recursos de discador, atendimento eletrônico (URA), gravação e supervisão *on-line*, com alta produtividade.

5.8.1.7. Funcionalidades específicas atreladas aos módulos do Sistema de Telegestão:

F1 O Sistema de Telegestão de Iluminação Pública, deve permitir a integração com softwares legados, via API ou qualquer outra forma de integração tecnicamente consagrada. Esta integração deve contemplar a bidirecionalidade do fluxo de dados, permitindo que as informações do Sistema de Telegestão (alertas, OS's, cadastros e indicadores) sejam acessadas pelo Sistema de Gestão em desktops compatíveis com os principais sistemas operacionais do mercado (Linux, Windows ou Mac OS), possuindo compatibilidade nativa com o protocolo HTTPS, viabilizando o acesso aos funcionários da Prefeitura quando necessário.

F2 O Sistema de Telegestão de Iluminação Pública, deve permitir a integração com softwares legados, via API ou qualquer outra forma de integração tecnicamente consagrada. Esta integração deve contemplar a bidirecionalidade do fluxo de dados, permitindo que as informações do Sistema de Telegestão (alertas, OS's, cadastros e indicadores), possam ser visualizadas no Sistema de Gestão em mapa integrado, exibindo pontos, ordens de serviço, cadastros e indicadores.

F3 O Sistema de Telegestão, deve possuir controle dos níveis de acesso parametrizáveis ao sistema, com cadastro de usuários, grupos e permissões atribuídas. Login através de usuário e senha. Todos os acessos e ações realizadas no Sistema de Telegestão, deverão possuir log de registros.

F4 O Sistema de Telegestão, deve possibilitar a exportação de dados em tabelas (formato CSV ou TXT) e criação de painéis Dashboard.

F5 O Sistema de Telegestão de Iluminação Pública, deve permitir a integração com softwares legados, via API ou qualquer outra forma de integração tecnicamente consagrada.

F6 O Sistema de Telegestão, deve ser acessível via tablets e smartphones, com a finalidade de utilização para cadastros dos pontos referentes aos equipamentos de Telegestão e dos pontos de iluminação pública do Município. O sistema deve possuir, no caso do aplicativo para tablets ou smartphones, adaptabilidade com os sistemas operacionais Android, com operação online ou off-line, garantindo seu funcionamento em áreas onde não há a cobertura integral da rede de dados celular. O aplicativo deve mostrar os pontos cadastrados e seus atributos. Deve também permitir a obtenção de coordenadas através do GPS do tablet ou smartphone.

F7 O Sistema de Telegestão deverá possibilitar no Cadastro, a identificação detalhada dos componentes do ponto de luz, características físicas e a classificação dos logradouros público conforme instruções da ANEEL, em C1, C2, C3, C4, C5

F8 O Sistema de Telegestão, deve possibilitar a implantação e seu funcionamento, sem a necessidade de criação própria de uma infraestrutura de processamento, armazenagem do SW e dados, ou seja, tanto o SW de Telegestão bem como os dados gerados deverão ser hospedados em Cloud, preferencialmente em território brasileiro. Porém, a empresa provedora dos serviços em Cloud, deverá responder juridicamente em território brasileiro.

F9 O Sistema de Telegestão deve permitir que os pontos de luz cadastrados possam ser visualizados no mapa e este possa ser digitalizado.

F10 O Sistema de Telegestão, deve possibilitar a exportação de dados em tabelas (formato CSV ou TXT) para possibilitar a criação de relatórios e gráficos.

F11 O Sistema de Telegestão deve possuir a capacidade de gerar ou fornecer informações para formação de indicadores de performance do próprio Sistema de Telegestão e dos pontos de Iluminação Pública, relativos à:

- efetividade de transmissão (índice de Varredura, conforme descrito no item 01) da Telegestão;
- tempo de resposta aos comandos (conforme descrito no item 02);
- lâmpadas acesas de dia;
- Lâmpadas apagadas de noite;

F12 Disponibilidade de aplicativo para tablets ou smartphones para uso das equipes de manutenção e execução de obras de modernização, ampliação e substituição dos equipamentos de Telegestão, com funcionamento online e offline. O aplicativo deve permitir a visualização das ordens de serviço, polígono delimitando a área de atuação da equipe e dados dos pontos cadastrados em mapa georreferenciado. O registro dos atendimentos das ordens de serviço e execução das obras deve ser feito através do aplicativo, evitando processos redundantes em papel, que são sujeitos a erros e atrasos na atualização das informações.

F13 Monitoramento do consumo de energia do parque de iluminação pública diferenciando os pontos com consumo medido pela concessionária, estimado por cadastro e medido por futuro Sistema de Telegestão.

F14 O Sistema de Telegestão de Iluminação Pública, deve permitir a integração com softwares legados, via API ou qualquer outra forma de integração tecnicamente consagrada. Possibilitando a Integração online ao Sistema de Gestão e está por sua vez online com a central de atendimento (Call Center).

F15 Acompanhamento estatístico, da vida útil dos componentes do Sistema de Telegestão do parque de iluminação pública, através da base histórica de substituições, permitindo fazer a previsão de suprimentos necessários à manutenção futura e a avaliação da durabilidade dos materiais aplicados

F16 O Sistema de Telegestão deverá prover informações dos pontos de Iluminação Pública ao Sistema de Gestão, para que este possibilite a definição em tempo real dos roteiros de inspeção do parque de Iluminação Pública, permitindo a seleção em massa dos pontos a serem inspecionados, utilizando polígonos no mapa e outras propriedades do ponto, possibilitando estabelecer uma rotina de periodicidade para que os roteiros sejam realizados de tempos em tempos, por exemplo: 1 vez por mês, sendo possível planejar roteiros mensais de inspeção em todo o parque.

F17 O Sistema de Telegestão deve prover informações, afim de possibilitar o estabelecimento de rotinas aleatórias de auditoria para os processos de cadastramento, execução dos serviços de manutenção ou instalação e avaliações técnicas dos equipamentos de Telegestão. Através destas informações, deve ser possível definir um conjunto de parâmetros a serem avaliados em campo, definição de uma base amostral aleatória e geração de relatórios com os resultados obtidos. As avaliações em campo devem ser realizadas através de aplicativo móvel.

F18 O Sistema de Telegestão deve possuir tempo de resposta a comandos (consulta ou comandos) de máximo 3 (três) minutos (180 segundos).

F19 O Sistema de Telegestão deve possibilitar agregação de valor, através da capacidade de implementar sensoriamento de outras funcionalidades ou medição de grandezas diversas (receitas acessórias), por meio de módulos adicionais de comunicação monitorando sensores, instalados na mesma rede de comunicação da Telegestão. A comprovação será mediante a demonstração da integração de pelo menos 3(três) aplicações com sensores de funcionalidades distintas.

F20 O Sistema de Telegestão, deve oferecer interface de integração (via API ou outra forma de integração consagrada), de forma que o Sistema de Gestão possa visualizar, controlar e gerir através de um só sistema de monitores e não dois grupos independentes.

6 ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Neste item são apresentadas as principais especificações técnicas dos equipamentos e sistemas desejados pelo Poder Concedente. Poderão ser estruturadas soluções alternativas às especificações aqui detalhadas, desde que plenamente justificadas e que atendam aos parâmetros e premissas técnicas mínimas.

6.1 Luminárias

A tecnologia empregada pela Concessionária na rede municipal de iluminação pública deverá atender obrigatoriamente aos parâmetros técnicos, ensaios, dentre outras exigências presentes em legislação e normas vigentes, bem como as seguintes especificações técnicas mínimas:

- i. Aderência a sistemas de telegestão: as luminárias instaladas pela Concessionária deverão apresentar tecnologia compatível com todas as funcionalidades do sistema de telegestão e ponto de conexão para instalação de equipamentos de telegestão;
- ii. Acabamento: todas as peças metálicas não energizadas das luminárias devem receber tratamento anticorrosivo;
- iii. Temperatura de COR máxima de 4.000K;
- iv. Eficiência luminosa mínima de 150 lm/W;
- v. Certificação do INMETRO: as luminárias instaladas pela Concessionária devem estar certificadas na Portaria nº 62 do INMETRO de 2022. No caso de substituição da Portaria nº 62, a nova regulamentação será exigida apenas para as luminárias instaladas após a data de publicação da nova Portaria;
- vi. Certificação do INMETRO: as luminárias instaladas pela Concessionária devem estar certificadas na Portaria nº 62 do INMETRO de 2022. No caso de substituição da Portaria nº 62, a nova regulamentação será exigida apenas para as luminárias instaladas após a data de publicação da nova Portaria;
- vii. Concessão do Selo PROCEL de Economia da Energia de Classificação A: as LUMINÁRIAS instaladas pela CONCESSIONÁRIA devem possuir o selo PROCEL de economia de energia para LUMINÁRIAS para ILUMINAÇÃO PÚBLICA. No caso de atualização dos requisitos do Selo PROCEL, as novas exigências serão aplicadas apenas para as LUMINÁRIAS instaladas após a data de publicação da atualização;

- viii. Na hipótese de revogação ou suspensão do Selo PROCEL deve ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, minimamente, os certificados e requisitos técnicos exigidos no Selo PROCEL, incluindo a evidência de ensaios laboratoriais que comprovem o atendimento aos requisitos técnicos. Os referidos ensaios devem ser realizados em laboratórios acreditados pelo INMETRO.

Apresentar os seguintes documentos junto com a proposta técnica:

- Laudos resultantes dos ensaios;
- Dados fotométricos;
- Arquivo digital de dados fotométricos “.IES” da luminária;
- Atestados ou documentos, com datas recentes, fornecidos pelo laboratório, que comprovem sua acreditação pelo INMETRO, relativa a cada ensaio realizado. No caso de laboratórios internacionais, apresentar documentação recente, que comprove a acreditação no país de origem, reconhecida pelo INMETRO através de acordo multilateral, relativa a cada ensaio realizado;
- Comprovação de atendimento ao SELO PROCEL.

Todos os ensaios devem ser realizados em laboratórios nacionais acreditados pelo INMETRO, ou laboratórios internacionais com acreditação no país de origem, reconhecida pelo INMETRO através de acordo multilateral.

Poderão ser apresentadas equipamentos com características similares e divergentes das especificações solicitadas, desde que atenda aos indicadores de desempenho deste caderno, a NBR5101 e a portaria 62 do INMETRO.

Alterações e revisões realizadas nesta especificação técnica terão efeito no momento de sua divulgação e serão compulsórias a todos os interessados.

6.2 Equipamentos de Telegestão

A Concessionária deverá implantar um sistema de Telegestão capaz de fazer o gerenciamento remoto das unidades de iluminação pública do Município. O sistema deve ser projetado considerando padrões e protocolos de comunicação abertos, ser escalável e permitir a integração futura com outros sistemas.

A arquitetura desse sistema compõe-se de subsistemas básicos, dependendo das funções a serem executadas:

- Controlador inteligente de luminária;
- Rede de comunicação sem fio;
- Modulo de *software* de controle e gerenciamento.

Abaixo as características técnicas mínimas a serem atendidas são:

Controlador inteligente de luminária:

- Conector NEMA 7 pinos, padrão ANSI 136.41 para instalação no exterior das luminárias;
- Saída para dimerização analógica padrão 0 - 10V ou digital padrão DALI;
- Medição – Grandezas:
 - Tensão (V);
 - Corrente (A);

- Potência (W);
- Potência Acumulada (Wh);
- Fator de Potência (VA);
- Frequência (Hz);
- Precisão 2%.
- Modos de Operação:
 - Fotocélula (sensor fotoeletrônico ou fototérmico) - Liga e desliga de acordo com o nível de luminosidade do ambiente;
 - Agendamento - Mediante armazenamento e execução local da programação de operação comandada via módulo de *software*. Em caso de perda na comunicação com o Sistema Central o controlador deverá reverter para o módulo "fotocélula". Dispensável caso o armazenamento seja realizado através do módulo de comunicação;
 - Manual - Liga, desliga e controle de brilho através do módulo de *software*.
- Falhas:
 - Envio de mensagem para os seguintes eventos: Falha de lâmpada, falha de *driver*, limites de tensão, potência, temperatura e fator de potência;
 - Detecção de falta de energia.
- Geral:
 - Suporte a mais de um fornecedor de controlador operando na mesma rede de comunicação;
 - Atualização de *firmware over-the-air* (OTA).

Rede de Comunicação sem Fio:

- Ser escalável para permitir suporte a centenas de milhares de dispositivos;
- Ser multisserviço para permitir suporte a mais de uma aplicação na mesma infraestrutura de rede;
- Tecnologia sem fio, operando em faixa de frequência não licenciada ou licenciada;
- Rádios com potência de até 1 Watt para permitir maior alcance e maior cobertura;
- Alta disponibilidade com mecanismos de autorrecuperação e roteamento automático em caso de falha do concentrador;
- Suporte a padrões abertos – APIs, IPv6, TALQ, WI-SUN Alliance;
- Velocidade de comunicação compatível para sistemas de iluminação pública;
- Garantia de nível de serviço superior a 99%;
- Atualização de *firmware* dos elementos de rede e controladores inteligentes - OTA (*Over the Air*);
- Segurança:
 - Assinatura de imagem de *firmware* para os *hardwares* de comunicação e dos dispositivos, possibilitando um *bootloader* protegido por “*system-on-chip*”;
 - Armazenamento baseado em *hardware*, com capacidade de processamento criptografado em cada *endpoint* da rede como uma chave de criptografia indissociável dentro do *system-on-chip*;
 - Autenticação e autorização padrões baseadas em PKI, utilizando por exemplo certificados baseados em padrão X.509;
 - Ferramentas de campo que também possuam autenticação, autorização e controle de acesso de *hardware* baseados em PKIs padrões, evitando “cavalos de troia” através da rede;

- Os elementos de rede devem possuir recurso de *backup* em caso de falta de energia, visando manter a rede em funcionamento mesmo na falta de energia.
- Ponto de Acesso quando aplicável (*Gateway* ou Concentrador):
 - Elo central entre o módulo de *software* e os dispositivos terminais, como controladores, sensores etc.;
 - Deve possuir conectividade com o *backhaul* através de portas cabeadas (Ethernet 10/100Mbps) e/ou sem fio (3G/4G/Radio WiMAX);
 - Permitir a montagem em postes ou torres e possuir grau de proteção IP65 ou superior;
 - Alimentação: Faixa de 100 a 250 VCA, a 60 Hz;
 - Temperatura de operação: -20°C a +70°C;
 - Opção para bateria *backup* com autonomia mínima de 8 horas;
 - Protocolo de comunicação IPv6;
 - Suporte para até 5.000 dispositivos terminais por *Gateway* ou Controlador;
 - Descoberta automática dos dispositivos terminais;
 - Atualização de *firmware* OTA (*Over the Air*);
 - Possuir certificação Anatel.
- Repetidor quando necessário:
 - Elemento cuja finalidade é ampliar o alcance da rede de comunicação sem fio;
 - Alimentação: Faixa de 100 a 250 VCA, a 60 Hz;
 - Temperatura de operação: -20°C a +70°C;
 - Opção para bateria *backup* com autonomia mínima de 8 horas;
 - Protocolo de comunicação IPv6;
 - Suporte para até 1.000 dispositivos terminais por Repetidor;
 - Possuir certificação Anatel.
- Ferramentas de campo:
 - Conjunto de *hardware* e *software* que permita às equipes de campo realizar o diagnóstico de falhas na rede de comunicação.

Módulo de *software* de controle e gerenciamento

- Disponível na modalidade SaaS (*Software as a Service* ou em Nuvem) e/ou instalação em *data center* local;
- Interface gráfica de usuário disponível no idioma português;
- Acesso à Interface de usuário via computador e/ou *smartphone*;
- Deve suportar conexões seguras via protocolo SSL;
- Suporte a diversos tipos de tecnologia de diferentes fabricantes de sistemas de controle de iluminação pública;
- Relatórios para análise de falhas e consumo de energia;
- Alarmes baseados em eventos de falha pré-definidos;
- Fácil integração com os sistemas de *BackOffice* através de APIs abertas;
- Capacidade de gerenciamento por zonas, inclusive possibilitando o agrupamento de dispositivos;
- Capacidade de envio aos dispositivos de calendários contendo agendamento de liga/ desliga e controle de nível de iluminação, incluindo sobre iluminação ou lampejos em casos de específicos;
- Processamento de dados históricos.

Apresentar certificação do INMETRO para o equipamento de telegestão juntamente com a proposta técnica da Licitante.

Poderão ser apresentadas equipamentos com características similares e divergentes das especificações solicitadas, desde que atenda aos indicadores de desempenho deste caderno e a NBR5101, bem como a recomendações da ANEEL para dispositivos de Telegestão.

6.3 Postes

Os postes a serem implantados ou substituídos em redes exclusivas de iluminação pública deverão seguir os padrões estabelecidos a seguir.

Os postes do Sistema de Iluminação Pública do Município de Píripíri poderão ser de concreto armado, aço/ferro zincado a quente, alumínio, fibra de vidro (PRFV) ou fibra de carbono. O tipo de poste a ser utilizado deverá depender da sua utilidade, localização, ambiente e componentes de iluminação.

A Concessionária deverá garantir as seguintes características mínimas dos postes, além das previstas nas normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e, na falta destas, as normas internacionais pertinentes:

- Os furos devem estar totalmente desobstruídos e terem eixos perpendiculares ao eixo do poste;
- Os postes deverão possuir, gravados de forma legível, em baixo relevo, quando de concreto, e através de etiqueta indelével nos demais tipos, o nome ou marca do fabricante, a data de fabricação, o comprimento nominal em metros e a resistência nominal em daN;
- No caso dos postes de concreto, as armaduras longitudinais devem ter revestimento de concreto com espessura mínima de 20 mm, exceto o topo e a base;
- Possuir inspeções de acabamento, dimensões, furação e identificação;
- Possuir ensaios de fabricação de momento fletor, elasticidade, resistência e absorção de água, conforme aplicável a cada tipo de poste;
- A garantia não deve ser inferior a 5 (cinco) anos;
- Normas técnicas: ABNT NBR 8451-1:2011, ABNT NBR 14744:2001 e ASTM D4923-01, ou as que venham substituí-las, e demais normas da ABNT aplicáveis, e na falta destas, as normas internacionais pertinentes;
- No caso dos postes metálicos, a tinta a ser utilizada nos postes deverá possuir revestimento de dois componentes à base de epoxi e isocianato apresentando alta resistência ao intemperismo;
- Resistência a 90°C seco.

6.4 Braços

A Concessionária deverá garantir que os Braços para a Iluminação Pública possuam as seguintes características:

- Dimensões segundo a norma ABNT NBR 8159;
- Acabamento conforme NBR 6323 e SAE 1010 e 1020, não podendo apresentar imperfeições ou achatamento, isentas de rebarbas e cantos vivos;
- O nome do fabricante deverá estar na peça de forma legível;
- A garantia não deve ser inferior a 5 (cinco) anos.

- Nos casos dos braços especiais deverão possuir as características listadas acima e serem galvanizados afogo – 132 micras com pintura com RAL definido entre o Poder Concedente e a Concessionária.

6.5 Cabos

A Concessionária deverá, com relação aos condutores, considerar as seguintes características:

- Os circuitos de baixa tensão de iluminação deverão ter condutores isolados de baixa tensão de cobre ou alumínio, que sigam as normas: NBR – Fios e Cabos Elétricos - Queima Vertical (Fogueira), NBR – 6880 – Condutores de Cobre para Cabos Isolados (Padronização) e NBR – 7288 – Cabos com isolamento sólida estruturada de cloreto de Polivinila (PVC) para tensões de 1 a 20kV (Especificação);
- No interior dos dutos, cabos-terra, de cobre, que sigam as normas: NBR 6880 – Condutores de Cobre para Cabos Isolados (Padronização) e NBR 6251 – Cabos de potência com isolamento extrudada para tensões de 1kV a 35 kV;
- Os circuitos entre o suporte da luminária e a caixa de passagem junto ao poste deverão ser de cobre e seguir as normas: NBR 6880 – Condutores de Cobre para Cabos Isolados e NBR 8661 – Cabos de formato plano com isolamento sólida estruturada de cloreto de polivinila para tensões até 750V (Especificação).

6.6 Quadro de distribuição de energia

A Concessionária deverá garantir que os quadros de distribuição tenham projetos e características ensaiados conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em suas últimas revisões, indicadas a seguir:

- NBR 6808 – Conjunto de controle de Baixa Tensão (Especificação);
- NBR 6146 – Graus de proteção providos por invólucros (Especificação);
- NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão (Procedimento);
- ANSI C-3720 (Para casos não definidos pelas normas acima);
- A Concessionária também deverá garantir as seguintes características em relação aos quadros:
- Grau de proteção mínimo IP55;
- Barramentos em cobre, dimensionados para suportar o aquecimento provocado pela corrente de curto-circuito simétrica, além dos esforços dinâmicos da corrente de curto assimétrica;
- Tensão nominal de 220V;
- Frequência nominal de 60Hz;
- Ensaio conforme NBR 6808;
- Os disjuntores do quadro deverão ser construídos de material termoplástico, com acionamento manual, através de alavanca frontal de disparo livre, deverão também possuir disparador bimetálico para sobrecorrente e disparados magnético e instantâneo para proteção contra curto-circuito.

A Concessionária deverá garantir que o fornecedor apresente os projetos eletromecânicos dos conjuntos a partir dos Diagramas Unifilares apresentados. Juntamente com os projetos, deverá constar a relação das marcas de todos os componentes do conjunto e cópias dos catálogos dos fabricantes, para conhecimento de suas características nominais.

A Concessionária deverá garantir, também, para fins de operação, que o painel e os dispositivos de comando e sinalização estejam identificados com plaquetas indeléveis de acrílico, com a numeração do conjunto ou legenda identificadora, além de identificação e indicação da função de todos os dispositivos de comando e sinalização. Na parte interna do quadro deverão ser identificados todos os componentes de manobra, proteção e interligação através de etiquetas adesivas em plástico ou outro material resistente à umidade. O conjunto deverá vir acompanhado, no seu interior, do desenho de seu Diagrama Unifilar Simplificado, com as características dos equipamentos de proteção e manobra, de cada circuito, bem como seu uso.

6.7 Pintura

A Concessionária deverá garantir que todas as peças galvanizadas a fogo sejam pintadas conforme as especificações abaixo:

- Disposições técnicas registradas na NBR 10253/1988 relativas à preparação da superfície das peças de aço carbono galvanizadas a fogo;
- Utilização de Sistema Epóxi Isocianato (base) / Poliuretano (acabamento), conforme consta na NBR 1155/1988, em específico para os braços e postes ornamentais, onde a aparência e o brilho da pintura são mais notados, por tratarem-se de peças decorativas.

6.8 Demais equipamentos de iluminação

É de responsabilidade da Concessionária que todos os equipamentos que serão utilizados no Sistema de Iluminação Pública do Município de Piripiri sejam de qualidade e garantam o pleno cumprimento de todas as normas aplicáveis e prestação dos serviços previstos no Contrato e em seus Anexos.

7 ENCARGOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Os encargos de operação e manutenção têm como objetivo definir as estruturas necessárias e responsabilidades da Concessionária na prestação dos serviços de manutenção e execução das atividades a fim de manter o melhor funcionamento do sistema municipal de iluminação pública.

Também são estabelecidas as obrigações relacionadas à operação do Centro de Controle Operacional (CCO).

7.1 Operação e manutenção do Sistema Municipal de Iluminação Pública

A Concessionária deverá realizar a gestão do Sistema Municipal de Iluminação Pública de Piripiri, com uma abordagem inovadora para a iluminação urbana e com respostas concretas e rápidas às demandas do Poder Concedente e dos Municípios, garantindo a confiabilidade e qualidade dos serviços.

Todos os custos e despesas atrelados à operação e manutenção dos equipamentos e instalações deverão estar contemplados dentro da parcela de Valor Global da Contraprestação Mensal.

7.1.1 Estrutura e recursos operacionais

A operação e a manutenção do Sistema Municipal de Iluminação Pública deverão assegurar a qualidade dos níveis de iluminação e luminotécnicos estabelecidos pelas normas técnicas nacionais, e na falta destas, as normas internacionais equivalentes, a qualidade dos serviços prestados e a segurança dos funcionários da Concessionária e de todos os munícipes.

A Concessionária deverá possuir processos e estrutura operacional e administrativa adequada para realizar a gestão da Concessão, a manutenção dos serviços prestados aos munícipes e a gestão das informações do Sistema Municipal de Iluminação Pública incluindo os dados obtidos através do *Service Desk*.

Deverá também possuir processos adequados de controle de armazenamento e descarte dos materiais retirados do parque substituído, atendendo a todas as exigências ambientais legais pertinentes, assim como possuir setores para controlar a qualidade das atividades e segurança dos funcionários de modo a atender às exigências mínimas das normas nacionais vigentes.

A Concessionária deverá manter um Gerente de Contrato que deverá estar à disposição do Poder Concedente e será o responsável por responder a todos os processos e encargos necessários da Concessão.

7.1.2 Operação do Centro de Controle Operacional (CCO)

No Centro de Controle Operacional (CCO), a Concessionária deverá realizar toda a gestão do Sistema Municipal de Iluminação Pública de Piripiri. Nele serão processadas todas as informações advindas dos diversos Sistemas de Informação descritos na seção 2.5 deste documento. Ele deverá funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

A Operação e o Controle do sistema de iluminação deverão ser realizados por meio do Centro de Controle Operacional (CCO) utilizando-se de equipamentos, sistemas e equipes especializadas em monitoramento de controle. A equipe de operação será responsável pelo monitoramento e controle do parque de iluminação, despacho de ocorrências para as equipes de campo, acompanhamento e fechamento de ocorrências.

7.1.2.1. Service Desk

O *Service Desk* deverá fornecer suporte ao usuário dos sistemas e aos cidadãos e gerenciar os níveis de todos os serviços de tecnologia executados pela Concessionária.

A Concessionária deverá estabelecer os processos de operação e governança do *Service Desk*, baseando-se nas melhores práticas de mercado.

O *Service Desk* terá como função atender às solicitações feitas pelo cidadão, sendo o meio de contato para gerar os serviços de iluminação pública do Município. Também deverá ser o responsável pelo retorno de informações das solicitações ao cidadão. O *Service Desk* deverá funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

Todas as ligações recebidas pelo *Service Desk* deverão ser gravadas, por um período mínimo de 90 (noventa) dias, e todas as solicitações deverão ser registradas no Sistema Central de Gerenciamento, em conformidade com a natureza do escopo do atendimento, incluindo as informações de acompanhamento e solução dessas solicitações protocoladas.

Para qualquer chamada recebida no *Service Desk*, ao final do procedimento deverá ser realizada uma avaliação do atendimento com o cidadão, para que, posteriormente, a qualidade do serviço prestado possa ser avaliada. O cidadão poderá avaliar o atendimento do *Service Desk*.

A Concessionária deverá tratar sigilosamente todas as informações recebidas no *Service Desk*, as quais deverão ser confidenciais e protegidas, nos termos da lei.

7.1.2.2. Monitoramento e Controle

A Concessionária deve garantir monitoramento e suporte 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana para todas as aplicações, *links* dispositivos de comunicação, ativos de rede e banco de dados.

Os indicadores de desempenho para os serviços prestados, foram definidos no item 9.2 deste caderno, e, de forma a assegurar a qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis. O não cumprimento dos Indicadores de Desempenho acarretará na aplicação de multas e penalizações.

7.1.2.3. Manutenção do Centro de Controle Operacional (CCO)

A Concessionária deverá manter serviços de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura predial e eletromecânica, considerando que os mesmos devem ser contínuos e necessários ao perfeito funcionamento ininterrupto dos equipamentos de TI alocados nas áreas que lhes forem destinadas, compreendendo, mas não só, a operação e manutenção da infraestrutura predial e eletromecânica, vigilância, brigada de incêndio, limpeza, respectivos insumos, além de toda a estrutura administrativa predial, como recepção, portaria etc.

As operações de manutenção corretiva consistirão no atendimento dos chamados técnicos dos operadores do Centro de Controle Operacional (CCO) e do Poder Concedente, para a resolução de panes, falhas ou não conformidades técnicas prejudiciais ao uso, funcionamento e desempenho dos equipamentos, acessórios e periféricos, que integram a solução.

7.1.3 Gestão do Cadastro dos Ativos

A Concessionária deverá realizar e manter atualizado o cadastro georreferenciado de todas as informações do Sistema Municipal de Iluminação Pública do Município de PiriPiri durante todo o prazo da Concessão. A manutenção do cadastro deve ser realizada diariamente, durante todo o período do contrato, à medida que as unidades de iluminação pública sofram intervenções. Durante a realização dos serviços, caso haja substituições de equipamentos, todas as novas informações do ponto devem ser atualizadas em tempo real no banco de dados do *software* Sistema Central de Gerenciamento.

- A Gestão do patrimônio físico de todo sistema de iluminação do município também deverá ser realizada por meio do *software* Sistema Central de Gerenciamento, em base cartográfica georreferenciada, contendo os dados

de todos os componentes, previamente identificados por uma numeração, fixada visivelmente nos pontos de iluminação, conforme os seguintes critérios: A numeração do ponto, que corresponde à identificação física do ponto luminoso, será feita com a implantação de placa numerada em cada unidade de serviço - poste, braço da luminária, base ou parede;

- A placa de identificação deverá ser em alumínio ou aço inox, dimensões mínimas de 5 cm x 14 cm e 1 mm de espessura e os dígitos da numeração com 4 cm de altura. A numeração deverá ser impressa em adesivo de polímero com garantia de durabilidade superior a 8 (oito) anos. Para a fixação em braços de iluminação pública deverão ser utilizadas cintas de polímero com durabilidade superior a 8 (oito) anos nessa aplicação. Nos postes de concreto, a fixação deverá ser realizada por meio de braçadeiras de aço inoxidável de 3/8" de largura. Para os postes de aço, a fixação das placas deverá ser feita com rebite tipo POP de alumínio, em furos executados no corpo do poste;
- A placa de identificação para os postes decorativos deverá ser em alumínio ou aço inox, com dimensões de 2 cm x 8 cm e 0,8 mm de espessura e os dígitos da numeração com 5 mm de altura com impressão em relevo. Nesses postes, a fixação das placas deverá ser feita com rebite tipo POP de alumínio, em furos executados no corpo do poste.

A Concessionária e o Poder Concedente deverão acordar previamente as informações mínimas contidas nesse cadastro.

7.1.4 Manutenção do Sistema municipal de iluminação pública

7.1.4.1. Manutenção Preditiva

A Concessionária deverá realizar a manutenção preditiva, voltada para otimizar os recursos de manutenção direcionados às ações de manutenção preventiva, deverá ser realizada utilizando a seguinte técnica de priorização:

- Por meio de ferramenta de banco de dados (extração de informações), integrado ao Centro de Controle Operacional (CCO), deverão ser identificadas as áreas onde a média mensal do número de reclamações ultrapasse em 15% a média mensal do ano anterior.

7.1.4.2. Manutenção Preventiva

A Concessionária deverá realizar a manutenção preventiva dos equipamentos, pontos de luz (lâmpadas e luminárias), reatores, braços, luminárias, postes, cabos, conectores e ferragens. Cada elemento deverá ter sua manutenção prevista e registrada, regularmente, no Programa da Manutenção Preventiva, por meio do *software* Sistema Central de Gerenciamento.

7.1.4.2.1. Luminárias

As luminárias deverão ser limpas visando garantir a adequada dissipação de calor do equipamento e garantir o fluxo luminoso da luminária, através da limpeza das lentes.

A frequência de limpeza das luminárias deverá obedecer aos seguintes critérios:

- Logradouros atualizados com luminárias LED - deverão ser limpas minimamente a cada 4 (quatro) anos;
- Logradouros não atualizados com luminárias LED - deverão ser limpas minimamente a cada 5 (cinco) anos;
- Durante as intervenções feitas no Parque de Iluminação Pública, tanto as luminárias em LED quanto as convencionais deverão ser limpas e verificadas;
- As conexões elétricas deverão ser revisadas e as placas de identificação substituídas quando necessário, ou instaladas juntamente com a limpeza das luminárias.

A manutenção preventiva das luminárias convencionais deverá ser priorizada nas áreas do município que não tenham sido atualizadas tecnologicamente. À medida que as áreas forem renovadas, o procedimento preventivo deverá ser estendido às áreas beneficiadas com a instalação de luminárias e equipamentos de nova tecnologia.

7.1.4.2.2. Conexões elétricas dos pontos luminosos

A Concessionária deverá inspecionar e manter, em todas as operações de manutenção das unidades de iluminação, as conexões elétricas com a rede elétrica. A inspeção consistirá em:

- Verificar o funcionamento dos pontos de luz;
- Verificar a conexão dos equipamentos à rede;
- Verificar as ligações entre os componentes dos pontos de luz;
- Verificar o aterramento da estrutura, nos casos de rede elétrica exclusiva para a Iluminação pública.

7.1.4.2.3. Postes de iluminação

A Concessionária deverá realizar, pelo menos, os seguintes procedimentos:

- A inspeção visual de todos os postes, tendo como objetivo garantir a segurança das instalações, evitando riscos mecânicos, com envelhecimento e oxidação e verificação da aparência da estrutura;
- Acompanhar a condição mecânica dos postes instalados pela Concessionária com base no tempo de instalação. Os postes com idade maior que 20 anos deverão passar pelos testes mecânicos previstos nas normas NBR 8451.1998 (Postes de concreto armado para redes de distribuição) e NBR 14744.2001 (Postes de aço para iluminação), para atestar sua qualidade.

7.1.4.2.4. Redes elétricas e equipamentos

A Concessionária deverá realizar serviços de manutenção para todas as partes elétricas, incluindo os cabos, proteções, quadros de comandos, transformadores e demais componentes, com a periodicidade abaixo:

- Quadros de comandos deverão ser inspecionados uma vez ao ano;
- Redes subterrâneas deverão ser inspecionadas a cada 4 (quatro) anos;

- Para os demais componentes, o período de manutenção deverá ser acordado entre a Concessionária e o Poder Concedente.

7.1.4.3. Manutenção corretiva

A Concessionária deverá implantar, desde o início da execução do contrato, um Programa de Manutenção Corretiva para atender a três objetivos principais:

- Garantir o menor tempo de resposta;
- Garantir um elevado grau de informação;
- Permitir que o Município efetue monitoramento das atividades de operação e manutenção.

A Concessionária deverá realizar gestão informatizada abrangente da manutenção corretiva, utilizando como ferramenta o *software* Sistema Central de Gerenciamento, objetivando permitir o fluxo constante e instantâneo das informações, a melhor qualificação das falhas e a adequação dos recursos aos serviços a serem realizados.

7.1.4.3.1. Detecção de Falhas e Defeitos

A Concessionária deverá realizar a detecção de falhas e defeitos de 4 (quatro) formas:

- Rondas, que deverão ser realizadas por equipes operacionais durante o turno de trabalho com o objetivo de detectar falhas na rede;
- *Service Desk*, com telefone gratuito, que deverá estar à disposição do munícipe de forma ininterrupta, para reclamações de panes no sistema municipal de iluminação pública ou para obtenção de informações;
- Módulo com formulário de abertura de chamado integrado ao *site* da prefeitura e disponibilizado para dispositivos móveis;
- Através do *Software* Central de Gerenciamento que receberá automaticamente as informações dos pontos que possuem a tecnologia de Telegestão.

Realizada a detecção, a Concessionária deverá enviar equipes operacionais para o local da ocorrência para diagnóstico e reparo da falha.

A Concessionária deverá garantir que as solicitações que envolvam situações de emergência tenham tratamento priorizado, devendo ser encaminhadas de forma imediata aos responsáveis pela solução dessas ocorrências.

7.1.4.3.2. Tipos de serviços da Manutenção Corretiva

A Concessionária deverá executar os seguintes serviços de manutenção corretiva:

- Tempo de atendimento a reclamação nas vias principais: 24 (vinte e quatro) horas;
- Tempo de atendimento a reclamação nas demais vias e logradouros: 48 (quarenta e oito) horas;
- Tempo de atendimento a reclamação de vários pontos contínuos apagados: 24 (vinte e quatro) horas.

Para casos de acidente, intempéries, furto ou vandalismo, a Concessionária deverá realizar o conserto definitivo no menor prazo possível.

A Concessionária deverá realizar o conserto definitivo, que adéqua o ponto de iluminação ao nível de operação normal de imediato (substituição de ponto de luz, substituição de fusível, reinstalação de cabo de baixa tensão). Em casos mais complexos ou que exijam equipamento especial, tempo adicional será necessário antes da recuperação final.

7.1.4.3.3. Acidentes, vandalismos ou furtos

Para casos decorrentes de acidentes, vandalismos ou furtos, a Concessionária deverá arcar com as despesas de manutenção, conforme os seguintes critérios anuais:

- Luminárias e acessórios – até 10 (dez) unidades por ano;
- Cabos – até 2.000 (dois mil) metros de cabos por ano;
- Postes exclusivos de iluminação pública e acessórios – até 10 (dez) unidades por ano.

Esses quantitativos foram definidos com base nos históricos desses casos no Município.

Quando as despesas superarem esses quantitativos, a Concessionária deverá arcar com todos os custos e estes irão acarretar no reequilíbrio econômico-financeiro deste contrato.

7.1.5 Segurança Operacional

A Concessionária deverá garantir, antes da realização de qualquer serviço de manutenção ou intervenção operacional no sistema municipal de iluminação pública, a segurança da própria equipe e da população. As regras de conduta e a legislação aplicável às regras de segurança deverão ser cumpridas.

A Concessionária deverá garantir que todos os serviços sigam as seguintes normas de segurança, ou as normas que venham substituí-las:

- NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC);
- NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR 11 – Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais;
- NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;
- NR 35 – Trabalho em altura.

7.2 Descarte Correto de Lâmpadas

A Concessionária deverá fazer o descarte correto do todo o material classificado como CLASSE I perante os órgãos ambientais por empresa especializada licenciada ou autorizada.

Os custos associados ao descarte correto das lâmpadas de descarga deverão estar incorporados no Valor Global da Contraprestação Mensal. Caso haja alterações na legislação ou regulamentação sobre o descarte correto das lâmpadas (exemplo: por instituição de política de logística reversa), que comprovadamente impacte no custo de descarte ou

aquisição, esse aumento do custo deverá ser repassado para o Poder Concedente via revisão extraordinária da Contraprestação.

A Concessionária deverá atender às diretrizes de descarte, transporte, armazenamento e acondicionamento de lâmpadas de iluminação pública previstas no Manual de Descarte de Lâmpadas do PROCEL, divulgado pela Eletrobrás, ou documento que venha a substituí-lo, na medida em que as diretrizes ali contidas se baseiam nas normas ambientais aplicáveis e nas normas técnicas da ABNT.

É de responsabilidade da Concessionária o monitoramento e acompanhamento do processo de descarte correto do material CLASSE I desde sua retirada do sistema de iluminação, manuseio, armazenamento, transporte descontaminação até o descarte final.

A Concessionária deverá apresentar o certificado de descontaminação e destinação do resíduo, emitido pela empresa especializada, ao Poder Concedente a cada remessa descontaminada.

7.3 Gestão de estoques de materiais

A Concessionária será responsável por realizar a gestão dos materiais utilizados nas manutenções e demais operações, sendo sua obrigação realizar todo o controle e o monitoramento dos estoques.

7.4 Gestão de materiais retirados do parque de iluminação

A Concessionária será responsável por realizar a seleção e destinação adequada dos materiais retirados da rede de iluminação pública.

A triagem será realizada em estabelecimento da própria Concessionária ou terceirizado, preparado para a recepção, manuseio e seleção desses produtos, devidamente licenciado para tal fim, nos termos da legislação ambiental vigente.

Os resíduos não nocivos ao meio ambiente, que apresentarem valor econômico, serão vendidos pela Concessionária como sucata e a receita apurada compartilhada com o Poder Concedente na proporção das Receitas Acessórias. Já os materiais que necessitam de descarte adequado serão remetidos à logística reversa, ou descartados nos termos da legislação ambiental.

8 METAS QUANTITATIVAS PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

As metas quantitativas a serem alcançadas pela futura Concessionária, estão descritos neste capítulo, e serão apresentadas nos tópicos a seguir.

8.1 Meta de Modernização do Sistema de Iluminação Pública

A meta quantitativa mínima de modernização do sistema de iluminação de iluminação pública, a serem obrigatoriamente contempladas nas propostas técnica e econômica da Licitante para atendimento dos indicadores de desempenho estão apresentadas no quadro abaixo.

| Modernização para LED e Telegestão | | | | |
|------------------------------------|-------------------------------|---------------------------|------------------------------------|---|
| Ano da Concessão | Luminárias LED (nº pontos) | Telegestão (nº pontos) | Substituição LED (nº pontos) | Substituição Telegestão (nº pontos) |
| 1 | 5.555 | 11.806 | | |
| 2 | | | | |
| 3 | | | | |
| 4 | | | | |
| 5 | | | | |
| 6 | 6.251 | | | |
| 7 | | | | |
| 8 | | | | |
| 9 | | | | |
| 10 | | | | |
| 11 | | | | |
| 12 | | | | |
| 13 | | | 5.555 | 11.806 |
| 14 | | | | |
| 15 | | | | |
| 16 | | | | |
| 17 | | | | |
| 18 | | | | |
| 19 | | | 6.251 | |
| 20 | | | | |
| 21 | | | | |
| 22 | | | | |
| 23 | | | | |
| 24 | | | | |
| 25 | | | | |
| Total | 11.806 | 11.806 | 11.806 | 11.806 |

Os números apresentados no quadro acima, consideram as premissas definidas no item 5.3 deste caderno, bem como os estudos realizados pelo Poder Concedente. A Concessionária deverá realizar a modernização dos pontos de iluminação pública nestes quantitativos mínimos definidos no quadro acima e em conformidade com o indicador de desempenho definido no item 9.2 Indicador de Modernização e Eficientização.

8.2 Meta de Eficientização Energética do Sistema de Iluminação Pública

Como meta de eficiência energética, a Concessionária deverá atingir a economia de energia projetada para o final de cada ano de modernização do sistema municipal de iluminação pública, conforme detalhado no quadro abaixo:

| Eficiência Energética | | |
|-----------------------|---------------------------------------|-------------------------|
| Ano da Concessão | Carga Instalada no Sistema de IP (kW) | Economia de Energia (%) |
| 0 | 1.026 | |
| 1 | 545 | 46% |

A Concessionária deverá atingir a economia de energia mínima definida em cada ano do quadro acima para atendimento do Indicador de Modernização e Eficiência energética definido no item 9.2.

8.3 Metas de Operação e Manutenção do Sistema de Iluminação Pública

As metas de operação e manutenção foram definidas para garantir ao município e ao usuário da iluminação (cidadão) a boa prestação do serviço de forma adequada e contínua.

A Concessionária deverá atender durante toda Concessão as seguintes metas de operação e manutenção conforme definido no item 9.3 Indicadores de Desempenho.

9 METAS QUALITATIVAS PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

As metas qualitativas mínimas a serem alcançadas pela futura Concessionária, estão relacionadas aos Indicadores de Desempenho que influenciarão no cálculo da Contraprestação Mensal Efetiva durante a Concessão, e serão apresentadas nos tópicos a seguir.

9.1 Cálculo da Contraprestação Mensal Efetiva

A avaliação de desempenho da Concessionária será mensurada exclusivamente segundo critérios objetivos e transparentes, conforme definidos neste item, determinando o valor da contraprestação mensal efetiva do mês correspondente, a ser paga à Concessionária, através da seguinte formulação.

$$CM_{efetiva} = (80\% * CM_{máx} + 20\% * CM_{máx} * ID) * IME - RA$$

Sendo:

CM_{efetiva} = Contraprestação Mensal Efetiva;

CM_{máx} = Contraprestação Mensal Máxima, estabelecida conforme a Proposta Econômica da Concessionária;

IME = Indicador de Modernização e Eficiência, fator de ajuste da contraprestação em função do cumprimento dos MARCOS DA CONCESSÃO, determinado na forma prevista no item 9.2 deste Caderno.

ID = Indicador de Desempenho, equivalente ao fator de ajuste da contraprestação ao desempenho apresentado pela Concessionária, determinado na forma prevista no item 9.3 deste Caderno.

RA = Receitas Acessórias, se refere ao compartilhamento de Receitas Acessórias mensais, entre na Concessionária e o Poder Concedente, na proporção definida nos projetos apresentados pela Concessionária e aprovado pelo Poder Concedente, mantendo, para tanto, contabilidade específica de cada contrato que eventualmente venha a celebrar.

Parte de eventuais Receitas Acessórias arrecadadas deverá ser compartilhada e revertida para o Poder Concedente, sob a forma de abatimentos no valor da Contraprestação Mensal.

Este compartilhamento de Receitas Acessórias deverá mitigar o risco de lucros extraordinários com a Concessão, dada a dificuldade em estimar tais receitas considerando o longo prazo de vigência do Contrato.

Para o cálculo do valor da parcela variável da Contraprestação Mensal Efetiva, dependerá da aferição do Indicador de Modernização e Eficientização (IME) e Indicador de Desempenho (ID), a ser calculado mensalmente conforme descrito a seguir:

9.2 Indicador de Modernização e Eficientização (IME)

Índice de Modernização e Eficientização (IME) tem por efeito modular a contraprestação em função do cumprimento dos Marcos da Concessão, conforme cronograma disposto a seguir.

Para comprovar os cumprimentos dos Marcos da Concessão, a Concessionária deverá apresentar, além dos requisitos definidos no Contrato e Caderno de Encargos, o seguinte:

- O Percentual de Modernização (PM): contendo a memória de cálculo desse percentual, tendo como base o quantitativo de pontos de iluminação pública a serem modernizados, constantes no Cadastro Base da Rede Municipal de Iluminação Pública.

O percentual deverá ser calculado da seguinte forma:

$$PM = \frac{QPIP_{modp}}{QPIPi} * 100\%$$

Em que:

PM - Corresponde ao Percentual de Modernização;

i - mês de início da assunção;

p - Marco definido no Caderno de Encargos;

QPIP_{modp} – Quantidade total de pontos de iluminação pública constantes no cadastro base da rede municipal de iluminação pública, que foram modernizadas para cumprimento do marco avaliado e dos marcos anteriores, cumulativamente;

QPIPi – Corresponde à quantidade total de pontos de iluminação pública constantes no cadastro base da rede municipal de iluminação pública no início da assunção, com exceção dos pontos de tecnologia LED,

- O Percentual de Eficientização (PE), contendo sua respectiva memória de cálculo. O método de cálculo deverá ser baseado na redução da carga instalada total por ponto de iluminação pública modernizado e eficientizado, com

relação à carga instalada total de todos os pontos de iluminação pública constantes no cadastro base da rede municipal de iluminação pública.

O percentual deve ser calculado da seguinte forma:

$$PE = \left(1 - \frac{CIMfase_p}{CIMinicial_i} \right)$$

Em que:

i = mês de início da assunção;

$CIMinicial_i$: corresponde à carga instalada total dos pontos de iluminação pública, registrada no cadastro base da rede municipal de iluminação pública, incluindo a carga e perdas de equipamentos auxiliares, calculada por:

$$CIMinicial = \sum_{CL} CII$$

Sendo:

CII = carga instalada (kW) dos pontos de iluminação pública registrados no cadastro base da rede municipal de iluminação pública, incluído a carga e perdas de equipamentos auxiliares;

CL = conjunto dos pontos de iluminação pública localizados nos logradouros públicos existentes, conforme cadastro base da rede municipal de iluminação pública; e

p = trimestre atual sob avaliação.

$CIMfase_p$: corresponde à carga instalada total dos pontos de iluminação pública, presentes ao final do trimestre nos logradouros públicos existentes, conforme cadastro da rede municipal de iluminação pública, incluindo a carga e perdas de equipamentos auxiliares

A seguir, são apresentados os períodos para cumprimento do cronograma da concessão e os respectivos valores de IME que são obtidos em função do atendimento às condições de cada marco da concessão, indicando o percentual de modernização e de efficientização a ser atingido em cada um.

Tabela 1: Tabela de Determinação do Indicador

| Período | PM | PE | IME |
|--|------|------|------|
| Antecedente ao cumprimento das obras previstas no projeto básico (até 12 meses) | N/A* | N/A* | 0,70 |
| Subsequente ao cumprimento das obras previstas no projeto básico (após 12 meses) | 100% | 46% | 1,00 |

9.3 Indicador de Desempenho (ID)

Indicador apurado mensalmente, conforme explicações apresentadas neste Caderno, e que reflete o desempenho da prestação dos serviços por parte da Concessionária. O Indicador de Desempenho altera o valor final da Contraprestação Mensal Efetiva, conforme especificado no item 9.1 deste Anexo.

A avaliação do desempenho da Concessionária será realizada por meio da apuração, cálculo e aplicação do Indicador de Desempenho, número que poderá variar entre 0 (zero) e 1 (um), representativo da qualidade entregue pela Concessionária na execução dos Serviços especificados do Caderno de Encargos, quantificado de acordo com as avaliações dos indicadores de desempenho apresentados neste documento. 0 (zero) representa a pior avaliação a ser obtida pela Concessionária e 1,0 (um) o cumprimento de todas as metas estabelecidas.

O Indicador de Desempenho será calculado conforme equação abaixo:

$$ID = (0,3 * IPA + 0,1 * IQMAN + 0,3 * IQMN + 0,1 * IQMAD + 0,1 * IQMD + 0,1 * IDSL)$$

Na duração de qualquer período em que Fiscalização não exerça a apuração do desempenho da Concessionária, não incidirão quaisquer descontos relativos aos Sistemas de Indicadores de Desempenho sobre a Contraprestação Mensal devida à Concessionária.

O Indicador de Desempenho terá a função de aferir, a partir de diversos subindicadores, os serviços efetivamente prestados, servindo como balizador para a composição final da Contraprestação Mensal a ser paga à Concessionária.

O Indicador de Desempenho é composto pela ponderação de 6 (seis) índices:

- IPA: Índice de Pontualidade de Atendimento;
- IQMN: Índice de Qualidade Mensal Noturna;
- IQMAN: Índice de Qualidade Mensal Acumulada Noturna;
- IQMD: Índice de Qualidade Mensal Diurna;
- IQMAD: Índice de Qualidade Mensal Acumulada Diurna;
- IDSL: Índice de Descarte socioambiental das lâmpadas.

Durante o período que antecede o cumprimento das obras de modernização o Indicador de Desempenho será considerado 1,0 (um);

9.3.1 Índice de Pontualidade de Atendimento – IPA

O Indicador de Pontualidade de Atendimento (IPA) afere a qualidade da atenção dada às solicitações de panes e urgências feitas pelos usuários, da forma fixada em Contrato, devendo ser calculado considerando os tempos máximos indicados a seguir:

- a) Tempo de atendimento das reclamações nas vias principais e áreas especiais: 72 (setenta e duas) horas;
- b) Tempo de atendimento das reclamações de vários pontos contínuos apagados: 48 (quarenta e oito) horas;
- c) Tempo de atendimento das reclamações nas demais vias e logradouros: 120 (cento e vinte horas) horas.

A medição será realizada mensalmente e a obrigação da Concessionária será de manter o registro dos atendimentos, informando os dados da medição à Contratante e comparando-os com aqueles fixados em Contrato para demonstrar o percentual de atendimentos efetuados conforme prazos indicados.

A nota atribuída ao IPA seguirá o determinado na Tabela a seguir:

Tabela
Nota do IPA

| Atendimentos Executados Dentro do Prazo | Nota IPA |
|--|---------------------|
| Maior que 95,0% | 1,00 |
| 90,1% a 95,0% | 0,80 |
| 85,0% a 90,0% | 0,60 |
| Menos de 85% | 0,00 |

9.3.2 Índice de Qualidade Mensal Acumulada Noturna - IQMAN

O Índice de Qualidade Mensal Acumulada Noturna será aferido por amostra, conforme norma de amostragem NBR 5426, considerando o total de pontos luminosos existentes no parque de iluminação pública do Município. O estudo deverá assegurar que o número de pontos luminosos apagados à noite não ultrapasse 5,0% (cinco por cento) da amostra. Após o 1º ciclo de investimento, o percentual será 1%.

A nota atribuída ao IQMAN, durante o período de modernização, seguirá o determinado na Tabela a seguir:

Tabela
Nota do IQMAN

| Luminárias Apagadas a Noite | Nota IQMAN |
|--|-----------------------|
| 0% a 2,0% da amostra | 1,00 |
| 2,1% a 3,9% da amostra | 0,80 |
| 3,9% a 5,0% da amostra | 0,60 |
| Mais de 5,0% da amostra | 0,00 |

A nota atribuída ao IQMAN, após o período de modernização, seguirá o determinado na Tabela a seguir:

Tabela
Nota do IQMN

| Luminárias Apagadas a Noite | Nota IQMAN |
|--|-----------------------|
| 0% a 0,5% da amostra | 1,00 |
| 0,5% a 0,7% da amostra | 0,80 |
| 0,7% a 1,0% da amostra | 0,60 |
| Mais de 1,0% da amostra | 0,00 |

9.3.3 Índice de Qualidade Semestral Noturna - IQSN

O Índice de Qualidade Semestral Noturna, corresponde a média aritmética dos Índices de Qualidade Mensal Acumulada Noturna obtidos nos últimos 6 (seis) meses. O estudo deverá assegurar que a média aritmética dos últimos 6 (seis) dos Índices de Qualidade Mensal Acumulada Noturna não ultrapasse a 5,0% (cinco por cento), considerando as amostras

inspecionadas ao longo dos meses. Também deverá assegurar o percentual igual ou inferior a 5,0% (cinco por cento). Após o 1º ciclo de investimento, o percentual será de 1% (um por cento).

A nota atribuída ao IQSN, durante o período de modernização, seguirá o determinado na Tabela a seguir:

Tabela
Nota do IQSN

| Luminárias Apagadas a Noite | Nota IQSN |
|------------------------------------|------------------|
| 0% a 2,0% da amostra | 1,00 |
| 2,1% a 3,9% da amostra | 0,80 |
| 3,9% a 5,0% da amostra | 0,60 |
| Mais de 5,0% da amostra | 0,00 |

A nota atribuída ao IQSN, após o período de modernização, seguirá o determinado na Tabela a seguir:

Tabela
Nota do IQSN

| Luminárias Apagadas a Noite | Nota IQSN |
|------------------------------------|------------------|
| 0% a 0,5% da amostra | 1,00 |
| 0,5% a 0,7% da amostra | 0,80 |
| 0,7% a 1,0% da amostra | 0,60 |
| Mais de 1,0% da amostra | 0,00 |

9.3.4 Índice de Qualidade Mensal Acumulada Diurna - IQMAD

O Índice de Qualidade Mensal Acumulada Diurna será aferido por amostra, conforme norma de amostragem NBR 5426, considerando o total de pontos luminosos existentes no parque de iluminação pública do Município. O estudo deverá assegurar que o número de pontos luminosos acesos durante o dia não ultrapasse 5,0% (cinco por cento) da amostra. Após o 1º ciclo de investimento, o percentual será 1% (um por cento).

A nota atribuída ao IQMAD, durante o período de modernização, seguirá o determinado na Tabela a seguir:

Tabela
Nota do IQMAD

| Luminárias Acesas de Dia | Nota IQMAD |
|---------------------------------|-------------------|
| 0% a 2,0% da amostra | 1,00 |
| 2,1% a 3,9% da amostra | 0,80 |
| 3,9% a 5,0% da amostra | 0,60 |
| Mais de 5,0% da amostra | 0,00 |

A nota atribuída ao IQMAD, após o período de modernização, seguirá o determinado na Tabela a seguir:

Tabela
Nota do IQMAD

| Luminárias Acesas de Dia | Nota IQMAD |
|--------------------------|------------|
| 0% a 0,5% da amostra | 1,00 |
| 0,5% a 0,7% da amostra | 0,80 |
| 0,7% a 1,0% da amostra | 0,60 |
| Mais de 1,0% da amostra | 0,00 |

9.3.5 Índice de Qualidade Semestral Diurna - IQSD

O Índice de Qualidade Semestral Diurna será aferido através da média aritmética dos Índices de Qualidade Mensal Acumulada Diurna obtidos nos últimos 6 (seis) meses. O estudo deverá assegurar que a média aritmética dos últimos 6 (seis) índices, das amostras inspecionadas, não ultrapasse a 5,0% (cinco por cento) considerando as amostras inspecionadas ao longo dos meses. Também deverá assegurar o percentual igual ou inferior a 5,0% (cinco por cento). Após o 1º ciclo de investimento, o percentual será de 1% (um por cento).

A nota atribuída ao IQSD, durante o período de modernização, seguirá o determinado na Tabela a seguir:

Tabela
Nota do IQSD

| Luminárias Acesas de Dia | Nota IQSD |
|--------------------------|-----------|
| 0% a 2,0% da amostra | 1,00 |
| 2,1% a 3,9% da amostra | 0,80 |
| 3,9% a 5,0% da amostra | 0,60 |
| Mais de 5,0% da amostra | 0,00 |

A nota atribuída ao IQSD, após o período de modernização, seguirá o determinado na Tabela a seguir:

Tabela
Nota do IQSD

| Luminárias Acesas de Dia | Nota IQSD |
|--------------------------|-----------|
| 0% a 0,5% da amostra | 1,00 |
| 0,5% a 0,7% da amostra | 0,80 |
| 0,7% a 1,0% da amostra | 0,60 |
| Mais de 1,0% da amostra | 0,00 |

9.3.6 Indicador de Descarte Socioambiental das Lâmpadas – IDSL

O Indicador de Descarte Socioambiental das Lâmpadas compara a quantidade de lâmpadas recolhidas do Parque de Iluminação Pública para o descarte em relação às efetivamente inservíveis. O intuito desse indicador é medir a eficiência da manutenção na preservação do Meio Ambiente. A medição será realizada mensalmente e a obrigação da

Concessionária será de recolher ao descarte todas as lâmpadas inservíveis, informando tempestivamente ao Poder Concedente, comparando as quantidades de lâmpadas inservíveis recolhidas ao descarte e demonstrando o percentual obtido no mês.

A nota atribuída ao IDSL seguirá o determinado na Tabela a seguir:

Tabela
Nota do IDSL

| Atendimentos Executados Dentro do Prazo | Nota IDSL |
|--|----------------------|
| Maior que 95,0% | 1,00 |
| 90,1% a 95,0% | 0,80 |
| 85,0% a 90,0% | 0,60 |
| Menos de 85% | 0,00 |

Caso não haja descarte de Lâmpadas no período a nota será igual 1,00.

9.4 Procedimentos para liquidação e pagamento

Até o dia 05 (cinco) de cada mês ou o primeiro dia útil subsequente, a Concessionária deve encaminhar ao Verificador Independente e Poder Concedente os documentos comprobatórios dos pagamentos devidos, relativos à competência do mês imediatamente anterior e abrangendo o detalhamento da contraprestação mensal efetiva e do consumo de energia elétrica da iluminação pública.

A documentação comprobatória será apresentada por meio de relatórios contendo as medições dos serviços efetivamente executados, o atendimento de metas em relação aos indicadores de desempenho, o consumo de energia elétrica estimado e medido, a fatura de consumo de energia elétrica e outros documentos pertinentes.

A documentação deve assegurar a precisa identificação das (i) origens e objetos de cada pagamento devido, (ii) importâncias exatas a pagar e (iii) dos credores e respectivas importâncias de pagamento.

Recebidos os documentos comprobatórios, o Verificador Independente fará a autorização para Liquidação das despesas, verificando o efetivo direito adquirido pelos respectivos credores. A liquidação será realizada pelo Poder Concedente com o objetivo de confirmar o crédito da Concessionária em relação à contraprestação mensal efetiva e o crédito da Distribuidora de Energia Elétrica em relação ao consumo de energia.

As verificações destinadas à liquidação da despesa não poderão exceder ao prazo de 5 (cinco) dias corridos.

Havendo discordância em relação aos dados apresentados nos relatórios de medição, desempenho e consumo por parte do Verificador, este comunicará imediatamente a situação à Concessionária, de maneira fundamentada e indicando expressamente as medidas corretivas necessários e o prazo máximo para correção.

Encerrada a liquidação, o Verificador deverá emitir os respectivos Atestados Liberatórios de Pagamentos. Os Atestados Liberatórios de Pagamentos devem ser emitidos pelo Verificador Independente até o dia 10 (dez) de cada mês ou o primeiro dia útil subsequente, relativos às despesas originadas no mês imediatamente anterior.

Existindo alguma divergência ao final do prazo estabelecido para a liquidação, o Verificador Independente emitirá os Atestados Liberatórios de Pagamentos relativos às parcelas incontroversas.

Emitidos os Atestados Liberatórios de Pagamentos, caberá à Concessionária encaminhá-los ao agente fiduciário para que proceda aos pagamentos. O pagamento da contraprestação mensal efetiva deverá ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente. O pagamento da fatura de energia elétrica deverá ocorrer respeitando-se a data de vencimento atribuída pela fatura da Distribuidora de Energia Elétrica. Os pagamentos serão realizados pelo agente fiduciário mediante a movimentação dos valores vinculados à concessão.

No caso de inadimplemento do Poder Concedente, a Concessionária deverá notificá-lo para que regularize os pagamentos no prazo de até 5 (cinco) dias corridos. Persistindo o inadimplemento, a Concessionária poderá solicitar ao agente fiduciário, mediante ofício instruído com cópia da notificação, o pagamento da parcela fixa da contraprestação mensal com recursos da conta garantia.

As divergências pendentes serão dirimidas entre as partes por meio dos mecanismos de solução amigável de conflitos estabelecidos no Contrato de Concessão. Concluindo-se que a discordância trazida por qualquer das partes é procedente, a diferença apurada deverá ser liquidada no mês subsequente à respectiva decisão, mediante o acréscimo ou o desconto da contraprestação mensal efetiva vincenda.

Em qualquer caso, ficará assegurado às partes o recurso à via arbitral.

10 OUTRAS OBRIGAÇÕES

Para o pleno funcionamento do Contrato, além das obrigações de Investimento e de Operação e Manutenção do Sistema Municipal de Iluminação Pública, também existem outras obrigações não diretamente relacionadas à prestação dos serviços de Iluminação Pública. Nesta seção, são descritas as obrigações gerais, como práticas ambientais e gestão de recursos humanos, fundamentais para a execução do Contrato.

10.1 Obrigações Gerais

Como obrigações gerais da Concessionária, tem-se:

- Vincular-se ao disposto no Contrato, no Edital e demais Anexos, na sua Proposta Comercial, na legislação vigente, nas regulamentações e demais normas técnicas brasileiras vigentes, na esfera federal, estadual e municipal, quanto à execução do objeto deste Edital;
- Manter atualizadas a qualificação técnica e as licenças junto aos órgãos responsáveis;
- Cumprir com as condições descritas deste caderno e demais documentos deste Edital;

- A Concessionária deverá estabelecer padrão de relatórios de desempenho periódicos com o Poder Concedente;
- Desenvolver, com vistas à execução dos Serviços, práticas e modelos de gestão conforme as normas e padrões internacionais de forma a assegurar que as necessidades de todos os usuários estejam compreendidas, aceitas e atendidas, fornecendo Serviços e Equipamentos de forma consistente e com alto nível de qualidade;
- Na hipótese de processos de auditoria ou verificação, ou quaisquer processos de fiscalização conduzidos pelo Poder Concedente ou terceiro por ele autorizado, facilitar e disponibilizar acesso às informações e documentações pertinentes;
- Apresentar previamente ao Poder Concedente os projetos de implantação relativos aos serviços apresentados neste caderno;
- Consultar e obter expressa autorização do Poder Concedente para, no decorrer da Concessão, realizar qualquer alteração ou inclusão de serviços ao escopo da Concessão ou alteração nos equipamentos exigidos no Edital e em seus Anexos;
- Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços, por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus ao Poder Concedente, para que não haja interrupção dos serviços prestados;
- Disponibilizar empregados em quantidade necessária para a prestação dos serviços e devidamente registrados;
- Disponibilizar mão de obra previamente treinada para a função, promovendo, periodicamente e às suas expensas, treinamentos gerais e específicos de toda a equipe de trabalho com registro de evidências e apresentação de cronograma anual, necessários a garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;
- Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as no menor tempo possível;
- Comunicar, imediatamente e por escrito, ao Poder Concedente, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos dos funcionários;
- Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Poder Concedente, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- Fornecer equipamentos de EPI e EPC a todos os empregados;
- Manter em perfeitas condições de uso as dependências e os equipamentos vinculados à execução do serviço;

- Assumir total e exclusiva responsabilidade por qualquer ônus ou encargos relacionados com seus empregados, na prestação dos serviços objeto do Contrato, sejam eles decorrentes da legislação trabalhista, social, previdenciária e/ou ambiental, incluídas as indenizações por acidentes, moléstias ou outras de natureza profissional e/ou ocupacional;
- Arcar com todos os impressos e formulários, despesas de energia elétrica, água, gás, telefone, fax e *internet* utilizados na execução dos serviços objeto do Contrato;
- Manter planejamento de esquemas alternativos de trabalho e planos de contingência para situações emergenciais no CCO e Estruturas Operacionais, tais como: falta d'água, energia elétrica, gás, vapor, quebra de equipamentos, greves e outros, assegurando a manutenção dos serviços objeto do Contrato;
- Reconhecer que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar ao Poder Concedente, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para ao Poder Concedente, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar;
- Otimizar a gestão de seus recursos - humanos e materiais - com vistas ao aprimoramento e manutenção da qualidade dos serviços e a satisfação do Poder Concedente;
- Cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, e ainda com as determinações do Poder Concedente, editadas a qualquer tempo;
- Atender às exigências, recomendações ou observações feitas pelo Poder Concedente, conforme os prazos fixados em cada caso;
- Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias para a continuidade da realização dos Investimentos e da prestação dos Serviços;
- Manter estrutura suficiente e adequada para atendimento aos clientes, observadas as disposições legais pertinentes ao setor;
- Com relação ao quadro próprio de empregados, assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho;
- Elaborar e aplicar programa de capacitação e treinamento dos empregados envolvidos na operação do Sistema municipal de iluminação pública, em consonância com os requisitos estabelecidos neste documento;
- Substituir, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar do recebimento de comunicação escrita do Poder Concedente nesse sentido, qualquer funcionário, empregado, auxiliar, preposto, subcontratado ou

qualquer terceiro contratado para execução dos Serviços, que esteja infringindo as normas regulamentares ou qualquer disposição legal ou disposições previstas no Contrato;

- Responder perante o Poder Concedente e terceiros por todos os atos e eventos de sua competência, especialmente por eventuais desidias e faltas quanto a obrigações decorrentes da Concessão;
- Manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, às suas expensas, os bens necessários à prestação dos Serviços que integram a Concessão, durante a vigência do Contrato;
- Realizar os Investimentos e executar os Serviços, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, atualidade, generalidade, conforto, higiene e cortesia;
- Ressarcir o Poder Concedente de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais de qualquer espécie para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à Concessionária, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à Concessionária, bem como a danos a clientes e órgãos de controle e fiscalização;
- Cumprir determinações legais quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, quanto aos seus empregados;
- Cumprir a legislação ambiental e regulamentação aplicável, no âmbito federal, estadual e municipal;
- Promover campanhas educativas, informativas e operacionais para o adequado cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato, mediante aprovação prévia do Poder Concedente;
- Atualizar anualmente e apresentar ao Poder Concedente o inventário e o registro dos bens vinculados à presente Concessão;
- Entregar ao Poder Concedente e publicar, nos termos da lei, até o dia 30 de Junho de cada ano, as demonstrações financeiras e relatório de sustentabilidade, auditadas por empresa de auditoria independente, devidamente cadastrada na entidade competente, e manter os registros contábeis de todas as operações em conformidade com as normas aplicáveis às companhias abertas, nos termos da Lei Federal n. 6.404/1976, tal como alterada, especialmente pela Lei Federal n. 11.638/2007;
- Apresentar ao Poder Concedente, trimestralmente, até o final do mês subsequente ao do encerramento do trimestre referenciado, suas demonstrações contábeis, acompanhadas de relatório que deverão contemplar, sem prejuízo de outras, as seguintes informações:
 - Transações entre a Concessionária e suas partes relacionadas;
 - Pagamentos feitos pela Concessionária a terceiros por ela contratados;
 - Relatório sobre a arrecadação das receitas da Concessionária por tipo de receita;
 - Depreciação e amortização dos ativos da Concessionária e dos Bens Reversíveis;
 - Provisão para contingências (civis, trabalhistas, fiscais, ambientais ou administrativas);

- Relatório da administração; e
 - Declaração da Concessionária contendo o valor do capital social integralizado, a indicação dos sócios e as alterações na composição societária.
-
- Manter o Poder Concedente informado sobre toda e qualquer ocorrência em desconformidade com a operação adequada do parque de iluminação pública, assim considerado o não atendimento aos Indicadores de Desempenho ou eventual descumprimento de norma legal e/ou regulamentar;
 - Executar os Investimentos e Serviços nos termos deste documento;
 - Adquirir e dispor de todos os materiais, equipamentos, acessórios e recursos humanos necessários à perfeita operação dos Serviços;
 - Executar todos os Serviços, controles e atividades relativos ao presente Contrato, com zelo e diligência, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas;
 - Assegurar a adequada prestação dos Serviços, conforme definido no artigo 6º da Lei Federal n. 8.987/1995, valendo-se de todos os meios e recursos à sua disposição, incluindo, mas não se limitando, a todos os Investimentos necessários para a manutenção dos níveis de serviço, independentemente das oscilações de demanda;
 - Submeter à aprovação do Poder Concedente propostas de implantação de melhorias dos Serviços e de novas tecnologias;
 - A Concessionária, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa resultar em responsabilidade do Poder Concedente, deverá imediatamente informar ao Poder Concedente, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo. Fica facultado ao Poder Concedente valer-se de qualquer instrumento processual de intervenção de terceiros;
 - Elaborar, em conjunto com o Poder Concedente, um plano emergencial de comunicação para as hipóteses em que ocorra qualquer evento que possa prejudicar os Serviços e/ou os Usuários;
 - Apoiar o Poder Concedente nas ações para promover as desapropriações, desocupações e servidões administrativas necessárias à execução dos serviços, sempre e se necessário, condicionadas às declarações de interesse e utilidade pública emitidas pelo Poder Concedente.

10.2 Para efeitos de fiscalização, a Concessionária fica obrigada a:

- Prestar informações e esclarecimentos requisitados pelo Poder Concedente ou pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, a todas as dependências do Centro de Controle Operacional (CCO), bem como documentação dos funcionários e veículos;

- Esclarecer e buscar sanar as reclamações, exigências ou observações feitas pelo Poder Concedente, conforme os prazos fixados em cada caso;
- Fornecer ao Poder Concedente e à Secretaria Municipal de Infraestrutura, todos e quaisquer documentos e informações pertinentes à Concessão, facultando-os à fiscalização e à realização de auditorias;
- Disponibilizar as informações por meio eletrônico acessível remotamente tanto pelo Poder Concedente, pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

10.3 Para exercer completa fiscalização sobre a Concessionária, o Poder Concedente terá amplos poderes, inclusive para:

- Exigir da Concessionária a estrita obediência às especificações e normas contratuais, restando franqueado ao Poder Concedente, na hipótese em que se verificar o descumprimento de tais obrigações, proceder à correção da situação, diretamente ou por meio de terceiros, inclusive com a possibilidade de ocupação provisória dos bens, instalações, equipamentos, material e pessoal da Concessionária, podendo valer-se da Garantia de Execução do Contrato para o ressarcimento dos custos e despesas envolvidos;
- Rejeitar ou sustar qualquer serviço em execução, que ponha em risco a segurança dos Usuários, a ordem pública e bens de terceiros;
- O Poder Concedente registrará e processará as ocorrências apuradas pela fiscalização, notificando a Concessionária para regularização, sem prejuízo da eventual aplicação das penalidades previstas no Contrato;
- O Poder Concedente e/ou a Secretaria Municipal de Infraestrutura, poderão, a qualquer horário e em qualquer circunstância, fazer contatos com qualquer órgão de comunicação da Concessionária para averiguação do andamento ou solução de eventos específicos.

10.4 Prestação de Informações e Transparência

A Concessionária obriga-se perante o Poder Concedente a:

- Dar conhecimento imediato de todo e qualquer fato que altere a execução do Contrato e cumprimento das obrigações nele estabelecidas;
- Apresentar informações adicionais ou complementares que venham a ser solicitadas.

10.5 Obrigações quanto ao pessoal

Quanto ao pessoal, as obrigações da Concessionária são as seguintes:

- Disponibilizar mão de obra em quantidade necessária e com treinamento condizente ao perfeito cumprimento das atividades de responsabilidade da Concessionária;
- Contratar todos os seus funcionários conforme legislação trabalhista vigente, seguindo as leis específicas de encargos trabalhistas, previdenciários, tributário, fiscal e de segurança do trabalho bem como acordo/convenção/dissídio coletivo da categoria profissional;
- Cumprir rigorosamente as normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com a legislação vigente, e sempre visando à prevenção de acidentes no trabalho;
- Fazer seguro do pessoal contra riscos de acidentes de trabalho;
- Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu pessoal acidentado ou com mal súbito;
- Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal;
- Supervisionar a higiene pessoal e a limpeza dos uniformes de seu pessoal;
- É de responsabilidade da Concessionária garantir que a equipe selecionada para a prestação dos serviços objeto do Contrato reúna os seguintes requisitos:
 - Qualificação exigida para a função;
 - Atendimento aos requisitos legais (licenças, certificados, autorizações legais etc.), para o desempenho da função;
 - Conhecimentos suficientes para a correta prestação dos serviços objeto do Contrato.

O Poder Concedente poderá, a qualquer momento, solicitar comprovações quanto ao atendimento desses requisitos.

Todo o pessoal responsável deverá estar previamente treinado para as funções que irá desempenhar.

O Poder Concedente, a qualquer momento, poderá solicitar a comprovação do conhecimento da equipe para realizar o trabalho desempenhado.

Identificação:

Todo o pessoal envolvido na prestação dos serviços objeto do Contrato deverá estar devidamente uniformizado, identificado, demonstrando cuidado com a apresentação pessoal, asseio e higiene. O pessoal também deverá portar, em todo momento, crachá de identificação com foto recente.

O Poder Concedente aprovará, previamente, os uniformes e crachás de identificação.

É obrigação da Concessionária o fornecimento dos uniformes, crachás e demais complementos adequados ao desenvolvimento da prestação dos serviços, sem ônus para o empregado.

Frequência:

A Concessionária deverá manter atualizado o controle de frequência de todos os funcionários envolvidos na prestação dos serviços, efetuando a reposição, de imediato, nos casos de eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho de funcionários de plantões anteriores.

Greve:

No caso de greve que afete a prestação dos serviços objeto do Contrato, a Concessionária deverá oferecer soluções que garantam os serviços mínimos imprescindíveis determinados pelo Poder Concedente.

Para todos os efeitos contemplados neste documento, a responsabilidade derivada de tais trabalhos subcontratados será da Concessionária, bem como os custos, quando a greve se referir a qualquer reivindicação do pessoal responsável pela prestação dos serviços da Concessionária.

Segurança, Saúde e Prevenção de riscos trabalhistas:

A Concessionária contará com técnicos responsáveis pela Segurança do Trabalho, os quais estipularão as pautas necessárias ao cumprimento das normas vigentes nesta matéria. Será de total responsabilidade da Concessionária a implantação de políticas de prevenção.

A Concessionária providenciará os exames médicos, exigidos pelas normas vigentes, a cada 12 (doze) meses ou em períodos menores no caso previsto em legislação específica de uma determinada categoria.

Os laudos dos exames acima mencionados deverão ser apresentados pela Concessionária sempre que solicitado pelo Poder Concedente.

A Concessionária será responsável pelo controle do estado de saúde do pessoal responsável pela prestação dos serviços, devendo providenciar a substituição imediata em caso de doença incompatível com a função desempenhada.

Serão estabelecidos “Protocolos de funcionamento para prevenção de riscos” com antecedência suficiente para o início dos serviços. Os Protocolos deverão incorporar instruções para a utilização dos equipamentos de proteção adequados à atividade a ser realizada. A Concessionária será responsável pela aquisição e a utilização de tais equipamentos, sendo também responsável pelo treinamento do pessoal no que se refere à utilização de equipamentos de primeiros socorros, sistemas de evacuação, sistemas de proteção contra incêndios etc.

A Concessionária deverá apresentar, quando solicitada, cópia dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (P.C.M.S.O.) e de Prevenção dos Riscos Ambientais (P.P.R.A.), contendo, no mínimo os itens constantes das normas

regulamentadoras nºs. 7e 9, respectivamente, da Portaria n. 3.214, de 08/06/1978, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, conforme determina a Lei Federal n. 6.514, de 22/12/1977.

A Concessionária deverá manter arquivo de exames admissionais, periódicos, demissionais, mudanças de função e retorno ao trabalho, conforme preconiza a NR 7, que compõe Portaria n. 3.214 de 08/06/1978 e suas alterações.

A Concessionária deverá manter registro de segurança e saúde ocupacional, conforme preconiza a NR 32 do Ministério do Trabalho e Emprego, que compõe a Portaria n. 3.214 de 08/06/1978 e suas alterações.

A Concessionária será responsável por estabelecer e implantar um “Plano de Emergência/Contingência” perante possíveis não conformidades, tais como: no fornecimento energético, gás, vapor, quebra de equipamentos, greves e outros, assegurando a manutenção dos serviços. O Plano de Emergência e Contingência incluirá, entre outros:

- Plano de Evacuação de Incêndios, com a realização de simulações de evacuação, e posterior avaliação que deverá medir a adequação do grau de treinamento da equipe e o conhecimento das medidas a serem tomadas;
- Esquemas alternativos de trabalho, com vistas a assegurar a correta continuidade dos serviços prestados. O Plano de Emergência e Contingência deverá ser atualizado anualmente, adequando-se às obrigações e diretrizes impostas pelas normas vigentes, às mudanças de diretrizes do Poder Concedente, às novas tecnologias, dentre outros.

A Concessionária deverá consultar as autoridades da Prefeitura, Polícia, Bombeiros, Defesa Civil etc. para definição das suas estratégias relativas à segurança do trabalho, em especial quanto à elaboração do Plano de Emergência e Contingência.

10.6 Boas Práticas Ambientais

A Concessionária deverá elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para a utilização correta de recursos visando à redução do consumo de energia elétrica, de água e produção de resíduos sólidos.

10.6.1 Uso Racional de Água

- A Concessionária deverá fazer o uso racional da água, capacitando seu pessoal quanto ao uso adequado da água, evitando desperdícios;
- Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;
- Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nas redes e aparelhos.

10.6.2 Uso Racional de Energia Elétrica nas Estruturas Operacionais e CCO

- A Concessionária deverá capacitar seu pessoal quanto ao uso racional de energia elétrica;

- Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;
- Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos e equipamentos elétricos.

10.6.3 Redução de Produção de Resíduos Sólidos

- A Concessionária deverá capacitar seu pessoal quanto ao uso racional de insumos;
- A Concessionária deverá utilizar materiais e equipamentos de qualidade e vida útil longa, para reduzir a quantidade de resíduos sólidos gerados;
- Promover a implantação de Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos nos equipamentos obrigatórios com descarte apropriado.

11 ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE

Nesta parte do Caderno ficam discriminadas algumas obrigações do Poder Concedente perante a Concessionária:

- O Poder Concedente, juntamente com a <Secretaria Responsável>, deverá verificar se os relatórios exigidos da Concessionária no item Relatórios e Indicadores, constantes neste Anexo, suprem todas as necessidades de fiscalização e monitoramento das ações da Concessionária. Caso o Poder Concedente necessite de outro relatório ou indicador não previsto neste Caderno, deverá acordar com a Concessionária;
- O Poder Concedente será o responsável pela supervisão, inspeção e auditoria do Contrato, bem como pela avaliação do desempenho da Concessionária. Ele deverá prestar informações, orientações e esclarecimentos necessários à prestação dos serviços descritos no presente Anexo, Encargos de Serviços e Manutenção;
- Durante o período do plano de implantação, o Poder Concedente, anualmente, deverá realizar a vistoria da substituição do Sistema Municipal de Iluminação Pública efetuada no ano anterior e emitir uma carta de aceitação das obras entregues, nos termos do Contrato;
- É de responsabilidade do Poder Concedente realizar as intervenções no trânsito necessárias para realização dos serviços de manutenção pela Concessionária;
- Com relação aos sistemas utilizados no Sistema municipal de iluminação pública, o Poder Concedente deverá realizar avaliações periódicas, relacionadas à ergonomia, funcionalidades, lista de usuários e disponibilidade dos mesmos. A primeira avaliação deverá ser realizada anteriormente à assinatura do Contrato;
- Constituição da Conta Garantia e Conta Vinculada em conformidade com o Contrato para dar eficácia ao mesmo permitindo assim que a Concessionária faça os investimentos;

- A responsabilidade pelo pagamento do consumo de energia elétrica do parque de Iluminação Pública será do Poder Concedente, que deverá negociar os Contratos de Fornecimento de Energia, visando sempre à adoção das condições de fornecimento, quais sejam: tarifas, fornecedores, benefícios fiscais, taxas administrativas etc., mais apropriadas para atender ao Sistema Municipal de Iluminação Pública de Piripiri;
- A responsabilidade pelo serviço de cobrança da Contribuição para os Serviços de Iluminação Pública (COSIP).



CAPÍTULO 2 – INVENTÁRIO DOS BENS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Este capítulo tem por objetivo apresentar os bens que serão transferidos e arrolados a futura Concessionária e relação dos bens reversíveis em termo a ser elaborado em conjunto com o Poder Concedente.

Os bens a serem transferidos e arrolados à Concessionária estão apresentados na Tabela a seguir:

| Parque de IP Existente | | | | | | |
|------------------------|--------------|------------------|----------------|------------|------------|-------------------|
| Lâmpada | Potência (W) | Perda Reator (W) | Perda Relé (W) | Quantidade | Total (W) | Consumo (KWh/mês) |
| Fluorescente | 15 | | 1,2 | 2 | 32,40 | 11,31 |
| Fluorescente | 20 | | 1,2 | 1 | 21,20 | 7,40 |
| Fluorescente | 25 | | 1,2 | 6 | 157,20 | 54,87 |
| Fluorescente | 30 | | 1,2 | 9 | 280,80 | 98,00 |
| Fluorescente | 44 | | 1,2 | 1 | 45,20 | 15,78 |
| Fluorescente | 45 | | 1,2 | 122 | 5.636,40 | 1.967,20 |
| Fluorescente | 46 | | 1,2 | 3 | 141,60 | 49,42 |
| Halógena | 42 | | 1,2 | 6 | 259,20 | 90,47 |
| LED | 30 | | 1,2 | 3.310 | 103.272,00 | 36.043,65 |
| LED | 40 | | 1,2 | 2.213 | 91.175,60 | 31.821,80 |
| LED | 50 | | 1,2 | 206 | 10.547,20 | 3.681,15 |
| LED | 60 | | 1,2 | 12 | 734,40 | 256,32 |
| LED | 70 | | 1,2 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| LED | 80 | | 1,2 | 14 | 1.136,80 | 396,76 |
| LED | 100 | | 1,2 | 377 | 38.152,40 | 13.315,82 |
| LED | 150 | | 1,2 | 68 | 10.281,60 | 3.588,45 |
| LED | 200 | | 1,2 | 51 | 10.261,20 | 3.581,33 |
| Vapor Metálico | 70 | 14 | 1,2 | 14 | 1.192,80 | 416,31 |
| Vapor Metálico | 150 | 22 | 1,2 | 36 | 6.235,20 | 2.176,19 |
| Vapor Metálico | 250 | 23 | 1,2 | 1.049 | 287.635,80 | 100.389,69 |
| Vapor Metálico | 400 | 29 | 1,2 | 40 | 17.208,00 | 6.005,88 |
| Mista | 160 | | 1,2 | 4 | 644,80 | 225,05 |
| Mista | 250 | | 1,2 | 11 | 2.763,20 | 964,40 |
| Mista | 500 | | 1,2 | 1 | 501,20 | 174,93 |
| Vapor de Mercúrio | 80 | 9,6 | 1,2 | 3.492 | 317.073,60 | 110.663,97 |
| Vapor de Mercúrio | 125 | 13,8 | 1,2 | 3 | 419,85 | 146,53 |
| Vapor de Mercúrio | 250 | 25 | 1,2 | 54 | 14.914,80 | 5.205,51 |
| Vapor de Mercúrio | 400 | 36 | 1,2 | 34 | 14.864,80 | 5.188,06 |
| Vapor de Sódio | 70 | 14 | 1,2 | 501 | 42.685,20 | 14.897,85 |

| | | | | | | |
|----------------|-----|----|-----|---------------|---------------------|-------------------|
| Vapor de Sódio | 150 | 22 | 1,2 | 15 | 2.598,00 | 906,75 |
| Vapor de Sódio | 250 | 30 | 1,2 | 133 | 37.399,60 | 13.053,08 |
| Vapor de Sódio | 400 | 38 | 1,2 | 18 | 7.905,60 | 2.759,19 |
| TOTAL | | | | 11.806 | 1.026.177,65 | 358.153,10 |

Os demais equipamentos e materiais integrantes do parque de iluminação pública do Município de Piripiri como postes, cabos, braços, e demais componentes auxiliares também farão parte do termo de arrolamento e transferências dos bens.

A seguir é apresentado a relação dos bem reversíveis a serem revertidos ao Poder Concedente no final da Concessão:

- Luminárias;
- Lâmpadas;
- Projetores;
- Postes exclusivos de iluminação;
- Braços;
- Rede elétrica exclusiva de iluminação;
- Materiais e equipamentos em estoque da Concessionária a época do encerramento do Contrato;
- Materiais e equipamentos acessórios da rede de iluminação pública;
- Banco de dados do cadastro dos pontos de Iluminação Pública;
- Banco de dados de todas as intervenções realizadas no Sistema de Iluminação Pública durante a Concessão.

UNIDADE TÉCNICA/RESPONSÁVEL:

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO – Secretaria de Desenvolvimento e Obras:

Giovanni Ivis Mendes Dede
Assessor Técnico
Engenheiro Eletricista
CREA – PI N° 1923159585

CONCORRÊNCIA Nº 03/2026

ANEXO II REQUISITOS DA GARANTIA DE PROPOSTA

CAPÍTULO I CONDIÇÕES GERAIS DE APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DE PROPOSTA

1.1 A GARANTIA DA PROPOSTA deverá ser apresentada no valor de [●], correspondente a 1 % do Valor Estimado do Contrato, e poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

- a) Moeda corrente nacional;
- b) Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional;
- c) Fiança bancária; ou
- d) Seguro-garantia.

1.2 A GARANTIA DA PROPOSTA deverá ter prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data para recebimento dos envelopes, cabendo à proponente comprovar sua renovação, por iguais e sucessivos períodos, à Comissão de Licitação quando notificada para tanto, sob pena de desclassificação.

1.3 Acaso a renovação ocorra após decorrido mais de 1 (um) ano a contar da sua emissão original, os valores das Garantias de Proposta deverão ser reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, entre o mês da data do recebimento dos envelopes e o mês imediatamente anterior à renovação.

1.4 As proponentes deverão, ainda, observar as seguintes condições quando do oferecimento da GARANTIA DA PROPOSTA:

1.4.1 A GARANTIA DA PROPOSTA, apresentada nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ser precedida por carta de apresentação da garantia, conforme modelos constantes no Capítulo 2 deste ANEXO, devidamente assinada pelos administradores da sociedade emitente, com comprovação dos respectivos poderes para representação.

- a) No caso de seguro-garantia, será admitida a apresentação da apólice emitida por meio eletrônico, conforme a regulamentação vigente da SUSEP.
- b) A apólice de seguro-garantia deverá conter:

i. Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do EDITAL;

ii. Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes aqui previstos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos necessários à caracterização e à regulação do sinistro;

iii. Declaração de que, confirmado o descumprimento, pela proponente, das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, o Poder Concedente terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida, caso não seja sanado o descumprimento pela proponente, após notificação escrita.

1.4.2 Na hipótese de a GARANTIA DA PROPOSTA ser prestada em títulos da dívida pública, aceitar-se-á, apenas, Letras do Tesouro Nacional – LTN, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional – série C – NTN-C ou Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B.

1.4.3 Em se tratando de Consórcio, a GARANTIA DA PROPOSTA poderá ser apresentada por qualquer uma das consorciadas, independentemente da proporção de sua participação no Consórcio ou ainda ser apresentada por todas as consorciadas conjuntamente.

1.4.4 No caso de oferecimento de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, a proponente deverá constituir caução bancária, expressa em documento original, dirigido ao Poder Concedente, datado e assinado por Instituição Financeira, da qual conste claramente:

- a) O valor pecuniário da caução;
- b) A identificação dos títulos caucionados esclarecendo tratar-se dos títulos regulados pela Lei n. 10.179/2001; e,
- c) Cláusula segundo a qual o PODER CONCEDENTE poderá executar a caução nas condições previstas neste EDITAL.

1.5 As proponentes que não apresentarem a GARANTIA DA PROPOSTA nas condições estabelecidas neste Edital serão desclassificadas e estarão impedidas de participar das demais fases da licitação.

1.6 Encerrada a Concorrência, as GARANTIAS DAS PROPOSTAS de cada proponente que dela participou serão devolvidas em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato de Concessão.

1.7 Independentemente da modalidade escolhida, deverá ser expresso no instrumento de GARANTIA DA PROPOSTA que:

a) O inadimplemento comprovado total ou parcial das obrigações assumidas pela PROPONENTE em decorrência de sua participação na concorrência dará causa à execução da GARANTIA DA PROPOSTA, mediante notificação pela Comissão de Licitação à proponente inadimplente, sem prejuízo das demais penalidades previstas no EDITAL ou na legislação aplicável;

b) A GARANTIA DA PROPOSTA responderá pelas penalidades e indenizações devidas pelas proponentes durante a concorrência, até a assinatura do Contrato de Concessão ou até a data de eficácia, no caso da adjudicatária, até o limite do seu valor;

c) Na hipótese de recusa injustificada em assinar o Contrato de Concessão ou não apresentação da documentação exigida, a GARANTIA DA PROPOSTA será executada em seu valor integral.

1.8 A Comissão de Licitação analisará a regularidade das GARANTIAS DAS PROPOSTAS..

CAPÍTULO II

MODELOS DE CARTAS DE APRESENTAÇÃO DE GARANTIA DE PROPOSTA

FIANÇA BANCÁRIA

_____, _____ de _____ de [●]

À

Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de Piripiri
[●], Piripiri/PI, CEP [●]

Ref.: Edital de Concorrência Pública nº [●]. Carta de Apresentação da Fiança Bancária Nº ____ (“Carta de Fiança”)

Pela presente Carta de Fiança, o Banco _____, com sede em _____, inscrito no CNPJ/MF sob n. _____ (“Banco Fiador”), diretamente por si e por seus eventuais sucessores, obriga-se perante o Município de Piripiri/PI como fiador solidário da PROPONENTE _____, com sede em _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____ (“Afiançada”), com expressa renúncia dos direitos previstos nos artigos 336, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil Brasileiro”), pelo fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Afiançada no procedimento licitatório descrito no Edital de Concorrência Pública nº [●], cujos termos, disposições e condições o Banco Fiador declara expressamente conhecer e aceitar.

Obriga-se o Banco Fiador a pagar ao Município de Piripiri o valor total de R\$ _____ (“Fiança”) no caso de a Afiançada:

- (i) inadimplir total ou parcialmente as obrigações assumidas em decorrência de sua participação na CONCORRÊNCIA em epígrafe mediante notificação pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO à afiançada, sem prejuízo das demais penalidades previstas no EDITAL ou na legislação aplicável;
- (ii) recusar injustificadamente a assinar o CONTRATO ou não apresentar a documentação exigida nos subitens 19.3 e 19.5 do EDITAL;
- (iii) serem aplicadas penalidades ou indenizações devidas pela Afiançada durante a CONCORRÊNCIA, até a assinatura do CONTRATO ou até a DATA DE EFICÁCIA, no caso da ADJUDICATÁRIA, até o limite do seu valor.

Obriga-se, ainda, o Banco Fiador, no âmbito do valor acima identificado, pelos prejuízos causados pela Afiançada, incluindo, mas não se limitando a multas aplicadas pelo Município de Piripiri, relacionadas ao certame licitatório, comprometendo-se a efetuar os pagamentos oriundos desses prejuízos quando lhe forem exigidos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento, pelo Banco Fiador, da notificação escrita encaminhada pelo Município.

O Banco Fiador não alegará nenhuma objeção ou oposição da Afiançada ou por ela invocada para o fim de se escusar do cumprimento da obrigação assumida perante o Município de Rio do Sul, nos termos desta Carta de Fiança.

Na hipótese de o Município de Piripiri ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente Carta de Fiança, fica o Banco Fiador obrigado ao pagamento das despesas arbitrais, judiciais ou extrajudiciais.

A Fiança vigorará pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do último dia do Período para Recebimento dos Envelopes, renovável nas hipóteses previstas no Edital de Concorrência Pública nº [●].

Declara o Banco Fiador que:

- (i) a presente Carta de Fiança está devidamente contabilizada, observando integralmente os regulamentos do Banco Central do Brasil atualmente em vigor, além de atender aos preceitos da Legislação Bancária aplicável;
- (ii) os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a Fiança em seu nome e em sua responsabilidade;
- (iii) está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir cartas de fiança, e que o valor da presente Carta de Fiança, no montante de R\$ _____, encontra-se dentro dos limites que lhe são autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Os termos que não tenham sido expressamente definidos nesta Carta de Fiança terão os significados a eles atribuídos no Edital de Concorrência Pública nº [**].

Assinatura do(s) representante(s) legal(is), com firma(s) reconhecida(s)

SEGURO-GARANTIA

_____, _____ de _____ de [●]

À
Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Piripiri
[●], Piripiri/PI, CEP [●].

Ref.: Edital de Concorrência Pública nº [●]. Carta de Apresentação de Seguro-Garantia nº _____ (“Apólice de Seguro”)

Prezados Senhores,

Atendendo ao Edital, (“PROPONENTE”), [QUALIFICAÇÃO DA PROPONENTE], por meio de seu(s) bastante(s) representante(s), apresenta a presente Apólice de Seguro-Garantia, emitida conforme Circular SUSEP n. 477, de 20 de setembro de 2013, e demais normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, contratado junto à (“SEGURADORA”), [QUALIFICAÇÃO DA SEGURADORA], de acordo com os Termos e Condições a seguir apresentados:

(i) Tomador: PROPONENTE

(ii) Segurado: Município de Piripiri

(iii) Objeto do Seguro: Garantir a indenização, no montante de R\$ _____, caso o TOMADOR:

- a) descumpra total ou parcial as obrigações assumidas em decorrência de sua participação na CONCORRÊNCIA em epígrafe, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital de Concorrência Pública nº [●] ou na legislação aplicável;
- b) se recusar injustificadamente a assinar o CONTRATO ou não apresentar a documentação comprobatória de constituição da SPE;
- c) sofrer a aplicação de penalidades ou serem devidas indenizações pelo TOMADOR durante a CONCORRÊNCIA, até a assinatura do CONTRATO ou até a DATA DE EFICÁCIA, no caso da ADJUDICATÁRIA, até o limite do seu valor.

Os termos que não tenham sido expressamente definidos nesta Carta terão os significados a eles atribuídos no EDITAL.

Assinatura do(s) representante(s) legal(is), com firma(s) reconhecida(s)

CONCORRÊNCIA Nº 03/2026

ANEXO III - MODELOS DE DOCUMENTOS

TERMO DE ACEITAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL CONCORRÊNCIA Nº03/2026

Prezados Senhores,

Pelo presente, [LICITANTE], [QUALIFICAÇÃO], por seu representante legal, declara, sob as penas da legislação aplicável, que se sujeita a todas as condições do Edital, tendo pleno conhecimento do objeto da Concessão Administrativa e do local e respectivas condições de onde estão localizados os ativos de iluminação pública do Município de Piripiri.

Declara, ainda, que responde pela veracidade de todas as informações constantes da documentação e da proposta apresentadas e declara que recebeu todos os elementos componentes do presente Edital e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação, tendo considerado suficientes as informações recebidas para a elaboração da sua proposta.

[Local], [data]

[Carimbo e assinatura do responsável legal]

[Licitante]

Por seu responsável legal

CONCORRÊNCIA Nº03/2026

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Prezados Senhores,

Pelo presente, [LICITANTE], [QUALIFICAÇÃO], por seu representante legal, declara, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n. 14.133/2021, sob as penas da legislação aplicável, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo aqueles em contrato de aprendiz, maiores de quatorze anos.

[Local], [data]

[Carimbo e assinatura do responsável legal]

[Licitante]

Por seu responsável legal

CONCORRÊNCIA Nº 03/2026

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Prezados Senhores,

Pelo presente, [LICITANTE], [QUALIFICAÇÃO], por seu representante legal, declara, sob as penas da legislação aplicável, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na Concorrência em epígrafe; que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com a Administração Pública Municipal; que não está em cumprimento de pena de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública Municipal; e que se compromete a comunicar ocorrência de quaisquer fatos supervenientes relacionados com o objeto dessa Declaração.

[Local], [data]

[Carimbo e assinatura do responsável legal]

[Licitante]

Por seu responsável legal

Por seu responsável legal

CONCORRÊNCIA Nº 03/2026

ANEXO IV - ELEMENTOS DA PROPOSTA TÉCNICA

1. INSTRUÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

A proposta técnica deverá ser apresentada em papel tamanho A4 com letra TIMES NEW ROMAN - 10 e espaço “simples” entre linhas: em 2 (duas) vias. Uma das vias deverá ser constituída por documentos originais ou autenticados, sendo as demais vias constituídas por cópias simples dos documentos originais.

Será apresentada obedecendo ao Termo de Referência e à seguinte disposição e número máximo de páginas por capítulo, excetuando-se mapas, gráficos e fotos:

- 1.1. Sumário: máximo de três páginas; o sumário deverá incluir, no mínimo, a paginação de cada capítulo;
- 1.2. Apresentação: máximo de duas páginas; na apresentação serão prestadas informações relativas ao objeto da proposta, edital e nome do Licitante;
- 1.3. PLANO OPERACIONAL: (máximo 300 pontos): Será atribuída a partir da avaliação dos memoriais de cálculos, simulações e requisitos apresentados pela Licitante,
- 1.4. MODERNIZAÇÃO E EFICIÊNCIA (máximo 700 pontos): Será atribuída a partir da avaliação dos memoriais de cálculos, simulações e requisitos apresentados pela Licitante,
- 1.5. Conclusão: máximo de três páginas; na conclusão serão prestadas informações resumidas sobre os resultados a serem obtidos pela Licitante com sua proposta de modernização e eficiência do parque de iluminação pública do Município de Piripiri.

2. CRITÉRIO PARA PONTUAÇÃO

2.1. NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA

A Nota da Proposta Técnica **NT** será obtida levando-se em consideração os Itens de Avaliação discriminados no quadro a seguir, para cada um dos quais o Agente de Contratação atribuirá Notas Parciais de acordo com:

$$NT = NT_{PO} + NT_{ME}$$

2.2. NOTAS PARCIAIS

2.2.1. PLANO OPERACIONAL

O Plano de Operacional será apresentado a partir das informações técnicas fornecidas, bem como em outras fontes de pesquisa, a critério do PROPONENTE, deverá ser demonstrado conhecimento sobre as características do sistema adotado, considerando a complexidade da região onde serão realizados os SERVIÇOS OBJETO desta LICITAÇÃO.

Por se tratar de LICITAÇÃO cujo objetivo envolve a execução de serviços públicos de natureza essencial e cuja continuidade não poderá ser comprometida, a exigência dos documentos de aceitabilidade técnica tem por objetivo permitir que PROPONENTE demonstre seu grau de conhecimento quanto ao OBJETO do EDITAL.

O texto deverá ser apresentado de forma clara e objetiva, contemplando aspectos relacionados com a FASE PRELIMINAR, FASE I, FASE II e FASE III na forma que segue:

2.2.1.1. Apresentação e Contextualização

- a) Introdução da empresa PROPONENTE e breve histórico em projetos dessa natureza.
- b) Contexto do MUNICÍPIO e justificativa para os serviços.
- c) Objetivos gerais do plano de trabalho.

2.2.1.2. Escopo dos Serviços

- a) Descrição detalhada das atividades que serão realizadas.
- b) Padrões técnicos e normativos aplicáveis.
- c) Limites e exclusões do contrato (o que não está incluído).

2.2.1.3. Metodologia de Execução

- a) Critérios de levantamento e diagnóstico da rede atual.
- b) Procedimentos para elaboração de projetos executivos e memoriais descritivos.
- c) Metodologia de substituição/instalação.
- d) Metodologia para aferição de qualidade.
- e) Processos de manutenção preventiva, corretiva e emergencial.
- f) Procedimentos de segurança do trabalho.

2.2.1.4. Plano de Recursos

- a) Equipe técnica: organograma, funções, atribuições e qualificações mínimas exigidas.
- b) Recursos materiais: equipamentos, veículos, ferramental e EPIs.
- c) Sistemas de apoio: softwares de gestão, telegestão e monitoramento.

2.2.1.5. Cronograma de Execução

- a) Fases do trabalho.
- b) Prazos e metas.

A pontuação do Plano de Trabalho será dada pela nota **NT_{PT}**, conforme QUADRO Nº 01 do Anexo V, com a avaliação dos itens exigidos na metodologia de execução, pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO adotará o seguinte critério objetivo de julgamento para cada item:

- a) APRESENTOU – assim considerada a abordagem apresentada de maneira aplicável, tecnicamente compatível e atendendo às prescrições do Edital e seus anexos, apresentando um exame em nível adequado, detalhado e especificado com sólida fundamentação metodológica inerente à comprovação de sua exequibilidade e eficiência.
- b) NAO APRESENTOU – assim considerado caso não seja abordado o item no conteúdo do Plano Operacional ou quando a abordagem fugir total ou parcialmente aos aspectos solicitados, não cumprindo nenhum dos requisitos exigidos, ou a abordagem for manifestamente inaplicável, tecnicamente incompatível ou não atender às prescrições do Edital e seus anexos.

Quadro de Notas 01

| Item | Apresentou | Não Apresentou | Nota NT _{PT} , |
|--|------------|----------------|-------------------------|
| Apresentação e Contextualização | | | |
| a) Introdução da empresa PROPONENTE e breve histórico em projetos de infraestrutura | | | 20 |
| b) Contexto do MUNICÍPIO e justificativa para os serviços. | | | 20 |
| c) Objetivos gerais do plano de trabalho. | | | 20 |
| Escopo dos Serviços | | | |
| a) Descrição detalhada das atividades que serão realizadas. | | | 20 |
| b) Padrões técnicos e normativos aplicáveis. | | | 20 |
| Metodologia de Execução | | | |
| a) Critérios de levantamento e diagnóstico da rede atual. | | | 20 |
| b) Procedimentos para elaboração de projetos executivos e memoriais descritivos. | | | 20 |
| c) Metodologia de substituição/instalação. | | | 20 |
| d) Processos de manutenção preventiva, corretiva e emergencial. | | | 20 |
| e) Procedimentos de segurança do trabalho. | | | 20 |
| Plano de Recursos | | | |
| a) Equipe técnica: organograma, funções, atribuições e qualificações mínimas exigidas. | | | 20 |
| b) Recursos materiais: equipamentos, veículos, ferramental e EPIs | | | 20 |
| c) Sistemas de apoio: softwares de gestão, telegestão e monitoramento. | | | 20 |
| Cronograma de Execução | | | |
| a) Fases do trabalho. | | | 20 |
| b) Prazos e metas. | | | 20 |

2.2.2. MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO

A pontuação NT_{ME} será atribuída partir da avaliação dos memoriais de cálculos realizados pela Licitante e atendimento a requisitos de software. Para subsidiar esta avaliação a Licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar preenchido os QUADROS N° 02, 03 e 04 do Anexo V, com os dados solicitados.

Para fins de pontuação serão considerados três critérios: (1) Cálculo da economia de energia; (2) Cálculo de atendimento luminotécnico de vias típicas; e, (3) Requisitos de Sistema de Telegestão, conforme fórmula apresentada a seguir:

$$NT_{ME} = NT_{EE} + NT_{LUM} + NT_{RS}$$

Sendo que:

NT_{ME} = é a nota técnica relativa de Modernização e Eficientização

NT_{EE} = Nota Técnica parcial de Economia de Energia

NT_{LUM} = Nota Técnica parcial de Atendimento Luminotécnico

NT_{RS} = Nota Técnica parcial de Requisitos de Software

Somente serão considerados, para fins de atribuição de notas, as propostas que apresentarem os projetos luminotécnicos comprovando o atendimento aos níveis luminotécnicos estabelecidos no ANEXO I – PROJETO BÁSICO.

2.2.2.1. NT_{EE} = Nota Técnica parcial de Economia de Energia

Quadro de Notas 02

| Percentual de Eficientização Proposto | Nota NT_{EE} |
|--|-------------------|
| Redução de carga instalada da amostra do parque de iluminação pública – maior que 46%; | 250 |
| Redução de carga instalada parque de iluminação pública – menor que 46% | 0 |

2.2.2.2. NT_{LUM} = Nota Técnica parcial de Atendimento Luminotécnico

Para garantir que a economia de energia apresentada pela Licitante irá garantir o atendimento aos níveis de iluminação necessários, será necessária apresentação de projetos luminotécnicos simulados através do software DIALUX, com fator de manutenção de 0.80, visando o atendimento aos níveis luminotécnicos da NBR5101:2024. Com o intuito de objetivar a apresentação dos projetos luminotécnicos, as Licitantes deverão adotar os padrões estabelecidos nas vias típicas descritas a seguir, que são as mais comuns na malha urbana de Piripiri.

Via típica C1

- Grade de referência de acordo com a classe de iluminação da via

| Parâmetro | Referência |
|--|------------------------|
| Classe de iluminação da via | C1/P1 |
| Arranjo de montagem | Canteiro central de 2m |
| Vão médio (m) | 44,30 |
| Altura de montagem (m) | 11 |
| Quantidade de pistas | 2 |
| Número de faixas de trânsito de cada via/sentido | 2 |
| Largura por faixa de trânsito (m) | 4,05 |
| Avanço/Pendor (m) | 1,0 a 2,0 |
| Distância entre o poste e a via (m) | 0,5 |
| Possui passeio de ambos os lados com largura total (m) | 3 |
| Luminárias por poste | 2 |

Via típica C2

- Grade de referência de acordo com a classe de iluminação da via

| Parâmetro | Referência |
|--|------------|
| Classe de iluminação da via | C2/P2 |
| Arranjo de montagem | Unilateral |
| Vão médio (m) | 40 |
| Altura de montagem (m) | 9 |
| Número de faixas de trânsito de cada via/sentido | 3 |
| Largura por faixa de trânsito (m) | 2,7 |
| Avanço/Pendor (m) | 1,0 a 3,0 |
| Distância entre o poste e a via (m) | 0,5 |
| Possui passeio de ambos os lados com largura total (m) | 3 |

Via típica C3

- Grade de referência de acordo com a classe de iluminação da via

| Parâmetro | Referência |
|--|------------|
| Classe de iluminação da via | C3/P3 |
| Arranjo de montagem | Unilateral |
| Vão médio (m) | 43 |
| Altura de montagem (m) | 8 |
| Número de faixas de trânsito de cada via/sentido | 2 |
| Largura por faixa de trânsito (m) | 3,5 |
| Avanço/Pendor (m) | 1,0 a 3,0 |
| Distância entre o poste e a via (m) | 0,5 |
| Possui passeio do lado adjacente com largura total (m) | 3 |

Via típica V4

- Grade de referência de acordo com a classe de iluminação da via

| Parâmetro | Referência |
|--|------------|
| Classe de iluminação da via | C4/P4 |
| Arranjo de montagem | Unilateral |
| Vão médio (m) | 36 |
| Altura de montagem (m) | 8 |
| Número de faixas de trânsito de cada via/sentido | 3 |
| Largura por faixa de trânsito (m) | 3 |
| Avanço/Pendor (m) | 1,0 a 3,0 |
| Distância entre o poste e a via (m) | 0,5 |
| Possui passeio de ambos os lados com largura total (m) | 3 |

Via típica C5

- **Grade de referência de acordo com a classe de iluminação da via**

| Parâmetro | Referência |
|--|------------|
| Classe de iluminação da via | C5/P5 |
| Arranjo de montagem | Unilateral |
| Vão médio (m) | 37 |
| Altura de montagem (m) | 7,5 |
| Número de faixas de trânsito de cada via/sentido | 2 |
| Largura por faixa de trânsito (m) | 3 |
| Avanço/Pendor (m) | 1,0 a 3,0 |
| Distância entre o poste e a via (m) | 0,5 |
| Possui passeio de ambos os lados com largura total (m) | 3 |

Somente para o caso das luminárias públicas viárias de led, tenham que atender quaisquer dos cenários luminotécnicos com ajuste de ângulo $>0^\circ$, a mesma deverá possuir obrigatoriamente a sua CDL (Classificação do controle de distribuição de intensidade luminosa) tipo Full-Cut-Off, Totalmente Limitada, são projetadas para direcionar a luz emitida por luminárias de iluminação pública para baixo, em direção ao solo, minimizando a dispersão da luz para cima e para os lados. Isso é alcançado usando uma combinação que restringem o ângulo de emissão da luz.

A Licitante deverá apresentar Termo de Compromisso de fornecimento futuro das luminárias, para aplicação no Município de Piripiri, expedido pelo fabricante do produto juntamente com a proposta técnica.

A Comissão irá conferir se a Licitante atendeu aos resultados esperados para cada tipo de via típica apresentados neste Anexo e pontuadas conforme Quadro de Notas 2.

Quadro de Notas 03

| Atendimento Luminotécnico | Nota <i>NT_{LUM}</i> |
|---|---------------------------------|
| A Licitante atendeu a todos os requisitos luminotécnicos exigidos para cada via típica. | 250 |
| A Licitante não atendeu a todos os requisitos luminotécnicos exigidos para cada via típica; | 0 |

2.2.2.3. NT_{RS} = Nota Técnica parcial de Requisitos de Sistema de Telegestão

A Administração poderá convocar a Licitante, em dia e hora previamente comunicados, para realizar a demonstração das funcionalidades do referido sistema, bem como seu domínio sobre a respectiva tecnologia. A Licitante deverá apresentar Termo de Compromisso de fornecimento futuro do sistema de Telegestão da iluminação pública, para aplicação no Município de Piripiri, expedido pela empresa proprietária juntamente com a proposta técnica.

O Agente de Contratação disponibilizará acesso à internet e equipamento de projeção para que cada Licitante realize apresentação do sistema.

| Item | Funcionalidade | Nota NT_{RS} |
|------|---|-------------------|
| F1 | O Sistema de Telegestão de Iluminação Pública, deve permitir a integração com softwares legados, via API ou qualquer outra forma de integração tecnicamente consagrada. Esta integração deve contemplar a bidirecionalidade do fluxo de dados, permitindo que as informações do Sistema de Telegestão (alertas, OS's, cadastros e indicadores) sejam acessadas pelo Sistema de Gestão em desktops compatíveis com os principais sistemas operacionais do mercado (Linux, Windows ou Mac OS), possuindo compatibilidade nativa com o protocolo HTTPS, viabilizando o acesso aos funcionários da Prefeitura quando necessário. | 10,0 |
| F2 | O Sistema de Telegestão de Iluminação Pública, deve permitir a integração com softwares legados, via API ou qualquer outra forma de integração tecnicamente consagrada. Esta integração deve contemplar a bidirecionalidade do fluxo de dados, permitindo que as informações do Sistema de Telegestão (alertas, OS's, cadastros e indicadores), possam ser visualizadas no Sistema de Gestão em mapa integrado, exibindo pontos, ordens de serviço, cadastros e indicadores. | 10,0 |
| F3 | O Sistema de Telegestão, deve possuir controle dos níveis de acesso parametrizáveis ao sistema, com cadastro de usuários, grupos e permissões atribuídas. Login através de usuário e senha. Todos os acessos e ações realizadas no Sistema de Telegestão, deverão possuir log de registros. | 10,0 |
| F4 | O Sistema de Telegestão, deve possibilitar a exportação de dados em tabelas (formato CSV ou TXT) e criação de painéis Dashboard. | 10,0 |
| F5 | O Sistema de Telegestão de Iluminação Pública, deve permitir a integração com softwares legados, via API ou qualquer outra forma de integração tecnicamente consagrada. | 10,0 |
| F6 | O Sistema de Telegestão, deve ser acessível via tablets e smartphones, com a finalidade de utilização para cadastros dos pontos referentes aos equipamentos de Telegestão e dos pontos de iluminação pública do Município. O sistema deve possuir, no caso do aplicativo para tablets ou smartphones, adaptabilidade com os sistemas operacionais Android, com operação online ou off-line, garantindo seu funcionamento em áreas onde não há a cobertura integral da rede de dados celular. O aplicativo deve mostrar os pontos cadastrados e seus atributos. Deve também permitir a obtenção de coordenadas através do GPS do tablet ou smartphone. | 10,0 |
| F7 | O Sistema de Telegestão deverá possibilitar no Cadastro, a identificação detalhada dos componentes do ponto de luz, características físicas e a classificação dos logradouros público conforme instruções da ANEEL, em C1, C2, C3, C4, C5 | 10,0 |

| | | |
|-----|--|------|
| F8 | O Sistema de Telegestão, deve possibilitar a implantação e seu funcionamento, sem a necessidade de criação própria de uma infraestrutura de processamento, armazenagem do SW e dados, ou seja, tanto o SW de Telegestão bem como os dados gerados deverão ser hospedados em Cloud, preferencialmente em território brasileiro. Porém, a empresa provedora dos serviços em Cloud, deverá responder juridicamente em território brasileiro. | 10,0 |
| F9 | O Sistema de Telegestão deve permitir que os pontos de luz cadastrados possam ser visualizados no mapa e este possa ser digitalizado. | 10,0 |
| F10 | O Sistema de Telegestão, deve possibilitar a exportação de dados em tabelas (formato CSV ou TXT) para possibilitar a criação de relatórios e gráficos. | 10,0 |
| F11 | O Sistema de Telegestão deve possuir a capacidade de gerar ou fornecer informações para formação de indicadores de performance do próprio Sistema de Telegestão e dos pontos de Iluminação Pública, relativos à: - efetividade de transmissão (índice de Varredura, conforme descrito no item 01) da Telegestão; - tempo de resposta aos comandos (conforme descrito no item 02); - lâmpadas acesas de dia; - Lâmpadas apagadas de noite; | 10,0 |
| F12 | Disponibilidade de aplicativo para tablets ou smartphones para uso das equipes de manutenção e execução de obras de modernização, ampliação e substituição dos equipamentos de Telegestão, com funcionamento online e offline. O aplicativo deve permitir a visualização das ordens de serviço, polígono delimitando a área de atuação da equipe e dados dos pontos cadastrados em mapa georreferenciado. O registro dos atendimentos das ordens de serviço e execução das obras deve ser feito através do aplicativo, evitando processos redundantes em papel, que são sujeitos a erros e atrasos na atualização das informações. | 10,0 |
| F13 | Monitoramento do consumo de energia do parque de iluminação pública diferenciando os pontos com consumo medido pela concessionária, estimado por cadastro e medido por futuro Sistema de Telegestão. | 10,0 |
| F14 | O Sistema de Telegestão de Iluminação Pública, deve permitir a integração com softwares legados, via API ou qualquer outra forma de integração tecnicamente consagrada. Possibilitando a Integração online ao Sistema de Gestão e está por sua vez online com a central de atendimento (Call Center) | 10,0 |
| F15 | Acompanhamento estatístico, da vida útil dos componentes do Sistema de Telegestão do parque de iluminação pública, através da base histórica de substituições, permitindo fazer a previsão de suprimentos necessários à manutenção futura e a avaliação da durabilidade dos materiais aplicados | 10,0 |
| F16 | O Sistema de Telegestão deverá prover informações dos pontos de Iluminação Pública ao Sistema de Gestão, para que este possibilite a definição em tempo real dos roteiros de inspeção do parque de Iluminação Pública, permitindo a seleção em massa dos pontos a serem inspecionados, utilizando polígonos no mapa e outras propriedades do ponto, possibilitando estabelecer uma rotina de periodicidade para que os roteiros sejam realizados de tempos em tempos, por exemplo: 1 vez por mês, sendo possível planejar roteiros mensais de inspeção em todo o parque. | 10,0 |
| F17 | O Sistema de Telegestão deve prover informações, afim de possibilitar o estabelecimento de rotinas aleatórias de auditoria para os processos de cadastramento, execução dos serviços de manutenção ou instalação e avaliações técnicas dos equipamentos de Telegestão. Através destas informações, deve ser possível definir um conjunto de parâmetros a serem avaliados em campo, definição de uma base amostral aleatória e geração de relatórios com os resultados obtidos. As avaliações em campo devem ser realizadas através de aplicativo móvel. | 10,0 |

| | | |
|-------------------|--|------------|
| F18 | O Sistema de Telegestão deve possuir tempo de resposta a comandos (consulta ou comandos) de máximo 3 (três) minutos (180 segundos). | 10,0 |
| F19 | O Sistema de Telegestão deve possibilitar agregação de valor, através da capacidade de implementar sensoriamento de outras funcionalidades ou medição de grandezas diversas (receitas acessórias), por meio de módulos adicionais de comunicação monitorando sensores, instalados na mesma rede de comunicação da Telegestão. A comprovação será mediante a demonstração da integração de pelo menos 3(três) aplicações com sensores de funcionalidades distintas. | 10,0 |
| F20 | O Sistema de Telegestão, deve oferecer interface de integração (via API ou outra forma de integração consagrada), de forma que o Sistema de Gestão possa visualizar, controlar e gerir através de um só sistema de monitores e não dois grupos independentes. | 10,0 |
| Nota Total | | 200 |

3. QUADROS DE NOTAS

3.1. QUADRO 01

| Item | Apresentou | Não Apresentou | Nota NT _{PT} , |
|---|------------|----------------|-------------------------|
| Apresentação e Contextualização | | | |
| a) Introdução da empresa PROPONENTE e breve histórico em projetos de infraestrutura | | | |
| b) Contexto do MUNICÍPIO e justificativa para os serviços. | | | |
| c) Objetivos gerais do plano de trabalho. | | | |
| Escopo dos Serviços | | | |
| c) Descrição detalhada das atividades que serão realizadas. | | | |
| d) Padrões técnicos e normativos aplicáveis. | | | |
| Metodologia de Execução | | | |
| f) Critérios de levantamento e diagnóstico da rede atual. | | | |
| g) Procedimentos para elaboração de projetos executivos e memoriais descritivos. | | | |
| h) Metodologia de substituição/instalação. | | | |
| i) Processos de manutenção preventiva, corretiva e emergencial. | | | |
| j) Procedimentos de segurança do trabalho. | | | |

| | | | |
|--|--|--|--|
| Plano de Recursos | | | |
| d) Equipe técnica: organograma, funções, atribuições e qualificações mínimas exigidas. | | | |
| e) Recursos materiais: equipamentos, veículos, ferramental e EPIs | | | |
| f) Sistemas de apoio: softwares de gestão, telegestão e monitoramento. | | | |
| Cronograma de Execução | | | |
| c) Fases do trabalho. | | | |
| d) Prazos e metas. | | | |
| NOTA TOTAL | | | |

3.2. QUADRO 02

| Cálculo da Redução de Carga Instalada (kW) da amostra - Economia de Energia | | | | | |
|--|---------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|------------------------------|---|
| Item | Vias típicas/ Resultados | (a) – Quantidade da Amostra | (b) - Potência Real Existente (W) | (c) - Potência LED projetada | (d) - Potência LED apresentada pela Licitante |
| 1 | Via C1 | Q1 - 100 | 281,2 | 150 | Potência proposta (P1) |
| 2 | Via C2 | Q2 - 80 | 173,2 | 100 | Potência proposta (P2) |
| 3 | Via C3 | Q3 - 60 | 118,2 | 70 | Potência proposta (P3) |
| 4 | Via C4 | Q4 - 30 | 118,2 | 50 | Potência proposta (P4) |
| 5 | Via C5 | Q5 - 18 | 85,2 | 30 | Potência proposta (P5) |
| 6 | Carga Instalada Total (kW) | 315 | C1E – 54,15 | 29,24 | Carga Proposta (C1) |
| 7 | Redução de Carga Instalada (kW) | | | 21,91 | Redução de Carga Proposta (RC1) |
| 8 | Economia de Energia % | | | 46,00% | Economia Proposta (E1) |
| (1) O valor de C1 será calculado a partir da soma do produto da coluna (a) com a coluna (d): $C1 = ((Q1*P1) + (Q2*P2) + (Q3*P3) + (Q4*P4) + (Q5*P5))/1000$ | | | | | |
| (2) O valor de RC1 será calculado a partir da diferença entre C1E e C1: $RC1 = C1E - C1$. | | | | | |
| (3) O valor de E1 será calculado a partir da diferença de 1 menos a divisão de C1 por C1E: $E1 = 1 - C1/C1E$ | | | | | |
| (4) As formulás deverão considerar um arredondamento de 2(duas) casas decimais | | | | | |

| Percentual de Eficientização Proposto | Nota <i>NT_{EE}</i> |
|--|--------------------------------|
| Redução de carga instalada da amostra do parque de iluminação pública – maior que 46%; | |
| Redução de carga instalada parque de iluminação pública – menor que 46% | |



3.3. QUADRO 03

| Cálculos Luminotécnicos | | | | |
|--|--|-------------------------|---|----------------------------|
| Item | Projeto Luminotécnico para Classe de iluminação C para $q_0=0,07$ (cd/m ²)/lux | Luminância Média (Lmed) | Iluminância Emed \geq (lx) (mínimo mantido) | Uniformidade U0 (E) \geq |
| 1 | Via C1 | | | |
| 2 | Via C2 | | | |
| 3 | Via C3 | | | |
| 4 | Via C4 | | | |
| 5 | Via C5 | | | |
| Elaborado a partir da Tabela 4 e 5 da ABNT NBR 5101:2024 | | | | |

As proponentes deverão apresentar memória de cálculo dos resultados para cada via típica, através de software de simulação luminotécnica com no mínimo: (a) os dados de planejamento do projeto incluindo os parâmetros de montagem, a potência da luminária e seu respectivo fluxo luminoso; (b) relatório de resultados luminotécnicos; (c) resumo de resultados contendo luminância média, iluminância, uniformidade; e, (d) tabela com a grade de referência com os valores em lux, a iluminância média mínima e fator de uniformidade mínimo.

| Atendimento Luminotécnico | Nota <i>NT_{LUM}</i> |
|---|---------------------------------|
| A Licitante atendeu a todos os requisitos luminotécnicos exigidos para cada via típica. | |
| A Licitante não atendeu a todos os requisitos luminotécnicos exigidos para cada via típica; | |

3.4. QUADRO 04

| Item | Funcionalidade | Nota <i>NT_{RS}</i> |
|------|--|--------------------------------|
| F1 | O Sistema de Telegestão de Iluminação Pública, deve permitir a integração com softwares legados, via API ou qualquer outra forma de integração tecnicamente consagrada. Esta integração deve contemplar a bidirecionalidade do fluxo de dados, permitindo que as informações do Sistema de Telegestão (alertas, OS's, cadastros e indicadores) sejam acessadas pelo Sistema de Gestão em desktops compatíveis com os principais sistemas operacionais do mercado (Linux, Windows ou Mac OS), possuindo compatibilidade nativa com o protocolo HTTPS, viabilizando o acesso aos funcionários da Prefeitura quando necessário. | |
| F2 | O Sistema de Telegestão de Iluminação Pública, deve permitir a integração com softwares legados, via API ou qualquer outra forma de integração tecnicamente consagrada. Esta integração deve contemplar a bidirecionalidade do fluxo de dados, permitindo que as informações do Sistema de Telegestão (alertas, OS's, cadastros e indicadores), possam ser visualizadas no Sistema de Gestão em mapa integrado, exibindo pontos, ordens de serviço, cadastros e indicadores. | |

| | | |
|-----|---|--|
| F3 | O Sistema de Telegestão, deve possuir controle dos níveis de acesso parametrizáveis ao sistema, com cadastro de usuários, grupos e permissões atribuídas. Login através de usuário e senha. Todos os acessos e ações realizadas no Sistema de Telegestão, deverão possuir log de registros. | |
| F4 | O Sistema de Telegestão, deve possibilitar a exportação de dados em tabelas (formato CSV ou TXT) e criação de painéis Dashboard. | |
| F5 | O Sistema de Telegestão de Iluminação Pública, deve permitir a integração com softwares legados, via API ou qualquer outra forma de integração tecnicamente consagrada. | |
| F6 | O Sistema de Telegestão, deve ser acessível via tablets e smartphones, com a finalidade de utilização para cadastros dos pontos referentes aos equipamentos de Telegestão e dos pontos de iluminação pública do Município. O sistema deve possuir, no caso do aplicativo para tablets ou smartphones, adaptabilidade com os sistemas operacionais Android, com operação online ou off-line, garantindo seu funcionamento em áreas onde não há a cobertura integral da rede de dados celular. O aplicativo deve mostrar os pontos cadastrados e seus atributos. Deve também permitir a obtenção de coordenadas através do GPS do tablet ou smartphone. | |
| F7 | O Sistema de Telegestão deverá possibilitar no Cadastro, a identificação detalhada dos componentes do ponto de luz, características físicas e a classificação dos logradouros público conforme instruções da ANEEL, em C1, C2, C3, C4, C5 | |
| F8 | O Sistema de Telegestão, deve possibilitar a implantação e seu funcionamento, sem a necessidade de criação própria de uma infraestrutura de processamento, armazenagem do SW e dados, ou seja, tanto o SW de Telegestão bem como os dados gerados deverão ser hospedados em Cloud, preferencialmente em território brasileiro. Porém, a empresa provedora dos serviços em Cloud, deverá responder juridicamente em território brasileiro. | |
| F9 | O Sistema de Telegestão deve permitir que os pontos de luz cadastrados possam ser visualizados no mapa e este possa ser digitalizado. | |
| F10 | O Sistema de Telegestão, deve possibilitar a exportação de dados em tabelas (formato CSV ou TXT) para possibilitar a criação de relatórios e gráficos. | |
| F11 | O Sistema de Telegestão deve possuir a capacidade de gerar ou fornecer informações para formação de indicadores de performance do próprio Sistema de Telegestão e dos pontos de Iluminação Pública, relativos à: - efetividade de transmissão (índice de Varredura, conforme descrito no item 01) da Telegestão; - tempo de resposta aos comandos (conforme descrito no item 02); - lâmpadas acesas de dia; - Lâmpadas apagadas de noite; | |
| F12 | Disponibilidade de aplicativo para tablets ou smartphones para uso das equipes de manutenção e execução de obras de modernização, ampliação e substituição dos equipamentos de Telegestão, com funcionamento online e offline. O aplicativo deve permitir a visualização das ordens de serviço, polígono delimitando a área de atuação da equipe e dados dos pontos cadastrados em mapa georreferenciado. O registro dos atendimentos das ordens de serviço e execução das obras deve ser feito através do aplicativo, evitando processos redundantes em papel, que são sujeitos a erros e atrasos na atualização das informações. | |
| F13 | Monitoramento do consumo de energia do parque de iluminação pública diferenciando os pontos com consumo medido pela concessionária, estimado por cadastro e medido por futuro Sistema de Telegestão. | |
| F14 | O Sistema de Telegestão de Iluminação Pública, deve permitir a integração com softwares legados, via API ou qualquer outra forma de integração tecnicamente consagrada. Possibilitando a Integração online ao Sistema de Gestão e está por sua vez online com a central de atendimento (Call Center) | |

| | | |
|-----|--|--|
| F15 | Acompanhamento estatístico, da vida útil dos componentes do Sistema de Telegestão do parque de iluminação pública, através da base histórica de substituições, permitindo fazer a previsão de suprimentos necessários à manutenção futura e a avaliação da durabilidade dos materiais aplicados | |
| F16 | O Sistema de Telegestão deverá prover informações dos pontos de Iluminação Pública ao Sistema de Gestão, para que este possibilite a definição em tempo real dos roteiros de inspeção do parque de Iluminação Pública, permitindo a seleção em massa dos pontos a serem inspecionados, utilizando polígonos no mapa e outras propriedades do ponto, possibilitando estabelecer uma rotina de periodicidade para que os roteiros sejam realizados de tempos em tempos, por exemplo: 1 vez por mês, sendo possível planejar roteiros mensais de inspeção em todo o parque. | |
| F17 | O Sistema de Telegestão deve prover informações, afim de possibilitar o estabelecimento de rotinas aleatórias de auditoria para os processos de cadastramento, execução dos serviços de manutenção ou instalação e avaliações técnicas dos equipamentos de Telegestão. Através destas informações, deve ser possível definir um conjunto de parâmetros a serem avaliados em campo, definição de uma base amostral aleatória e geração de relatórios com os resultados obtidos. As avaliações em campo devem ser realizadas através de aplicativo móvel. | |
| F18 | O Sistema de Telegestão deve possuir tempo de resposta a comandos (consulta ou comandos) de máximo 3 (três) minutos (180 segundos). | |
| F19 | O Sistema de Telegestão deve possibilitar agregação de valor, através da capacidade de implementar sensoriamento de outras funcionalidades ou medição de grandezas diversas (receitas acessórias), por meio de módulos adicionais de comunicação monitorando sensores, instalados na mesma rede de comunicação da Telegestão. A comprovação será mediante a demonstração da integração de pelo menos 3(três) aplicações com sensores de funcionalidades distintas. | |
| F20 | O Sistema de Telegestão, deve oferecer interface de integração (via API ou outra forma de integração consagrada), de forma que o Sistema de Gestão possa visualizar, controlar e gerir através de um só sistema de monitores e não dois grupos independentes. | |
| | Nota Total | |

CONCORRÊNCIA Nº03/2026

ANEXO V – ELEMENTOS DA PROPOSTA COMERCIAL

VI.1. CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

[local], [data]..

Ao
Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Piripiri

Ref.: Edital de Concorrência Pública nº [●].

Prezados Senhores,

Nos termos do Edital e seus Anexos, bem como das demais informações disponibilizadas no processo licitatório em epígrafe, com os quais está licitante concorda integralmente, apresentamos nossa Proposta Comercial e Plano de Negócio para a modernização, otimização, operação e manutenção da rede de iluminação pública do Município de Piripiri.

CONSIDERANDO QUE:

- (i) esta Proposta Comercial reflete a intenção desta Licitante e é vinculante, irrevogável, irretratável e incondicional;
- (ii) para a elaboração desta Proposta Comercial a Licitante considerou todos os investimentos, tributos, custos e despesas necessários à execução do Contrato de Concessão;
- (iii) na elaboração da Proposta Comercial esta Licitante tomou ciência, anuiu e considerou todos os riscos assumidos em eventual contratação, caso sagre-se vencedora desta Licitação;
- (iv) a Proposta Comercial considerou o prazo de 25 (vinte e cinco) anos da Concessão;
- (v) todos os investimentos necessários, serviços e demais características da Concessão foram considerados, bem como as informações divulgadas foram suficientes para a apresentação desta Proposta Econômica;

PROPOSTA DE CONTRAPRESTAÇÃO:

Propomos, como Contraprestação Mensal a ser paga pela Administração Pública a partir do 13º mês da concessão, quando estará concluída a fase de Modernização do Sistema Municipal de Iluminação Pública com substituição das lâmpadas convencionais por luminárias com tecnologia LED, o valor de R\$ [●] ([●]reais), referenciado à data-base de [●], que corresponde a um desconto de [●]% ([●] por cento) aplicado sobre o valor de referência da contraprestação mensal conforme prevista no Capítulo V do Edital.

Em decorrência, para os demais meses, os valores relativos da Contraprestação Mensal a serem pagos pela Administração Pública à Concessionária são:

| Período | | Contraprestação mensal máxima (valor absoluto) | Contraprestação mensal máxima (valor relativo) |
|---------|----------|---|---|
| Ano | Mês | | |
| 01 | 01 a 12 | | 70,0% |
| 2 ao 25 | 13 a 300 | | 100,0% (*) |

(*) VALOR PROPOSTO PELA LICITANTE

VALIDADE:

Esta Proposta Comercial terá validade de [●] (período por extenso).

DADOS DA LICITANTE:

Razão Social / Denominação do Consórcio: [●].

CNPJ/MF (em caso de Consórcio, utilizar CNPJ/MF da empresa líder): [●].

Composição Acionária / Participação Consórcio: [●].

Empresa líder (quando aplicável): [●].

Endereço: [●].

Telefones de contato [●].

Fax: [●].

Representante da Licitante: [●].

E-mail: [●].

Integra esta Proposta Comercial o Plano de Negócios apresentado na sequência.

[Local], [data]

[Carimbo e assinatura do responsável legal]

[Licitante]

Por seu responsável legal

CONCORRÊNCIA Nº 03/2026

**ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI/PI



| | |
|--|----|
| PREÂMBULO..... | 3 |
| 1. CAPÍTULO 1 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 4 |
| 1.1. Das Definições..... | 4 |
| 1.2. Da Interpretação | 8 |
| 1.3. Dos Anexos..... | 8 |
| 1.4. Da Legislação Aplicável e do Regime Jurídico do Contrato..... | 8 |
| 2. CAPÍTULO 2 - DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA | 9 |
| 2.1. Do Objeto do Contrato | 9 |
| 2.2. Do Prazo da Concessão | 9 |
| 2.3. Da Ordem de Início do Contrato | 9 |
| 2.4. Da Prestação de Informações | 9 |
| 2.5. Da Contratação com Terceiros e Empregados | 10 |
| 2.6. Da Fiscalização da Concessão | 11 |
| 2.7. Do Verificador Independente | 11 |
| 2.8. Da Prestação dos Serviços..... | 12 |
| 2.9. Das Autorizações Governamentais..... | 13 |
| 3. CAPÍTULO 3 – DO FINANCIAMENTO | 13 |
| 3.1. Do Financiamento..... | 13 |
| 4. CAPÍTULO 4 - DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO CONTRATO | 14 |
| 4.1. Do Valor do Contrato e da Remuneração..... | 14 |
| 4.2. Da Conta Vinculada e da Conta Garantia..... | 15 |
| 4.3. Das Receitas Acessórias | 18 |
| 4.4. Dos Reajustes da Contraprestação..... | 18 |
| 4.5. Das Revisões..... | 19 |
| 4.6. Da Alocação de Riscos | 21 |
| 5. CAPÍTULO 5 – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES | 24 |
| 5.1. Das obrigações da Concessionária | 24 |
| 5.2. Das obrigações do Poder Concedente | 25 |
| 5.3. Dos direitos da CONCESSIONÁRIA | 25 |
| 5.4. Dos direitos do Poder Concedente..... | 25 |
| 5.5. Direitos e Obrigações dos Usuários..... | 26 |
| 6. CAPÍTULO 6 – DOS SEGUROS E GARANTIAS..... | 26 |
| 6.1. Dos Seguros | 26 |
| 6.2. Da Garantia de Execução do Contrato pela Concessionária | 28 |
| 7. CAPÍTULO 7 – DA ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA | 29 |
| 7.1. Da Finalidade e do Capital Social | 29 |
| 7.2. Da Transferência de Controle..... | 30 |
| 7.3. Da Assunção do Controle pelos Financiadores | 31 |
| 8. CAPÍTULO 8 – DO REGIME DE BENS DA CONCESSÃO | 32 |
| 8.1. Dos Bens da Concessão | 32 |
| 9. CAPÍTULO 9 – SANÇÕES | 33 |

| | | |
|--------|---|----|
| 9.1. | Das Penalidades | 33 |
| 9.2. | Do Processo Administrativo de Aplicação das Penalidades | 35 |
| 10. | CAPÍTULO 10 - DA INTERVENÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO | 36 |
| 10.1. | Da Intervenção do Poder Concedente | 36 |
| 10.2. | Dos Casos de Extinção | 37 |
| 10.3. | Advento do Termo Contratual | 38 |
| 10.4. | Encampação | 38 |
| 10.5. | Caducidade | 39 |
| 10.6. | Rescisão | 39 |
| 10.7. | Anulação | 40 |
| 10.8. | Evento continuado de força maior ou caso fortuito | 40 |
| 10.9. | Da falência ou extinção da Concessionária | 40 |
| 10.10. | Da Indenização por investimentos não amortizados | 41 |
| 10.11. | Da Desmobilização | 41 |
| 11. | CAPÍTULO 11 - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS | 41 |
| 11.1. | Da Resolução de Controvérsias | 41 |
| 11.2. | Da Arbitragem | 42 |
| 11.3. | Do Processo Administrativo | 43 |
| 12. | CAPÍTULO 12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS | 44 |
| 12.1. | Das Disposições Gerais | 44 |

MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/2026
PROCESSO ADM. Nº XX/2025

Pelo presente instrumento, de um lado, **MUNICÍPIO DE PIRIPIRI**, por meio da [●], inscrita no CNPJ/MF sob nº [●], com sede nesta cidade, na [●], neste ato representada por seu [●], Sr. [●], portador da Cédula de Identidade R.G. n. [●] e inscrito no CPF/MF sob n. [●] e, doravante denominada simplesmente — **PODER CONCEDENTE** ou **CONTRATANTE**; e, de outro lado, [●], sociedade por ações, com sede em [●], Estado [●], no endereço [●], inscrita no CNPJ/MF sob o n. [●], com seus atos constitutivos arquivados na [●], sob o NIRE n. [●], neste ato devidamente representada pelos seus [●], Srs. [●], qualificação, doravante denominado simplesmente **CONCESSIONÁRIA** ou **CONTRATADA**.

RESOLVEM celebrar o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA** para a realização dos serviços de modernização, otimização, operação e manutenção da rede de iluminação pública do Município de PiriPiri, em conformidade com o disposto no Edital de Concorrência nº [●], Lei Federal n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre Parcerias Público-Privada; com a Lei Municipal nº 1.074, de 28 de outubro de 2025, que institui o Programa de Parceria Público-Privada no âmbito do Município de PiriPiri para prestação dos serviços de Iluminação Pública; com a Lei Federal n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que trata de Concessões de Serviços Públicos; com a Lei Federal n. 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; com a Resolução Normativa nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e, subsidiariamente, com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 - Lei de Licitações e demais normas que regem a matéria, disciplinando-se pelas Cláusulas e condições fixadas neste instrumento, a seguir transcritas.

1. CAPÍTULO 1 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Das Definições

Adjudicatária: licitante à qual foi adjudicado o objeto da concorrência n. [●].

Agente Fiduciário: é o banco a ser contratado pelo Poder Concedente para cumprir as obrigações de garantia previstas no item 4.2 deste Contrato.

ANEEL: a agência nacional de energia elétrica, autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), criada pela Lei n. 9.427 de 26 de dezembro de 1996.

Área urbana: a parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro urbano pelo plano diretor ou por lei municipal específica.

Aporte: Recursos financeiros a serem aportados pelo MUNICÍPIO, em favor da Concessionária, para a realização dos investimentos previstos

Bens da Concessão: cada um dos ativos das redes de alimentação (fiação, transformadores, disjuntores, fusíveis etc.) e operação e uso (luminárias públicas e internas) de energia elétrica constantes da rede de iluminação pública, decorativa e redes de energia.

Bens Reversíveis: são todos os bens da Concessão que serão utilizados durante a Concessão e, uma vez finda a Concessão, retornarão ao Poder Concedente.

Carga instalada: soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW).

Centro de Controle Operacional- CCO: local destinado ao monitoramento e controle da sistema municipal de iluminação pública, composto por estrutura física, equipamentos e *softwares* de tecnologia da informação que permitem a gestão centralizada do parque de iluminação pública, como o controle do patrimônio, a detecção de falhas nos pontos de iluminação pública, a medição remota do consumo de energia, priorização de atendimentos e intervenções em tempo real, além do registro de ocorrências, despacho e acompanhamento.

Concessão: Concessão administrativa para a realização do Objeto, outorgada à Concessionária pelo prazo previsto neste Contrato.

Concessionária ou Contratada: SPE, constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com a finalidade exclusiva de executar o Objeto da Concessão.

Consortado: sociedade, fundo de investimento ou pessoa jurídica integrante de Consórcio contratado.

Consórcio: grupo de empresas que se unem para agregar capacitação econômico-financeira e técnica-operacional para participação na Licitação e, sendo vencedor, constituir-se em SPE.

Conta Garantia: é a conta corrente a ser aberta pelo Poder Concedente no agente fiduciário para garantia de cumprimento das obrigações deste Contrato.

Contraprestação Mensal: valor da contraprestação mensal conforme ofertada pela Concessionária, pela consecução deste Contrato, em sua Proposta Econômica.

Contraprestação Mensal Efetiva: valor que será efetivamente pago mensalmente a Concessionária pela execução do Contrato, após a apuração do cumprimento dos Indicadores de Desempenho e das receitas acessórias, na forma prevista pelo Contrato.

Contratante, Concedente ou Poder Concedente: Município de Piripiri.

Contrato: o presente instrumento jurídico firmado entre as partes que regula os termos da Concessão.

Controlada: qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento cujo Controle é exercido por outra pessoa jurídica ou fundo de investimento.

Controladora: qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento que exerça controle sobre outra pessoa jurídica ou fundo de investimento.

COSIP: contribuição para custeio do serviço de iluminação pública prevista no artigo 149-A da Constituição da República, Lei Complementar Municipal nº 1.074, de 28 de outubro de 2025, com os respectivos regulamentos e alterações posteriores.

Cronograma de Modernização: cronograma físico para a execução do objeto deste Contrato, conforme previsto no memorial técnico descritivo e proposta técnica.

Data da Assunção: dia em que os bens da Concessão forem transferidos à Concessionária mediante a assinatura de termo de arrolamento e transferência de bens entre a Concessionária e o Município de Piripiri.

Data de Eficácia: Data quando da constituição da Conta Vinculada e Conta Garantia e com os recursos nela depositados pelo Poder Concedente.

Dia Atípico: dia que apresentar volume de chamadas recebidas fora do intervalo compreendido entre o valor da média acrescido de dois desvios-padrão e o valor da média decrescido de dois desvios-padrão, os quais devem ser calculados para cada dia da semana, utilizando-se os dados dos dias típicos correspondentes ao mesmo dia da semana das 52 (cinquenta e duas) semanas anteriores.

Distribuidora de Energia Elétrica: agente titular de Concessão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica.

Edital: Edital de Concorrência n. [●] e todos os seus Anexos.

Eficiência energética ou efficientização: procedimento que tem por finalidade reduzir o consumo de energia elétrica necessário à realização de um determinado trabalho, excetuado o uso de energia proveniente de matéria-prima não utilizada, em escala industrial, na matriz energética.

Encargos: conjunto de serviços, obras e fornecimento a ser desenvolvido pela Concessionária no âmbito da Concessão.

Financiador: toda e qualquer instituição financeira, banco de fomento ou agência multilateral de crédito, que conceda financiamento à Concessionária para a execução do Objeto deste Contrato.

Financiamento: todo e qualquer financiamento, eventualmente concedido à Concessionária, na forma de dívida para cumprimento das suas obrigações no âmbito deste Contrato.

Fiscalização do Poder Concedente: é o processo dirigido por pessoa física ou jurídica designada ou contratada pelo Poder Concedente para fiscalizar a execução do Contrato.

Fornecimento: atividade de fornecer luminárias, reatores, acessórios, equipamentos para controle e monitoramento remoto do parque de iluminação, bem como de bens, instalações e equipamentos necessários à execução de obras, operação e manutenção da infraestrutura de iluminação pública ao longo da Concessão.

Garantia de Execução do Contrato: garantia do fiel cumprimento das obrigações deste Contrato, a ser mantida pela Concessionária em favor do Poder Concedente, nos termos deste Contrato.

Iluminação Pública: serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual, nos termos da legislação e normas regulamentares vigentes.

Indicadores de Desempenho: conjunto de parâmetros, medidores da qualidade dos serviços prestados, que determinam o valor da Contraprestação Mensal Efetiva devida à Concessionária, conforme disposto neste Contrato.

Instalações de Iluminação Pública: conjunto de equipamentos utilizados exclusivamente na prestação do serviço de iluminação pública.

LED: O diodo emissor de luz também é conhecido pela sigla em inglês LED (*Light Emitting Diode*). O LED é um diodo semicondutor que, quando energizado, emite luz visível. O processo de emissão de luz pela aplicação de uma fonte elétrica de energia é chamado eletroluminescência. Uma luminária por LED é composta por vários LEDs. A lâmpada LED é unidirecional, com isso, seu potencial de iluminação é utilizado em maior parte, isto é, a perda é bem pequena. LEDs são quase totalmente recicláveis e não usam mercúrio nem chumbo em sua fabricação. Não emitem radiação ultravioleta e por isso não atraem insetos.

Licitação: Concorrência Pública nº [●].

Manutenção corretiva: tipo de manutenção que visa restaurar ou corrigir o funcionamento do equipamento após o mesmo falhar ou sofrer danos irreversíveis.

Manutenção preditiva: a manutenção preditiva, também chamada de manutenção planejada, é aquela que visa realizar intervenções ou ajustes no equipamento quando necessário para evitar que o mesmo venha a falhar. Consiste em acompanhamento direto e constante, tornando possível prever falhas causadas por danos físicos ou elétricos, saber quando será necessário fazer uma intervenção e, então, realizar manutenções preditivas, por exemplo, controlando a quantidade de horas de uso de determinado equipamento.

Manutenção preventiva: é a manutenção realizada com a intenção de reduzir ou evitar o dano ou a queda no desempenho do equipamento. Para isso, utiliza-se um plano de manutenção antecipado com intervalos de tempo definidos. Nesse tipo de manutenção, os cuidados preventivos servem para evitar danos, físicos (quebras) ou elétricos (queima), que acarretam as falhas.

Metas Quantitativas: conjunto de indicadores numéricos do volume de ações efetuadas pela SPE, considerando ações de operação, manutenção (podendo ser considerada corretiva, preventiva e preditiva, relacionadas aos níveis de serviço objetivados pelo Poder Concedente), melhorias (atualização tecnológica projetada), eliminação à demanda reprimida, atendimento ao crescimento vegetativo das bases instaladas.

Mobilização: período que inicia no dia posterior à assinatura do Contrato e que se estende por até 90 dias corridos, desde que já tenham sido efetivadas as condições de eficácia.

Monitoramento e Controle Bidirecional dos Bens da Concessão: sistema formado por um conjunto de *hardware* e *software*, capaz de dimerizar os pontos de iluminação pública, monitorar, controlar e medir as grandezas elétricas do parque de iluminação pública e seus componentes, além de permitir a integração com o *software* principal de gerenciamento do sistema de iluminação pública.

Objeto: a Concessão administrativa para modernização, otimização, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Píripíri, compreendendo na execução dos serviços, obras e fornecimento, conforme definido neste Contrato e seus Anexos.

Obras: atividades de construção ou reconstrução da Infraestrutura de iluminação pública.

Operação: operação do Sistema municipal de iluminação pública pela Concessionária.

Parque de Iluminação Pública: conjunto dos equipamentos e materiais que integram o sistema de iluminação pública, composto pelas luminárias, fiações, reles, chaves de ligação, sistemas de telemetria, sistemas de atendimento à população e demais sistemas correlatos.

Poder Concedente: é o Município de Píripíri, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Ponto de Entrega: é a conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora, vedada a passagem aérea ou subterrânea por vias públicas e propriedades de terceiros.

Ponto de Iluminação Pública: conjunto completo formado por uma lâmpada e seus respectivos acessórios indispensáveis ao seu funcionamento e sustentação, podendo também ser identificada como ponto luminoso ou ponto de luz.

Prazo da Concessão: o prazo de vigência deste Contrato, que é de 25 (vinte e cinco) anos, contado a partir da data da assunção.

Proposta Econômica: o conjunto de documentos, em meio eletrônico e impresso, que consubstanciam os elementos econômicos que baseiam o valor da Contraprestação Mensal requerida pela Contratada na licitação que deu origem a esta contratação.

Proposta Técnica: o conjunto de documentos, em meio eletrônico e impresso, que consubstanciam os elementos técnicos que baseiam a metodologia de execução dos serviços objeto da Concessão.

Receitas Complementares, acessórias ou de Atividades Relacionadas: quaisquer receitas complementares, acessórias ou alternativas à Contraprestação Mensal, decorrentes da gestão e operação das redes elétricas e de iluminação da Administração Municipal, que se somem à remuneração da Concessionária nos termos do presente CONTRATO.

Sistema de Iluminação Pública: O sistema implantado em ruas, praças, avenidas, jardins, vias, estradas e outros logradouros de uso comum e de livre acesso ao público é, geralmente, de propriedade do município.

SPE: a sociedade de propósito específico que celebra este Contrato, constituída pela Licitante vencedora da Concorrência Pública n. [●]/[●], com objetivo exclusivo de implantar e gerir o Objeto deste Contrato.

Valor do Contrato: soma das contraprestações mensais a serem pagas ao longo de todo Prazo da Concessão.

1.2. Da Interpretação

1.2.1. Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

- (i) As definições deste Contrato serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural;
- (ii) As referências a este Contrato ou a qualquer outro documento devem incluir eventuais alterações e aditivos que venham a ser celebrados entre as Partes.
- (iii) Os títulos dos capítulos e das Cláusulas deste Contrato e dos Anexos não devem ser usados na aplicação ou interpretação das Cláusulas neles contidas.
- (iv) No caso de divergência entre este Contrato e os Anexos, prevalecerá o disposto no Contrato.
- (v) No caso de divergência entre os Anexos, prevalecerão aqueles elaborados e fornecidos pelo Poder Concedente.
- (vi) No caso de divergência entre os Anexos elaborados e fornecidos pelo Poder Concedente, prevalecerá aquele de data mais recente.

1.3. Dos Anexos

1.3.1. Integram este Contrato, para todos os efeitos legais e contratuais, os Anexos:

ANEXO 1 – PROPOSTA TÉCNICA
ANEXO 2 – PROPOSTA ECONÔMICA
ANEXO 3 – PROJETO BÁSICO
ANEXO 4 – MATRIZ DE RISCO

1.4. Da Legislação Aplicável e do Regime Jurídico do Contrato

1.4.1. O Contrato está sujeito às suas disposições, às leis vigentes no Brasil – com expressa renúncia à aplicação de qualquer outra –, e aos preceitos de direito público, sendo-lhe aplicáveis, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1.4.2. A Concessão será regida por:

- (i) Constituição Federal de 1988;
- (ii) Lei Federal n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004;
- (iii) Lei Federal n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- (iv) Lei Federal n. 9.074, de 7 de julho de 1995;
- (v) Lei Federal n. 9.307, de 23 de setembro de 1996;
- (vi) Lei Municipal n. 3.413, de 29 de dezembro de 2015;
- (vii) Lei Federal n. 14.133, de 1 de abril de 2021;
- (viii) Resolução n. 414/2010 da ANEEL;
- (ix) Resolução n. 888/2020 da ANEEL;

- (x) Outras normas legais, técnicas e instruções normativas pertinentes; e
- (xi) Edital de Concorrência n. [●] e seus Anexos.

1.4.3. As referências às normas aplicáveis à Concessão deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as substitua ou modifique.

2. CAPÍTULO 2 - DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

2.1. Do Objeto do Contrato

2.1.1. O objeto do presente Contrato é a Concessão administrativa para modernização, otimização, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Piripiri, compreendendo a execução dos encargos descritos no ANEXO 3 – PROJETO BÁSICO

2.1.2. A execução do Objeto deverá obedecer às características e especificações técnicas dispostas no Edital e em seus Anexos, neste Contrato e respectivos Anexos, assim como na proposta técnica e econômica da Concessionária.

2.1.3. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a execução do Objeto deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável.

2.2. Do Prazo da Concessão

2.2.1. O prazo da Concessão será de 25 (vinte e cinco) anos, contado a partir data de assunção, podendo ser prorrogado para o efeito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato e apenas pelo prazo necessário ao restabelecimento do equilíbrio contratual.

2.3. Da Ordem de Início do Contrato

2.3.1. A Concessionária terá prazo de até 120 (cento e vinte) dias corridos, a partir da assinatura deste Contrato e efetivação das garantias pelo Poder Concedente, para mobilização antes de iniciar a prestação dos serviços, ao final do qual deve ocorrer a assunção dos serviços.

2.4. Da Prestação de Informações

2.4.1. No prazo da Concessão, e sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação aplicável, a Concessionária obriga-se a:

2.4.1.1. Dar conhecimento imediato ao Poder Concedente de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da Concessão, ou que, de algum modo interrompa a correta prestação do atendimento aos usuários.

2.4.1.2. Apresentar ao Poder Concedente, no prazo por ele razoavelmente estabelecido, informações adicionais ou complementares que o Poder Concedente venha formalmente a solicitar.

2.4.1.3. A Concessionária deverá apresentar relatórios mensais com informações detalhadas referentes às ações e operações realizadas pela mesma no período, que serão: as ações de instalação e manutenção preventiva, corretiva e preditiva realizadas, alterações de projeto, dados gerais de consumo, bases instaladas, comparativos referentes aos sistemas usuais e valor-base das bases instaladas.

2.4.1.4. Apresentar ao Poder Concedente, em até 45 (quarenta e cinco dias) contados a partir do fim do trimestre, suas demonstrações financeiras trimestrais completas.

2.4.1.5. Apresentar ao Poder Concedente, mensalmente, relatório com as reclamações dos usuários, bem como as respostas fornecidas e as providências adotadas em cada caso.

2.4.1.6. Apresentar ao Poder Concedente, até 30 (trinta) de abril do ano seguinte, as demonstrações financeiras anuais completas, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com destaque para as seguintes informações, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior ao ano corrente:

- (i) Transações com partes relacionadas;
- (ii) Depreciação e amortização de ativos;
- (iii) Provisão para contingências (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais ou administrativas);
- (iv) Relatório da administração;
- (v) Parecer dos auditores externos e, se existente, do conselho fiscal;
- (vi) Declaração da Concessionária contendo o valor do seu capital social integralizado e as alterações na sua composição societária.

2.4.2. A Concessionária deverá realizar o monitoramento permanente da prestação dos serviços, especialmente nos itens necessários à apuração do cumprimento de suas obrigações e a avaliação dos Indicadores de Desempenho.

2.4.3. A Concessionária deverá obedecer às boas práticas de governança corporativa, com a apresentação de contas e demonstrações contábeis padronizadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme definido pela regulamentação do Poder Concedente.

2.5. Da Contratação com Terceiros e Empregados

2.5.1. A Concessionária será responsável, objetivamente, pela imperícia, por falhas técnicas, pela falta de hígidez financeira e por prejuízos causados pelos seus empregados e por quaisquer terceiros contratados pela Concessionária para a execução dos serviços da Concessão.

2.5.2. Os profissionais contratados pela Concessionária para a prestação dos serviços da Concessão deverão ter comprovada capacidade técnica, com formação adequada ao serviço desempenhado.

2.5.3. Os contratos entre a Concessionária e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre os terceiros e o Poder Concedente.

2.5.4. Quando referentes à prestação de serviços relativos ao fornecimento de bens e equipamentos, os contratos entre a Concessionária e terceiros deverão, ainda, prever cláusula de sub-rogação ao Poder Concedente, visando à continuidade da prestação adequada dos serviços da Concessão.

2.5.5. A subcontratação deve ser autorizada previamente pelo Poder Concedente e não pode implicar transferência a terceiros das parcelas do Contrato consideradas de maior relevância e de valor significativo, sobre as quais o Edital previu a apresentação de atestados de capacidade técnica na fase de habilitação da Licitação.

2.5.6. O Poder Concedente poderá solicitar, a qualquer tempo, informações sobre a contratação de terceiros para a execução das obras e dos serviços da Concessão, inclusive para fins de comprovação das condições de capacitação técnica e financeira.

- 2.5.7. O conhecimento do Poder Concedente acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime a Concessionária do cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.
- 2.5.8. A Concessionária é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.
- 2.5.9. Todos os empregados e terceiros contratados pela Concessionária deverão portar identificação (crachás) e aqueles em funções operacionais estar devidamente uniformizados quando estiverem no exercício de suas funções.

2.6. Da Fiscalização da Concessão

- 2.6.1. A fiscalização da execução deste Contrato será exercida diretamente pelo Poder Concedente, que terá, no exercício de suas atribuições, livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da Concessionária.
- 2.6.2. A fiscalização ficará a cargo de servidores ou órgão componente da estrutura do Poder Concedente, previamente designados e com a atribuição de fiscalizar a execução deste Contrato.
- 2.6.3. O Poder Concedente deverá acompanhar a prestação dos serviços da Concessão, podendo razoavelmente solicitar esclarecimentos ou modificações, caso entenda haver desconformidade com as obrigações previstas neste Contrato, em especial quanto ao cumprimento dos Indicadores de Desempenho.
- 2.6.4. Os esclarecimentos ou modificações solicitadas pelo Poder Concedente à Concessionária não alterarão, de qualquer forma, a alocação de riscos prevista neste Contrato.
- 2.6.5. A Concessionária será obrigada a reparar e corrigir os serviços pertinentes à Concessão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 2.6.6. Na exploração da Concessão, a Concessionária terá liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições deste Contrato, da legislação específica, das normas regulamentares, das instruções e determinações do Poder Concedente.
- 2.6.7. A fiscalização será realizada por Verificador Independente contratado pelo Poder Concedente.
- 2.6.8. O cumprimento das obrigações previstas na LGPD será fiscalizado pela Administração Pública, que poderá solicitar, a qualquer tempo, a comprovação de que as medidas de segurança e privacidade de dados pessoais estão sendo cumpridas pela contratada.

2.7. Do Verificador Independente

- 2.7.1. O Poder Concedente se valerá de serviço técnico de verificação independente para auxílio no acompanhamento da execução do Contrato, bem como na avaliação do desempenho, no cálculo da Contraprestação Mensal Efetiva, e na aferição do cumprimento das demais obrigações assumidas, devendo auxiliar o Poder Concedente, ainda, em eventual liquidação de

valores decorrentes da recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro da concessão e do pagamento de indenizações à Concessionária.

- 2.7.2. O Verificador Independente, no exercício de suas atividades e sob a orientação do Poder Concedente, realizará as diligências necessárias ao cumprimento de suas funções, realizando levantamentos e medições de campo e colhendo informações junto à Concessionária e ao Poder Concedente, devendo ter, para tanto, acesso a toda a base de dados da Concessão.
- 2.7.3. O Verificador Independente será selecionado pelo Poder Concedente e contratado pela Concessionária, atuando em caráter deliberativo-consultivo, fiscalizatório e executivo na gestão dos contratos de Parcerias Público-Privadas, de forma independente e alheia às demais partes.
- 2.7.4. A Concessionária deverá apresentar em até 15(quinze) dias da assinatura do Contrato, uma lista tríplice de empresas com experiência técnica comprovada em Concessões desse mesmo objeto. O Poder Concedente deverá realizar a seleção do Verificador Independente em até 30(trinta) dias após apresentação pela Concessionária.
- 2.7.5. A aferição realizada pelo Verificador Independente e os relatórios por ele produzidos serão emitidos conforme a periodicidade e demais requisitos estabelecidos neste Contrato

2.8. Da Prestação dos Serviços

- 2.8.1. É obrigação de a Concessionária executar todos os serviços objeto deste Contrato, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco, com integral atendimento das diretrizes da ANEEL, da regulamentação do Poder Concedente, dos Indicadores de Desempenho e das demais exigências estabelecidas neste Contrato, segundo as melhores práticas e os regulamentos aplicáveis.
- 2.8.2. A Concessionária assume total responsabilidade pela execução dos investimentos e serviços realizados em conformidade com o disposto neste Contrato e especificações técnicas mínimas neles estabelecidas, assim como pela observância dos Indicadores de Desempenho.
- 2.8.3. A Concessionária deverá atender às exigências definidas neste Contrato e seus Anexos.
- 2.8.4. A Concessionária não será obrigada a prestar serviços ou executar investimentos que não constem neste Contrato e seus Anexos, nem de executá-los de modo diverso daquele previsto nesses instrumentos, salvo solicitação expressa do Poder Concedente e a concordância da Concessionária, observado a cláusula 4.6.1 abaixo.
- 2.8.5. Os projetos a serem elaborados pela Concessionária deverão ser submetidos à apreciação do Poder Concedente, estando o início da execução dos serviços condicionado à aceitação expressa do projeto pelo Poder Concedente.
- 2.8.6. A prestação de serviços ou execução de investimentos que não constem originalmente neste Contrato e seus Anexos ensejará a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
- 2.8.7. Na hipótese de a Concessionária se dispor a prestar serviço originalmente não previsto no Contrato e seus Anexos, ou, se desejar executar de modo distinto serviço já previsto, deverá requerer autorização prévia ao Poder Concedente, apresentando as razões do seu pleito, com demonstrações das vantagens, cabendo ao Poder Concedente negar o requerimento sempre que:
 - (i) a alteração resultar em padrão inferior de desempenho; e/ou
 - (ii) a alteração modificar substancialmente o objeto deste Contrato.

2.9. Das Autorizações Governamentais

2.9.1. A Concessionária deverá:

- (i) Obter todas as licenças, permissões e autorizações necessárias à plena execução dos serviços objeto da Concessão;
- (ii) Cumprir com todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, para a obtenção das licenças, permissões e autorizações necessárias à plena execução dos serviços objeto da Concessão, arcando com as despesas e custos correspondentes;

2.9.2. A demora na obtenção de licenças, permissões e autorizações não acarretará responsabilização da Concessionária, desde que esta tenha cumprido com as exigências pertinentes que lhe couberem no procedimento de obtenção das licenças, permissões e autorizações, em especial quanto ao protocolo do requerimento em tempo razoável para seu trâmite perante os órgãos da Administração Pública, de modo que o fato que deu causa ao atraso não puder, comprovadamente, ser-lhe imputado diretamente.

3. CAPÍTULO 3 – DO FINANCIAMENTO

3.1. Do Financiamento

3.1.1. A Concessionária é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos necessários à operação da Concessão, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, com todas as obrigações assumidas neste Contrato.

3.1.2. A Concessionária deverá compartilhar com o Poder Concedente os ganhos econômicos efetivos decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos que venha a ser apurada no curso da execução do Contrato, sob a forma de abatimento no valor da Contraprestação Mensal Efetiva.

3.1.3. A Concessionária deverá apresentar ao Poder Concedente, cópia autenticada dos contratos de financiamento e de garantia que venha a celebrar, bem como de documentos representativos dos títulos e valores mobiliários que venha a emitir, e quaisquer alterações desses instrumentos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de assinatura e emissão, conforme o caso.

3.1.4. A Concessionária não poderá invocar qualquer disposição, cláusula ou condição dos contratos de financiamento, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para eximir-se, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste Contrato.

3.1.5. A Concessionária poderá dar em garantia dos financiamentos contratados nos termos desta cláusula, os direitos emergentes da Concessão, tais como as receitas da contraprestação mensal, desde que não comprometa a operação e a continuidade da execução dos investimentos e dos serviços objeto da Concessão.

3.1.6. A Concessionária poderá empenhar, ceder ou de qualquer outra forma transferir diretamente ao financiador, conforme os limites e os requisitos legais, os direitos à percepção

- (i) da contraprestação mensal,
- (ii) das receitas acessórias e
- (iii) das indenizações devidas à Concessionária em virtude deste Contrato.

3.1.7. É vedado à Concessionária:

- (i) Conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para seus acionistas e/ou partes relacionadas, exceto transferências de recursos a título de distribuição de dividendos, redução do capital,

pagamentos de juros sobre capital próprio e/ou pagamentos pela contratação de obras e serviços celebrada em condições equitativas de mercado; e

- (ii) Prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas partes relacionadas e/ou terceiros.

4. CAPÍTULO 4 - DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO CONTRATO

4.1. Do Valor do Contrato, Dotação Orçamentária e da Remuneração

- 4.1.1. O valor deste Contrato é de R\$ xx.xx.xx,xx (xxxxxxxxxxxxxx), referido à data-base agosto de 2025, correspondente ao somatório das contraprestações mensais que serão pagas pelo Poder Concedente à Concessionária pela execução do objeto deste Contrato.

| DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS | |
|------------------------|---|
| UND. ORÇAMENTÁRIA | 02.24.00 - SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS URBANO - SDU |
| PROJETO ATIVIDADE | 04.122.0647.2076.0000 – ENCARGOS COM MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO ELÉTRICA 04.122.0647.1039.0000 – AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA |
| ELEMENTO DE DESPESA | 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES |
| ELEMENTO DE DESPESA | 500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 751 – RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO |

- 4.1.2. A Concessionária será remunerada:

- (i) mediante pagamento da contraprestação mensal efetiva;
- (ii) mediante a exploração de fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, nos estritos termos deste Contrato.

- 4.1.3. Conforme Proposta Econômica da Contratada, os valores previstos das contraprestações mensais correspondem a:

| PERÍODO | | Contraprestação mensal máxima (valor absoluto) | Contraprestação mensal máxima (valor relativo) |
|---------|----------|---|---|
| ANO | MÊS | | |
| 1 | 01 a 12 | | 70,0% |
| 2 ao 25 | 13 a 300 | | 100,0% |

- 4.1.4. A Contraprestação Mensal Efetiva será composta por parcela fixa e por parcela variável em função do desempenho da Concessionária na prestação dos serviços, conforme a aplicação dos Indicadores de Desempenho, e incorporação de eventuais receitas acessórias.

- 4.1.5. A verificação do atendimento aos Indicadores de Desempenho pela Concessionária, ao longo da execução do Objeto da Concessão, será realizada nos termos descritos no ANEXO 3 – PROJETO BÁSICO.

- 4.1.6. O pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva será efetuado, conforme o procedimento de liquidação de pagamento

definido no item 9.4 do ANEXO 3 – PROJETO BÁSICO.

4.1.6.1. O atraso no pagamento da contraprestação mensal à Concessionária implica atualização pela variação positiva do IPCA-E, multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*.

4.1.6.2. No caso de atraso superior a 90 (noventa) dias, será conferida à Concessionária a faculdade de suspender os investimentos em curso, bem como as atividades que não sejam estritamente necessárias à continuidade dos serviços, sem prejuízo do direito ao acionamento da Conta Garantia.

4.1.7. A Concessionária declara que o sistema de remuneração previsto neste Contrato representa o equilíbrio entre ônus e bônus da Concessão e será suficiente para remunerar todos os investimentos, custos operacionais, despesas e serviços efetivamente realizados.

4.2. Da Conta Vinculada e da Conta Garantia

4.2.1. Para garantir o cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato de Concessão, tais como: pagamento da contraprestação, da fatura de consumo de energia elétrica e a constituição da garantia, o Poder Concedente vincula a favor do Contrato, em caráter universal, irrevogável e irretratável, os recursos provenientes de arrecadação da COSIP, observados os termos deste Contrato e do instrumento a ser celebrado com o agente fiduciário.

4.2.1.1. No prazo de até 60 (sessenta) dias da assinatura deste instrumento, o Poder Concedente adotará as medidas necessárias para assegurar a vinculação dos recursos da COSIP para os pagamentos inerentes à Concessão, dentre as quais, mas não se limitando:

- (i) Adequar, alterar ou substituir o convênio ou instrumento celebrado com a distribuidora de energia elétrica, com vistas a compatibilizá-lo aos termos deste Contrato de Concessão, prevendo a transferência dos valores arrecadados da COSIP à Conta Vinculada;
- (ii) Realizar a abertura da Conta Vinculada e Conta Garantia junto ao agente fiduciário, nos termos descritos nos itens abaixo;
- (iii) Garantir que 100% do fluxo de recursos da COSIP esteja sendo depositado pela distribuidora de energia elétrica na Conta Vinculada.

4.2.1.2. No caso de atraso quanto às medidas necessárias à vinculação, assistirá à Concessionária a faculdade de postergar ou suspender os investimentos previstos, bem como as atividades que não sejam estritamente necessárias à continuidade dos serviços. Essa circunstância não deverá implicar em suspensão das atividades de manutenção e operação do sistema de iluminação pública.

4.2.2. Para a implementação da vinculação dos valores provenientes da arrecadação da COSIP, o Poder Concedente celebrará instrumento com o agente fiduciário, participando a Concessionária e Distribuidora de Energia Elétrica local como interveniente, o qual deverá abranger todo o prazo de vigência deste Contrato até a final liquidação de todas as obrigações pecuniárias assumidas pelo Poder Concedente.

4.2.2.1. Os custos derivados do instrumento celebrado com o agente fiduciário serão arcados pela Concessionária, sendo que cada uma das partes deverá arcar com seus próprios custos e despesas decorrentes de suas respectivas obrigações para operacionalização da

vinculação dos valores provenientes da COSIP, conforme previsto nesta cláusula.

4.2.2.2. Após a assinatura do instrumento celebrado com o agente fiduciário, qualquer das partes poderá providenciar seu registro no cartório de registro de títulos e documentos do local da sede do Poder Concedente e da Concessionária.

4.2.2.3. No caso de atraso na abertura da Conta Vinculada e da Conta Garantia, assistirá à Concessionária a faculdade de postergar ou suspender os investimentos previstos, bem como as atividades que não sejam estritamente necessárias à continuidade dos serviços.

4.2.3. O instrumento celebrado com o agente fiduciário deverá prever que, na data de sua assinatura, serão abertas a Conta Vinculada e a Conta Garantia, com a finalidade de realizar e garantir o pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pelo Poder Concedente no Contrato, ficando os recursos depositados vinculados ao Contrato, nos montantes indicados no presente instrumento, em caráter irrevogável e irretratável, até final da liquidação de tais obrigações.

4.2.3.1. Os recebíveis da COSIP nos montantes indicados serão vinculados exclusivamente ao Contrato e pagamento da fatura de consumo de energia elétrica da iluminação pública, sendo vedada, portanto, sua vinculação para quaisquer outras finalidades, bem como sua utilização para garantir outros projetos ou contratos do Poder Concedente, independentemente de sua natureza.

4.2.3.2. Os recursos depositados na Conta Garantia no montante do saldo mínimo estabelecido neste instrumento e aqueles que transitarem na Conta Vinculada não poderão ser movimentados ou utilizados para nenhuma outra finalidade, tampouco ser dados em garantia de quaisquer outros projetos ou contratos do Poder Concedente, independentemente de sua natureza.

4.2.4. O instrumento celebrado com o agente fiduciário deverá prever, com a finalidade de eventual necessidade de complementação e/ou recomposição do saldo mínimo da Conta Garantia, que, a partir da data de sua assinatura, a arrecadação da COSIP realizada pela distribuidora de energia elétrica será integralmente transferida para a Conta Vinculada, tudo nos termos do presente instrumento.

4.2.5. A composição e manutenção do saldo mínimo da Conta Garantia deverá observar o quanto segue:

4.2.5.1. O Poder Concedente abrirá e manterá aberta, ao longo de todo o prazo da Concessão, a Conta Garantia, junto ao agente fiduciário, a qual se destinará exclusivamente à manutenção dos valores que garantirão os pagamentos devidos pelo Poder Concedente à Concessionária.

4.2.5.2. Na data de celebração do instrumento celebrado com o agente fiduciário, o Poder Concedente deverá depositar na Conta Garantia o valor equivalente ao somatório de 3 (três) contraprestações mensais.

4.2.5.3. Caberá à Concessionária informar trimestralmente ao agente fiduciário o saldo mínimo da Conta Garantia, equivalente ao somatório de 3 (três) contraprestações mensais vigentes, responsabilizando-se civil e criminalmente por tais informações.

4.2.5.4. Caso seja necessário, o agente fiduciário deverá proceder à retenção e transferência da Conta Vinculada para a Conta Garantia em valor equivalente à complementação necessária para que se atinja o saldo mínimo desta última.

4.2.5.5. Sempre que os recursos da Conta Garantia forem utilizados para fins de pagamentos em favor da Concessionária, o agente fiduciário deverá proceder à recomposição do saldo mínimo de 3 (três) contraprestações mensais, no prazo de 30 (trinta dias), com a destinação dos recursos excedentes da Conta Vinculada ou de outras modalidades de pagamento e garantia admitidas em lei, mediante prévia e expressa concordância entre as partes.

4.2.5.6. Para assegurar a qualidade e a liquidez dos bens destinados à reposição ou complementação de garantia, a Concessionária poderá contratar auditoria independente.

4.2.5.7. Caso os valores depositados sejam superiores ao saldo mínimo da Conta Garantia, o agente fiduciário deverá realizar a transferência dos recursos excedentes para a conta indicada pelo Poder Concedente.

4.2.5.8. É facultado ao Poder Concedente solicitar ao agente fiduciário a aplicação financeira dos recursos existentes na Conta Garantia em investimentos específicos disponíveis no agente fiduciário, desde que lastreados em títulos públicos federais, com possibilidade de resgate em até 1 dia útil. Os frutos e rendimentos advindos deverão ser incorporados à respectiva Conta Garantia, sendo-lhes aplicáveis as disposições relativas à própria Conta Garantia. Os riscos das aplicações financeiras serão integralmente assumidos pelo Poder Concedente, cabendo-lhe a responsabilidade pela reposição imediata e integral do saldo mínimo no caso de eventuais perdas.

4.2.6. A operacionalização da Conta Vinculada será dada da seguinte forma:

4.2.6.1. Na data de celebração do instrumento com o agente fiduciário, o Poder Concedente deverá vincular toda a arrecadação da COSIP para a Conta Vinculada.

4.2.6.2. O agente fiduciário deverá reter mensalmente na Conta Vinculada recursos suficientes para o pagamento da contraprestação mensal e da fatura de consumo de energia elétrica da iluminação pública do Município.

4.2.6.3. Observados os procedimentos para liquidação e pagamento definidos no item 9.3 do ANEXO 3 – PROJETO BÁSICO, a Concessionária comunicará ao agente fiduciário a respeito do valor da contraprestação mensal efetiva e da fatura de consumo de energia elétrica da iluminação pública do Município a serem pagos pelo Poder Concedente, mediante o envio dos Atestados Liberatórios de Pagamentos emitidos pelo Verificador Independente, responsabilizando-se civil e criminalmente por tais informações.

4.2.6.4. Após o recebimento dos documentos descritos no item precedente, o agente fiduciário deverá transferir os valores equivalentes à contraprestação mensal para a conta indicada pela Concessionária, realizar o pagamento da fatura de consumo de energia elétrica junto à distribuidora e transferir os valores destinados à composição do saldo mínimo da Conta Garantia, independentemente de solicitação por parte do Poder Concedente e observando os prazos estabelecidos neste Contrato de Concessão.

4.2.6.5. Concluídas as transferências e pagamentos, atendido o saldo mínimo da Conta Garantia, os recursos excedentes serão transferidos para a conta indicada pelo Poder Concedente.

4.2.6.6. Caso a arrecadação da COSIP de determinado mês seja insuficiente para pagamento da contraprestação mensal e da fatura de consumo de energia elétrica, o agente fiduciário deverá transferir recursos da Conta Garantia para o adimplemento integral das obrigações devidas pelo Poder Concedente.

4.2.6.7. Na hipótese de que trata o item precedente, o agente fiduciário realizará a retenção e transferência a partir da Conta Vinculada do valor necessário à recomposição e complementação para que se atinja novamente o saldo mínimo da Conta Garantia.

4.2.7. O contrato celebrado com o agente fiduciário determinará a emissão mensal de extrato da Conta Vinculada e da Conta Garantia e seu envio à Concessionária e ao Poder Concedente.

4.2.8. O presente Contrato de Concessão só terá eficácia quando a Conta Garantia estiver constituída e com os recursos nela depositados.

4.2.9. Em caso de extinção da Concessão, sem que haja o adimplemento dos valores devidos pelo Poder Concedente à Concessionária, os recursos contidos na Conta Vinculada e na Conta Garantia continuarão a ser transferidos, mensalmente, pelo agente fiduciário a ela até que haja a quitação do valor total da dívida.

4.2.10. Caso a Conta Garantia não seja complementada no prazo de 60 (sessenta) dias, a Concessionária poderá suspender os investimentos em curso e qualquer atividade que não seja estritamente necessária à continuidade de serviços públicos essenciais ou à utilização pública de infraestrutura existente, sem prejuízo do direito à rescisão contratual.

4.2.11. A Conta Garantia somente poderá ser extinta depois de extinta a Concessão e adimplidas todas as suas obrigações, com quitação dada pela Concessionária.

4.3. Das Receitas Acessórias

4.3.1. Além da receita advinda do recebimento da Contraprestação Mensal, a Concessionária poderá também auferir receitas acessórias e/ou atividades relacionadas, nos termos deste Contrato.

4.3.2. O prazo de todos os contratos de exploração comercial referentes às receitas acessórias celebradas pela Concessionária não poderá ultrapassar o prazo da Concessão.

4.3.3. A Concessionária deverá compartilhar com o Poder Concedente os ganhos econômicos decorrentes das fontes de receitas acessórias por ela exploradas, na proporção definida nos projetos apresentados pela Concessionária e aprovado pelo Poder Concedente, mantendo, para tanto, contabilidade específica de cada contrato que eventualmente venha a celebrar.

4.3.4. Fica desde já autorizada a exploração das seguintes atividades relacionadas:

- (i) aluguel, locação ou cessão de espaço na rede municipal de iluminação pública;
- (ii) exploração de serviços que se utilizem da infraestrutura do sistema de telegestão;
- (iii) a instalação e manutenção de câmeras de videomonitoramento pela Concessionária;
- (iv) a instalação de manutenção de sinalização semafórica pela Concessionária;
- (v) exploração de atividades que visam gerar receitas atreladas a créditos de carbono.

4.3.5. Caso o Poder Concedente seja cliente potencial da atividade relacionada, a solicitação deverá ser acompanhada de oferta detalhada do preço e demais condições de contratação do serviço e justificar a vantajosidade da contratação, e realizar aditivo contratual com o acréscimo do novo objeto pelo restante do prazo da Concessão.

4.3.6. Quando o Poder Concedente for o único cliente da atividade relacionada, o compartilhamento previsto na Subcláusula 4.3.3 não será aplicável

4.4. Dos Reajustes da Contraprestação

4.4.1. O valor da contraprestação será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, devendo o primeiro reajuste ocorrer após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do Contrato de Concessão. No primeiro reajuste, o valor **CMr** será o valor da Contraprestação Mensal Máxima correspondente à Proposta Econômica da Concessionária na data de apresentação da Proposta.

4.4.2. Os reajustes serão calculados por fórmula paramétrica, adotando a variação ponderada dos índices relativos aos principais componentes de custos dos serviços de iluminação pública, assegurando a atualização da Contraprestação Mensal em aderência com o reajuste dos principais insumos.

4.4.2.1. Durante o primeiro ano de vigência do Contrato, o reajuste será determinado pela seguinte fórmula paramétrica:

$$CM_r = CM_o * (45\% * IPCAr/IPCAo) * (55\% * PEr/PEo)$$

4.4.2.2. A partir do segundo ano de vigência do Contrato, o reajuste será determinado pela seguinte fórmula paramétrica:

$$CM_r = CM_o * (75\% * IPCAr/IPCAo) * (25\% * PEr/PEo)$$

Onde:

CM_r: representa o valor da Contraprestação Mensal reajustada;

CM_o: valor da Contraprestação Mensal na data de apresentação da proposta na Licitação;

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

PE: Preço de Energia medido pela Tarifa “B4a” aplicável para a Iluminação Pública do Município;

Índice_o: Número índice correspondente ao mês anterior da data de apresentação da proposta;

Índice_r: Número índice correspondente ao mês anterior à data de reajuste dos preços.

4.4.3. Caso os índices acima não sejam publicados até o momento do faturamento pela Concessionária, serão utilizados, em caráter provisório, os últimos índices publicados, sendo efetuado o ajuste devido no primeiro faturamento após a publicação do índice aplicável.

4.4.4. O cálculo do reajuste será elaborado pela Concessionária, que deve submetê-lo ao Poder Concedente com antecedência de 30 (trinta) dias antes da data do efetivo reajuste.

4.4.5. O reajuste será aplicado, nos termos deste Contrato e da proposta, após a comunicação ao Poder Concedente, sem necessidade de homologação prévia pelo Poder Concedente, exceto se o Poder Concedente não concorde com o cálculo referente ao reajuste. O reajuste anual será realizado por meio de apostilamento ao Contrato de Concessão.

4.4.6. Acaso o Poder Concedente não concorde com o cálculo do reajuste, é obrigado a oficializar diretamente à Concessionária, até o prazo de 15 (quinze) dias após a data de apresentação pela Concessionária do cálculo do reajuste, com as razões fundamentadas para a rejeição do cálculo.

4.4.7. O Poder Concedente somente poderá deixar de homologar o reajuste caso comprove, de forma fundamentada, que houve erro matemático no cálculo do novo valor tarifário apresentado pela Concessionária; ou que não se completou o período para a aplicação do reajuste.

4.4.8. A eventual necessidade de revisão ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou de pagamento de indenização por parte da Concessionária ou de qualquer outra obrigação pecuniária por parte da Concessionária em favor do Poder Concedente ou de terceiros não autoriza a não homologação, suspensão ou adiamento do reajuste.

4.5. Das Revisões

4.5.1. Sempre que forem atendidas as condições deste Contrato considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro, de acordo com a alocação de riscos, que é parte integrante deste Contrato.

4.5.2. A cada 5 (cinco) anos de vigência da Concessão, contado inicialmente da Data de Assunção, as Partes realizarão processo de Revisão Ordinária dos parâmetros da Concessão em relação aos seguintes aspectos, vedada a alteração da alocação de riscos:

- (vi) Necessidade de adequação da tecnologia empregada com os parâmetros de atualidade;
- (vii) Solicitações de inovações tecnológicas pelo Poder Concedente;
- (viii) Revisão do Plano Estratégico da Concessionária, com vistas ao melhor atendimento do objeto da Concessão;

4.5.3. A Revisão Ordinária do Contrato deve obedecer ao seguinte procedimento:

- (i) O processo de revisão ordinária deve ser instaurado de ofício pelo Poder Concedente no prazo de até 60 (sessenta) dias, ou, a pedido da Concessionária;
- (ii) O Poder Concedente e a Concessionária devem instruir o processo com todas as informações e dados necessários, bem como podem realizar estudos técnicos e/ou econômicos capazes de subsidiar as análises dos aspectos indicados nos incisos (i) a (iii) da Cláusula 4.5.2 acima;
- (iii) As Partes poderão ser assistidas por consultores técnicos de qualquer especialidade no curso do processo de revisão;
- (iv) Os estudos, pareceres, audiências, negociações e manifestações de qualquer natureza emitidos durante as análises devem ser sempre documentados e encartados no processo de modo a explicitar as razões que levaram às conclusões finais do processo; e,
- (v) O processo de revisão ordinária deverá ser concluído no prazo máximo de 6 (seis) meses.

4.5.4. O processo de Revisão Ordinária será concluído mediante acordo das Partes, sendo seus resultados devidamente documentados, e, caso importem em alterações do Contrato, serão incorporados em aditivo contratual.

4.5.5. A implementação de eventuais alterações das especificações mínimas dos Bens Vinculados, em função das Revisões Ordinárias, deverá necessariamente ser precedida de tempo razoável para adaptação das Partes.

4.5.6. As partes terão direito à Revisão Extraordinária do Contrato, a qualquer tempo, de acordo com a alocação de riscos prevista, e quando se verificar a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, que configurem álea econômica extracontratual.

4.5.7. A Revisão Extraordinária do Contrato deve obedecer ao seguinte procedimento:

- (i) A Concessionária encaminhará ao Poder Concedente o requerimento de revisão, contendo todas as informações e dados necessários à análise do referido requerimento, acompanhado de relatório técnico que demonstre, inequivocamente, o impacto ou a repercussão do evento sobre os principais componentes de custos e seus reflexos sobre as receitas da Concessionária.
- (ii) Caso o Poder Concedente manifeste-se contrariamente ao requerimento de revisão, deverá fazê-lo de forma amplamente motivada e dentro do prazo de 30 (trinta) dias da protocolização do pedido da Concessionária. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que tenha sido publicada manifestação conclusiva do Poder Concedente sobre o pedido de revisão, considerar-se-á este aprovado, devendo a própria Concessionária providenciar a sua publicação nos quinze dias seguintes.

4.5.8. Sempre que se efetivar a revisão, considerar-se-á restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, sem prejuízo da ocorrência de outras situações fáticas ou jurídicas não contempladas e que venham a ensejar nova revisão.

4.5.9. Na hipótese de revisão pela ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro deste Contrato em desfavor da Concessionária,

sua recomposição atenderá ao previsto nesta cláusula, com a diferença de que o seu procedimento será instaurado *ex officio* pelo Poder Concedente, que deverá notificar a Concessionária para manifestação no prazo de 30 (trinta) dias.

4.5.10. A revisão pode ocorrer das seguintes formas:

- (i) Alteração do valor da contraprestação mensal;
- (ii) Alteração do prazo do Contrato;
- (iii) Atribuição de compensação direta (aporte) à Concessionária;
- (iv) Adequação dos investimentos e encargos da Concessão;
- (v) Combinação das alternativas anteriores;
- (vi) Outras formas autorizadas por Lei.

4.5.11. No caso da admissão de novos investimentos, a revisão do contrato se dará por meio da adoção de um Fluxo de Caixa Marginal, considerando o fluxo de dispêndios, investimentos e receitas reduzidos ou majorados não previstos contratualmente, de forma a preservar a rentabilidade calculada conforme a Taxa de Mínima de Atratividade daquele momento, conforme melhores práticas de cálculo do custo médio ponderado de capital.

4.5.12. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando se tratar de itens do escopo já previsto no Contrato será implementada tomando por base a Taxa Interna de Retorno (TIR) do projeto, considerada na proposta comercial vencedora, desde que sejam considerados os ganhos decorrentes de produtividade e da eficiência tecnológica, o superveniente aumento ou redução extraordinários dos custos e/ou despesas da Concessionária, bem como as alterações ocorridas no custo de oportunidade do negócio, de acordo com o § 2º do artigo 9º e inciso V do artigo 29 da Lei de Concessões.

4.6. Da Alocação de Riscos

4.6.1. A Concessionária não é responsável pelos seguintes riscos relacionados à Concessão, cuja responsabilidade é exclusiva do Poder Concedente e que resultarão em direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em favor da Concessionária em caso de sua verificação:

- (i) Alteração legislativa, decisão judicial ou administrativa que impacte, impeça ou impossibilite a Concessionária de prestar integral ou parcialmente os encargos, ou que interrompa ou suspenda o reajuste ou pagamento da Contraprestação Mensal, a constituição, a reposição ou a substituição da Conta Garantia, de acordo com o estabelecido neste Contrato, exceto nos casos em que a Concessionária houver dado causa a tal decisão;
- (ii) Descumprimento, pelo Poder Concedente, de suas obrigações contratuais, incluindo, mas não se limitando, ao inadimplemento do pagamento ou ao descumprimento de prazos aplicáveis ao Poder Concedente, previstos neste Contrato e/ou na legislação vigente;
- (iii) Atrasos ou inexecução das obrigações da Concessionária causados pela demora ou omissão da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal na execução de suas atividades e obrigações legais, incluindo, mas não se limitando, à emissão de licenças e autorizações necessárias ao adequado desenvolvimento do objeto da Concessão;
- (iv) Imposição de novas obrigações ou alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas no Contrato de Concessão, pelo Poder Concedente, que provoquem impacto nos custos e encargos da Concessionária;
- (v) Atraso no cumprimento do cronograma por razões não imputáveis a Concessionária;
- (vi) Risco de *compliance* pela infraestrutura existente, de forma que eventuais casos de ilegalidade encontrada na Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública existente conferirão a Concessionária, além do Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato, o direito ao ressarcimento pelos valores despendidos pela correção da ilegalidade;
- (vii) Prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente pelos administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviço ou pela infraestrutura de iluminação pública antes da Data de Eficácia, hipótese em que, além do Reequilíbrio Econômico-

Financeiro do Contrato, terá a Concessionária o direito ao ressarcimento pelo Poder Concedente em razão do passivo ambiental e/ou casos de responsabilidade civil que tenham como causa fato anterior à Concessão;

- (viii) Imposição de obrigação a Concessionária, para a realização de transformação de fiação relativa ao objeto da Concessão para rede subterrânea;
- (ix) Omissão ou falhas na regulação ou funcionamento da rede de fornecimento de energia elétrica, que comprometam o atingimento das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho da Concessão, bem como de quaisquer eventos que decorram das referidas omissões ou falhas;
- (x) Ocorrências verificadas durante Dias Atípicos;
- (xi) Substituições Luminárias, metros de cabos e postes, por ano, acima da verba de contingência prevista para atender casos de acidentes, vandalismo, furtos, Caso Fortuito, Força Maior ou atos de terceiros;
- (xii) Investimentos, pagamentos, custos e despesas decorrentes das desapropriações, inclusive desapropriação indireta, instituição de servidões administrativas, imposição de limitações administrativas ou ocupação provisória de bens;
- (xiii) Despesas decorrentes das desapropriações, inclusive desapropriação, indireta, instituição de servidões administrativas, imposição de limitações administrativas ou ocupação provisória de bens;
- (xiv) Atraso nas desapropriações, instituição de servidões administrativas, imposição de limitações administrativas ou ocupação provisória de bens móveis necessárias à execução contratual, não imputável a Concessionária;
- (xv) Investimentos em expansão do parque de iluminação pública;
- (xvi) Eventos e solicitações especiais, exceto aqueles encargos já previstos no ANEXO 3 – PROJETO BÁSICO;
- (xvii) Irregularidade dos Bens da Concessão que estejam em discordância dos parâmetros indicados no Contrato ou na legislação vigente;
- (xviii) Queima por variação de tensão ou outras falhas decorrentes do fornecimento de energia e/ou na corrente de energia elétrica;
- (xix) Passivos e ações originárias de serviços prestados anteriormente à Data de Eficácia do Contrato de Concessão;
- (xx) Interrupção na prestação dos Encargos ou danos na Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública em decorrência de atos de terceiros que digam respeito a acidentes, por exemplo, hipótese em que, além do Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato, a Concessionária terá direito ao ressarcimento em razão da realização de desembolsos para a reparação dos danos ocasionados;
- (xxi) Interrupção na prestação dos Encargos ou danos em decorrência de atos de terceiro (vandalismo, roubo, furto, interrupção do fornecimento de energia elétrica por terceiros, ou quaisquer outros atos de terceiros) que impeçam, parcial ou integralmente, a prestação do serviço de Iluminação Pública;
- (xxii) Alterações na legislação ou regulamentação, inclusive acerca de criação, alteração ou extinção de tributos, incluindo, mas não se limitando, à instituição ou interpretação de incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre o Objeto do presente Contrato ou Encargos e das exigências para gestão e operação de Rede de Iluminação Pública, que alterem a composição econômico-financeira da Concessionária, excetuada a legislação dos impostos sobre a renda;
- (xxiii) Implantação de nova tecnologia nas obras e no desempenho dos Encargos da Concessão, que não tenham sido objeto deste Contrato quando da sua assinatura;
- (xxiv) Custos de recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivo ambiental relacionados à Concessão, originados anteriormente à Data de Eficácia;
- (xxv) Interrupção na prestação dos Encargos ou danos por eventos caracterizados como Caso Fortuito, Força Maior ou atos de terceiros não imputáveis a Concessionária;
- (xxvi) Ações de embelezamento que não estejam previstas nos encargos descritos no ANEXO 3 – PROJETO BÁSICO; e
- (xxvii) Crescimento vegetativo e/ou expansão anual da rede de iluminação pública;
- (xxviii) Alterações das normas técnicas aplicáveis aos serviços que são objeto deste Contrato que onerem excessivamente a Concessionária;

- (xxix) Ocorrência de fato do príncipe ou de fato da administração de que resultem, comprovadamente, variações nos custos ou nas receitas da Concessionária incluindo determinações de autoridades administrativas ou judiciárias, inclusive por termos de ajustamento de conduta, que alterem os encargos da Concessão, dentre eles, a modificação ou a antecipação dos objetivos e metas da Concessão;
- (xxx) Ocorrência de caso fortuito, força maior ou sujeições imprevistas que acarretem alteração dos custos ou das receitas da Concessionária e cuja responsabilidade não seja a ela atribuível.
- (xxxi) Imposição de novos investimentos ou serviços solicitados pelo Poder Concedente e não previstos originalmente neste Contrato, para os quais deverão ser observados os seguintes procedimentos:
 - Os novos investimentos ou serviços devem ter estrita ligação com o objeto da concessão;
 - O Poder Concedente poderá requerer à Concessionária a elaboração do projeto básico dos novos investimentos ou serviços;
 - O projeto básico deverá conter todos os elementos necessários à precificação do investimento, custos e eventuais estimativas do impacto da obra sobre as receitas da Concessionária, segundo as melhores práticas e critérios de mercado, tudo de acordo com as normas técnicas e diretivas eventualmente estabelecidas pelo Poder Concedente sobre o assunto;
 - O Poder Concedente estabelecerá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato com base nos valores acordados de investimento, custos e receitas.

4.6.2. A Concessionária é integral e exclusivamente responsável pelos seguintes riscos:

- (i) Atraso no cumprimento do cronograma por razões imputáveis a Concessionária;
- (ii) Impacto na remuneração pretendida pelo investidor em razão do pagamento de penalidades pela Concessionária;
- (iii) Riscos que sejam objeto de cobertura de seguros previstos neste Contrato;
- (iv) Prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente, pela Concessionária ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela Concessão;
- (v) Prejuízos decorrentes da gestão ineficiente dos Encargos e descumprimento de Metas Quantitativas;
- (vi) Inadequação da tecnologia empregada nas obras e no desempenho dos Encargos da Concessão;
- (vii) Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
- (viii) Baixa qualidade no desempenho dos Encargos concedidos;
- (ix) Recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivo ambiental relacionado à Concessão, originados pela Concessionária posteriormente à Data de Assunção;
- (x) Gastos resultantes de defeitos em Bens da Concessão originados após a Data de Assunção; e

4.6.3. Os riscos relacionados à exploração das Receitas Acessórias ao OBJETO do CONTRATO serão compartilhados observando-se os seguintes procedimentos:

- (i) O exercício, pela Concessionária, de atividades que gerem Receitas Acessórias deverá ser previamente autorizado pelo Poder Concedente
- (ii) A proposta de utilização de Receitas Acessórias deverá ser apresentada pela Concessionária ao Poder Concedente, acompanhada de projeto de viabilidade jurídica, técnica e econômico-financeira, bem como da comprovação da compatibilidade da exploração comercial pretendida com as normas legais e regulamentares aplicáveis a este Contrato.
- (iii) Uma vez aprovada pelo Poder Concedente, a Concessionária deverá manter contabilidade específica de cada contrato gerador das Receitas Acessórias, com detalhamento das receitas, custos e resultados líquidos.
- (iv) A Concessionária terá direito à apropriação da receita líquida advinda das Receitas Acessórias, na proporção definida nos projetos aprovado pelo Poder Concedente.
- (v) A parcela restante da receita líquida advinda das Receitas Acessórias será apropriada pelo Poder Concedente e revertida

na redução do valor da Contraprestação Pecuniária Mensal.

4.6.4. O Anexo 4 deste Contrato sintetiza a Matriz de Risco que norteia a relação entre as partes.

5. CAPÍTULO 5 – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Das obrigações da Concessionária

5.1.1. São obrigações da Concessionária, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste Contrato e em seus Anexos e na legislação aplicável:

- (i) Cumprir e respeitar os itens e condições deste Contrato, do Edital, da proposta apresentada e dos documentos relacionados; e
- (ii) Manter, durante a execução do Contrato, as condições necessárias ao cumprimento dos Encargos objeto do Edital e da Concessão; e
- (iii) Assumir integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução da Concessão, excetuados aqueles que não decorram de atos ou fatos atribuíveis a Concessionária; e
- (iv) Executar os Encargos, submetendo-se plenamente à regulamentação existente ou que venha a ser editada pelo Poder Concedente; e
- (v) Promover a completa execução dos Encargos obedecendo rigorosamente o planejamento e/ou programações, às instruções apresentadas pela fiscalização e demais recomendações das normas técnicas e legislação aplicáveis à Concessão; e
- (vi) Executar, dentro da melhor técnica, os Encargos contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização do Poder Concedente e demais normas aplicáveis; e
- (vii) Informar à fiscalização do Poder Concedente a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão do objeto, sugerindo as medidas para corrigir a situação; e
- (viii) Observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação tributária e à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, isentando o Poder Concedente de qualquer responsabilização relacionada; e
- (ix) Indicar e manter um responsável técnico à frente dos trabalhos, com poderes para representá-la junto à fiscalização do Poder Concedente; e
- (x) Arcar com e proceder à substituição de postes, Luminárias, condutores e demais equipamentos necessários para o pleno funcionamento do parque de Iluminação Pública;
- (xi) Cooperar e apoiar para o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização do Poder Concedente, nos termos do contrato, permitindo o acesso aos equipamentos e às instalações atinentes ao objeto do contrato, inclusive o CCO, bem como aos registros contábeis, seus e, tanto quanto possível, de suas subcontratadas;
- (xii) Enviar ao Poder Concedente, na periodicidade e forma determinadas por este, as informações contábeis da Concessão para que o Município possa incorporar os dados necessários à sua contabilidade, em atenção ao disposto no inciso IV do art. 10 da Lei Federal n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e na Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000;
- (xiii) Contratar seguros para os riscos relevantes e usuais da Concessão, nos termos deste Contrato;
- (xiv) Realizar o descarte adequado de todos os materiais abrangidos na Concessão, com o respeito à legislação vigente a respeito do tema e em bases ambientalmente adequadas, sem prejuízo da possibilidade da Concessionária realizar, a seu critério, o aproveitamento de materiais passíveis de reaproveitamento;
- (xv) Realizar as obras de expansão a pedido do Município, mediante ressarcimento pelo Poder Concedente conforme as regras de reequilíbrio previstas neste contrato;
- (xvi) Realizar as intervenções de iluminação de eventos festivos, mediante ressarcimento pelo Poder Concedente conforme as

regras de reequilíbrio previstas neste contrato;

- (xvii) Adquirir a energia elétrica necessária para a execução do Objeto da Concessão e realizar, diretamente a Concessionária de distribuição de energia elétrica, os respectivos pagamentos.

5.2. Das obrigações do Poder Concedente

5.2.1. São obrigações do Poder Concedente, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste Contrato e em seus Anexos e na legislação aplicável:

- (i) Remunerar a Concessionária na forma prevista neste Contrato e em seus Anexos;
- (ii) Indicar formalmente a Concessionária, a tempo e modo, a equipe de fiscalização dos Encargos;
- (iii) Realizar a fiscalização do contrato abrangendo todas as atividades da Concessionária, durante todo o prazo do contrato;
- (iv) Fornecer todos os elementos técnicos necessários ao desenvolvimento da Concessão que estejam disponíveis ao Poder Concedente;
- (v) Prestar, quando cabível, as informações solicitadas pela Concessionária para o bom andamento da Concessão;
- (vi) Fundamentar devidamente suas decisões, autorizações, aprovações, pedidos ou demais atos praticados ao abrigo deste Contrato;
- (vii) Disponibilizar a Concessionária, desde a data de assinatura do Contrato, livres e desimpedidos e em conformidade com a regulamentação a respeito do tema, todos os bens públicos que ficarão sob a sua gestão necessários ao desenvolvimento adequado do Objeto da Concessão;
- (viii) Garantir livre acesso a Concessionária a quaisquer locais da área urbana, com a intervenção de todos os entes e órgãos públicos que se façam necessários e com a realização de obstruções e desobstruções pertinentes, para a execução das atividades Objeto da Concessão;
- (ix) Manter as relações jurídicas com a concessionária de distribuição de energia elétrica do Município de Piripiri, eximindo a Concessionária de quaisquer ônus oriundos de tal relação;
- (x) Realizar a interface com os prestadores de serviços públicos na área do Município de Piripiri;
- (xi) Responsabilidade pelas obras de expansão do parque de Iluminação Pública;
- (xii) Responsabilidade pela iluminação de eventos festivos no Município;
- (xiii) Emitir todas as licenças e autorizações que sejam necessárias para a execução do objeto da Concessão.

5.3. Dos direitos da CONCESSIONÁRIA

5.3.1. A Concessionária, sem prejuízo e adicionalmente a outros direitos previstos na legislação aplicável e neste Contrato, terá direito a:

- (i) Prestar e explorar o objeto da Concessão, com ampla liberdade empresarial e de gestão de suas atividades; e
- (ii) Receber a remuneração devida na forma deste Contrato; e
- (iii) Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma deste Contrato; e
- (iv) Oferecer direitos emergentes da Concessão em garantia nos financiamentos obtidos para a consecução do objeto do contrato; e
- (v) Subcontratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares à execução do objeto do contrato, bem como para implementar projetos associados.

5.4. Dos direitos do Poder Concedente

- 5.4.1. O Poder Concedente, sem prejuízo e adicionalmente a outros direitos previstos na legislação aplicável, terá direito a:
- (i) Intervir na prestação dos encargos que compõem o Objeto da Concessão, retomá-los e extingui-los, nos casos e nas condições previstas neste Contrato e na legislação aplicável;
 - (ii) Delegar, total ou parcialmente, por meio de decreto, as competências de regulação, supervisão e fiscalização do Contrato a entidade da Administração Pública Indireta, nos termos da legislação em vigor;
 - (iii) Autorizar o uso da rede municipal de iluminação pública, bem como da infraestrutura tecnológica inserida pela Concessionária, para implantação de projetos que necessitem de tráfego de dados ou outros serviços tecnológicos para o cidadão.

5.5. Direitos e Obrigações dos Usuários

5.5.1. Sem prejuízo de outros direitos e obrigações previstos em lei, são direitos dos Usuários:

- (i) Receber informações do Poder Concedente ou da Concessionária referente à prestação dos serviços;
- (ii) Levar ao conhecimento do Poder Concedente ou da Concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes aos serviços prestados;
- (iii) Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela Concessionária na prestação dos serviços;
- (iv) Contar com canais de comunicação efetivos com a Concessionária, conforme definido no ANEXO 3 – PROJETO BÁSICO; e
- (v) Contar com a prestação de serviços de qualidade, com base no disposto no ANEXO 3 – PROJETO BÁSICO.

5.5.2. Os Usuários deverão zelar pela conservação e pelo bom uso dos bens, equipamentos e instalações da rede de iluminação pública do Município.

6. CAPÍTULO 6 – DOS SEGUROS E GARANTIAS

6.1. Dos Seguros

6.1.1. Durante o prazo da Concessão, a Concessionária deverá contratar e manter em vigor os seguintes seguros:

- (i) Seguro de Riscos Operacionais e/ou Nomeados, incluindo no mínimo cobertura de danos materiais de incêndio (inclusive em consequência de tumulto), raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos e de equipamentos eletrônicos, incluindo lucros cessantes (despesas fixas) com período indenizatório mínimo de 6 (seis) meses, com cobertura de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (ii) Seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, subcontratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros e seus veículos, devendo tal seguro ser contratado com limites de indenização compatíveis com os riscos assumidos para danos a terceiros e multirrisco empresarial, abrangendo danos materiais, incluindo lucros cessantes, com cobertura mínima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- (iii) Seguro de Engenharia com objetivo de cobrir os custos de reparo ou reconstrução de danos materiais resultantes de

acidentes, falhas ou outros riscos característicos do canteiro de obras, falhas nos projetos, protegendo o patrimônio da Concessionária, com cobertura no valor de 100% dos investimentos a serem realizados no período de modernização. O seguro deve cobrir: cobertura de obra civil em construção, instalação e montagem, com erro de projeto e riscos do Fabricante; danos em consequência de erro de projeto e riscos do fabricante com a mesma Importância segurada da cobertura básica; despesas com desentulho do local; ferramentas de pequeno e médio porte; equipamentos móveis, estacionários utilizados na obra; obras concluídas; obras temporárias; honorários de peritos; obras aceitas e colocadas em operação; armazenagem fora do canteiro de obra; tumultos, propriedade circunvizinha, despesas extraordinárias; despesas com contenção e salvamento de sinistros; responsabilidade civil decorrentes de obra civil em construção, instalação e montagem, com cobertura adicional de erro de projeto, responsabilidade civil cruzada e fundações; danos morais decorrentes de obra civil em construção, instalação e montagem, com cobertura adicional de erro de projeto, responsabilidade civil cruzada e fundações; e despesas extraordinárias.

6.1.2. Os montantes cobertos pelos seguros deverão ser suficientes para a reposição do bem a valores de novo ou a estado de novo e seus respectivos cálculos deverão ser submetidos e comprovados ao Poder Concedente.

6.1.3. A Concessionária deverá informar ao Poder Concedente todos os bens cobertos pelos seguros e a forma de cálculo do limite máximo de indenização de cada apólice de seguro.

6.1.4. A Concessionária é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto neste Contrato.

6.1.5. Nas apólices de seguro deverá constar a obrigação de as seguradoras informarem, imediatamente, à Concessionária e ao Poder Concedente, as alterações nos contratos de seguros, principalmente as que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s) contratado(s) ou redução das importâncias seguradas.

6.1.6. As apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura deste Contrato, devendo ser renovadas sucessivamente por igual período durante o prazo da Concessão.

6.1.7. A Concessionária deverá encaminhar ao Poder Concedente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento, documento comprobatório de que as apólices dos seguros foram renovadas ou serão automática e incondicionalmente renovadas imediatamente após seu vencimento.

6.1.7.1. Caso a Concessionária não encaminhe os documentos comprobatórios da renovação dos seguros no prazo previsto, o Poder Concedente poderá contratar os seguros e cobrar da Concessionária o valor total do seu prêmio a qualquer tempo ou considerá-lo para fins de recomposição do reequilíbrio econômico deste Contrato, sem eximir a Concessionária das penalidades previstas neste Contrato.

6.1.7.2. Nenhuma responsabilidade será imputada ao Poder Concedente caso ele opte razoavelmente por não contratar seguro cuja apólice não foi apresentada no prazo previsto pela Concessionária.

6.1.8. A Concessionária, com autorização prévia do Poder Concedente, poderá alterar coberturas ou outras condições das apólices de seguro, visando a adequá-las às novas situações que ocorram durante a vigência deste Contrato.

6.1.9. A Concessionária deverá encaminhar anualmente cópia autenticada das apólices dos seguros contratados e suas posteriores renovações ao Poder Concedente.

6.2. Da Garantia de Execução do Contrato pela Concessionária

6.2.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, a Concessionária deverá prestar a garantia de execução do contrato, como condição precedente para a assinatura deste Contrato, e mantê-la no montante de 5% do valor do contrato.:

6.2.2. A garantia de execução do contrato será reajustada anualmente, nos mesmos percentuais e data base dos reajustes da contraprestação mensal.

6.2.3. A Concessionária permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da utilização da garantia de execução do contrato.

6.2.4. A garantia de execução do contrato, a critério da Concessionária, poderá ser prestada individualmente ou conjuntamente, desde que a soma do conjunto alcance o valor determinado na cláusula 5.2.1, nas seguintes modalidades:

- (i) Caução, em dinheiro ou títulos da dívida pública federal;
- (ii) Fiança bancária; ou
- (iii) Seguro-garantia.

6.2.5. A garantia de execução do contrato deverá ter vigência mínima de 1 (um) ano a contar da data da assinatura deste Contrato, sendo de inteira responsabilidade da Concessionária mantê-la em plena vigência e de forma ininterrupta durante todo o prazo da Concessão, devendo para tanto promover as renovações e atualizações que forem necessárias. 'Qualquer modificação no conteúdo da garantia de execução do contrato deverá ser previamente submetida à aprovação do Poder Concedente.

6.2.5.1. A Concessionária deverá encaminhar ao Poder Concedente em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência da garantia de execução do contrato, documento comprobatório de que a garantia de execução do contrato foi renovada e teve seu valor reajustado na forma da cláusula 5.2.3. acima.

6.2.6. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste Contrato e na regulamentação vigente, a garantia de execução do contrato poderá ser utilizada nos seguintes casos:

6.2.6.1. Quando a Concessionária não realizar as obrigações de investimentos previstas neste Contrato ou as providências necessárias ao atendimento dos Indicadores de Desempenho, ou executá-las em desconformidade com o estabelecido;

6.2.6.2. Quando a Concessionária não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma deste Contrato e dos regulamentos do Poder Concedente

6.2.6.3. Nos casos de devolução de bens reversíveis em desconformidade com as exigências estabelecidas neste Contrato, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento deste Contrato e dos indicativos definidos nos Anexos 1 e 2 deste Contrato e demais exigências estabelecidas pelo Poder Concedente;

6.2.6.4. Quando o Poder Concedente for obrigado a contratar os seguros previstos neste Contrato, diante da omissão da Concessionária;

6.2.6.5. Se o valor das multas eventualmente impostas à Concessionária for superior ao valor da garantia de execução do contrato, além da perda desta, a Concessionária responderá pela diferença e pela reposição do valor integral da garantia de execução do contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de desconto na remuneração a ela devida e de aplicação das demais penalidades previstas

neste Contrato.

6.2.6.6. Sempre que o Poder Concedente utilizar a garantia de execução do contrato, a Concessionária deverá proceder à reposição do seu montante integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua utilização, sendo que, durante este prazo, a Concessionária não estará eximida das responsabilidades que lhe são atribuídas por este Contrato.

6.2.6.7. A recomposição de que trata o item anterior poderá ser efetuada pela Concessionária mediante complementação da garantia existente ou contratação de nova(s) garantia(s), de maneira que o valor total da garantia de execução do contrato seja sempre equivalente ao montante definido neste Contrato, sob pena de desconto do valor correspondente sobre a remuneração a ela devida e de aplicação das demais penalidades previstas neste Contrato.

6.2.6.8. A garantia de execução do contrato ofertada não poderá conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade, devendo a Concessionária promover as renovações e atualizações que forem necessárias à sua plena vigência durante o contrato.

6.2.6.9. As despesas referentes à prestação da garantia de execução do contrato, incluída a sua recomposição, serão de responsabilidade exclusiva da Concessionária.

6.2.6.10. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter vigência de no mínimo 1 (um) ano, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da Concessionária, vinculada à reavaliação do risco.

6.2.6.11. Na hipótese de não ser possível prever tal renovação de obrigações na respectiva apólice, a Concessionária deverá contratar nova garantia de execução do contrato.

6.2.6.12. A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao Poder Concedente e à Concessionária, no mínimo 90 (noventa) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

6.2.6.13. No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a Concessionária deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Poder Concedente, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência da Concessionária e serem aplicadas as sanções e penalidades cabíveis.

6.2.7. A garantia de execução do contrato, observado o montante mínimo, deverá permanecer em vigor até, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias após o advento do termo contratual.

6.2.8. A restituição ou liberação da garantia dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias da Concessionária.

7. CAPÍTULO 7 – DA ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA

7.1. Da Finalidade e do Capital Social

7.1.1. A Concessionária, estruturada sob a forma de sociedade por ações, deverá indicar em seu estatuto, como finalidade exclusiva, a exploração do objeto da Concessão, sendo sua composição societária aquela apresentada na Licitação e constante de seus instrumentos societários, os quais deverão ser entregues, atualizados, ao Poder Concedente.

7.1.2. A Concessionária terá sede no Município de Piripiri e não poderá ser desconstituída até a extinção do contrato e até que todas as suas obrigações perante o Poder Concedente tenham sido cumpridas, incluídos os pagamentos de eventuais indenizações.

7.1.3. O capital social subscrito deverá ser integralizado na proporção de 1% (um por cento) do valor global do contrato, no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data de assinatura do contrato e mantido durante toda sua vigência, salvo prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

7.1.3.1. Os atos constitutivos da Concessionária preveem declaração expressa de responsabilidade solidária entre os seus acionistas pela integralização do seu capital social.

7.1.3.2. No caso de integralização em bens, o processo avaliativo deverá observar, rigorosamente, as normas da Lei Federal n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

7.1.3.3. A Concessionária obriga-se a manter o Poder Concedente permanentemente informado sobre a integralização do capital referida nos itens anteriores, sendo facultado ao Poder Concedente realizar as diligências e auditorias necessárias à verificação da regularidade da situação.

7.1.3.4. A participação de capitais não nacionais na Concessionária obedecerá à legislação brasileira em vigor.

7.1.4. Sem prejuízo da observância dos requisitos previstos no art. 9º da Lei n. 11.079/2004, a Concessionária deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na legislação societária brasileira (Lei n. 6.404/1976 e alterações posteriores), em regras e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e das normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

7.1.5. A Concessionária poderá emitir obrigações, debêntures ou títulos financeiros similares que representem obrigações de sua responsabilidade, em favor de terceiros, observadas as disposições contidas neste Contrato.

7.1.6. Os recursos à disposição da Concessionária deverão ser aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à Concessão de que trata este Contrato, ressalvadas unicamente as aplicações financeiras.

7.2. Da Transferência de Controle

7.2.1. A Concessionária deve comunicar imediatamente ao Poder Concedente eventuais alterações ocorridas na sua composição societária existente à época de assinatura deste Contrato, inclusive quanto aos documentos constitutivos e posteriores alterações, respeitadas as obrigações definidas neste Contrato referentes à transferência do controle da Concessionária.

7.2.1.1. Qualquer transferência no controle da Concessionária deverá ser previamente autorizada pelo Poder Concedente.

7.2.2. O pedido para a autorização da transferência do controle societário deverá ser apresentado ao Poder Concedente, por escrito, pela Concessionária, contendo a justificativa para tanto, bem como elementos que possam subsidiar a análise do pedido.

7.2.2.1. Para a obtenção da anuência para transferência do controle societário, o interessado deverá:

7.2.2.1.1. Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à

assunção do objeto da Concessão;

7.2.2.1.2. Prestar e manter as garantias pertinentes, conforme o caso; e

7.2.2.1.3. Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste Contrato.

7.2.3. A autorização para a transferência do controle da Concessionária, caso seja concedida pelo Poder Concedente, será formalizada, por escrito, indicando as condições e requisitos para sua realização.

7.2.4. A Concessionária também deverá submeter à prévia autorização do Poder Concedente qualquer modificação no respectivo estatuto social, durante todo o período da Concessão, especialmente no que se refere à cisão, fusão, transformação e incorporação.

7.2.5. Os documentos que formalizarem alteração estatutária da Concessionária deverão ser encaminhados ao Poder Concedente para arquivamento, passando a fazer parte integrante deste Contrato.

7.2.6. O Poder Concedente examinará o pedido no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos e documentos adicionais a Concessionária, convocar os acionistas controladores da Concessionária e promover quaisquer diligências que considerar adequadas.

7.3. Da Assunção do Controle pelos Financiadores

7.3.1. Os contratos de financiamento da Concessionária poderão outorgar aos financiadores, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir o controle da Concessionária em caso de inadimplemento contratual pela Concessionária dos referidos contratos de financiamento ou deste Contrato.

7.3.1.1. Quando configurada inadimplência do financiamento por parte da Concessionária, que possa dar ensejo à transferência, o financiador deverá notificar a Concessionária e o Poder Concedente, informando sobre a inadimplência e abrindo à Concessionária um prazo de 15 (quinze) dias para quitar o valor devido.

7.3.1.2. Decorrido o prazo acima sem que a Concessionária efetue o pagamento de sua dívida, os financiadores poderão assumir a Concessão, comunicando formalmente sua decisão ao Poder Concedente com antecedência prévia de 5 (cinco) dias, devendo:

- (i) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste Contrato, do Edital e seus Anexos; e
- (ii) informar que atendem aos requisitos de regularidade jurídica e fiscal necessários à assunção dos serviços objeto do contrato.

7.3.2. A assunção do controle também poderá ocorrer no caso de inadimplemento da Concessionária na execução deste Contrato, que inviabilize ou coloque em risco a Concessão, sendo que a transferência aos financiadores terá por objetivo promover a reestruturação financeira da Concessionária e assegurar a continuidade da operação da Concessão.

7.3.3. Os contratos de financiamento apresentados ao Poder Concedente deverão indicar os dados de contato dos financiadores com o intuito de que estes sejam comunicados da eventual instauração de processo administrativo pelo Poder Concedente para investigação de inadimplemento contratual pela Concessionária.

7.3.4. A assunção do controle da Concessionária nos termos desta cláusula não alterará as obrigações da Concessionária e de seus

controladores perante o Poder Concedente. Todavia, os financiadores não serão responsáveis pelas obrigações que sejam de responsabilidade direta dos antigos acionistas da Concessionária.

8. CAPÍTULO 8 – DO REGIME DE BENS DA CONCESSÃO

8.1. Dos Bens da Concessão

8.1.1. Integram a Concessão todos os bens essenciais à prestação dos serviços de modernização, otimização, efficientização energética, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Piripiri:

8.1.1.1. Transferidos à Concessionária, conforme o termo de arrolamento e transferência de bens;

8.1.1.2. Adquiridos, arrendados ou locados pela Concessionária, ao longo do prazo da Concessão, para execução do objeto do contrato;

8.1.1.3. Outros bens essenciais à prestação dos serviços que não constem do termo de arrolamento e transferência de bens e que deverão ser arrolados e apresentados pela Concessionária ao Poder Concedente, para fins de regularização e inserção aos bens da Concessão.

8.1.2. A Concessionária declara ter pleno conhecimento da natureza e das condições dos bens da Concessão que foram transferidos pelo Poder Concedente na data da assunção, para os quais assume a responsabilidade de guarda, manutenção e vigilância durante todo o prazo da Concessão.

8.1.3. A Concessionária utilizará os bens da Concessão exclusivamente para executar o objeto do contrato.

8.1.4. Caberá à Concessionária dimensionar a quantidade necessária de equipamentos para executar os serviços nas condições exigidas neste Contrato.

8.1.5. A Concessionária obriga-se a manter os bens da Concessão em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, devendo efetuar a manutenção corretiva e manutenção preventiva, de modo a conservá-los em condições adequadas de uso, respeitando as normas técnicas relativas à saúde, segurança, higiene, conforto, sustentabilidade ambiental, acessibilidade, entre outros parâmetros essenciais à sua boa utilização.

8.1.6. Os bens da Concessão deverão ser permanentemente inventariados e registrados na contabilidade da Concessionária.

8.1.7. Todos os bens da Concessão ou investimentos realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Concessionária no prazo da Concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do termo contratual.

8.1.8. Os bens da Concessão são bens reversíveis, imprescindíveis à execução e à continuidade do objeto do contrato, e reverterão em favor do Poder Concedente após a extinção da Concessão.

8.1.9. A Concessionária obriga-se a entregar os bens reversíveis em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos.

8.1.10. Os bens reversíveis, transferidos à Concessionária pelo Poder Concedente, não passam à propriedade da Concessionária, porém tais bens, durante a Concessão, serão onerados por direitos de exploração da Concessionária.

8.1.11. Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente os bens da Concessão, os direitos e os privilégios vinculados à exploração da Concessão transferidos à Concessionária, ou por esta adquiridos ou implantados.

8.1.12. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do termo final do contrato, as partes deverão estabelecer os procedimentos para avaliar os bens da Concessão, com o fim de identificar aqueles prescindíveis à continuidade da execução do objeto deste Contrato.

8.1.13. Procedida à avaliação e identificação dos bens reversíveis, será realizada, por ocasião da reversão, a lavratura do respectivo termo definitivo de devolução dos bens da Concessão.

9. CAPÍTULO 9 – SANÇÕES

9.1. Das Penalidades

9.1.1. O descumprimento, pela Concessionária, das disposições deste Contrato, de seus Anexos, do Edital, da legislação aplicável e das determinações regularmente expedidas pelo Poder Concedente ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, da aplicação dos mecanismos contratuais de recomposição e da eventual decretação de caducidade, a aplicação, isolada ou cumulativamente, das sanções administrativas previstas na **Lei nº 14.133/2021**, observada a proporcionalidade e o devido processo legal, consistentes em:

I – advertência;

II – multa moratória e/ou compensatória, na forma deste Contrato;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo de até **3 (três) anos**;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei.

9.1.2. Na aplicação das sanções, o Poder Concedente observará as seguintes circunstâncias, com vistas a garantir a sua proporcionalidade:

(i) a natureza e a gravidade da infração;

(ii) o s danos efetivos ou potenciais causados aos usuários, ao serviço público, ao Poder Concedente ou a terceiros;

(iii) as vantagens auferidas pela Concessionária em decorrência da infração;

(iv) as circunstâncias atenuantes e agravantes;

(v) a situação econômica e financeira da Concessionária, em especial a sua capacidade de honrar compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução deste Contrato;

(vi) os antecedentes da Concessionária, inclusive eventuais reincidências.

(vii) a cooperação da Concessionária para a solução da irregularidade e mitigação de danos;

(viii) a proporcionalidade entre a sanção aplicada e a relevância da obrigação descumprida.

9.1.3. A gradação das penalidades observará as seguintes escalas:

9.1.3.1. A infração será considerada leve, quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da Concessionária e das quais ela não se beneficie;

9.1.3.2. A infração será considerada média, quando decorrer de conduta inescusável, mas efetuada pela primeira vez pela Concessionária, sem a ela trazer qualquer benefício ou proveito, nem afetar um número significativo de usuários;

9.1.3.3. A infração será considerada grave quando implique descumprimento relevante de obrigação contratual, prejuízo significativo ao serviço, vantagem indevida, resistência injustificada à fiscalização, omissão reiterada ou atuação com dolo ou má-fé.

9.1.3.4. A infração será considerada gravíssima quando o Poder Concedente constatar, além dos requisitos que qualificam as infrações graves, que, diante das circunstâncias do serviço e do ato praticado pela Concessionária, seu comportamento se reveste de grande lesividade ao interesse público, por prejudicar, efetiva ou potencialmente, a vida ou a incolumidade física dos usuários, a saúde pública, o meio ambiente, o erário público ou a continuidade dos serviços objeto da Concessão.

9.1.4. A aplicação de multa não impede a adoção de outras medidas contratuais ou legais cabíveis, inclusive execução da garantia contratual, glosa de pagamentos, recomposição de danos, intervenção, caducidade ou extinção contratual, observados os procedimentos previstos neste instrumento e na legislação aplicável.

9.1.5. A multa compensatória poderá ser fixada entre **1% (um por cento) e 5% (cinco por cento)** do valor da contraprestação mensal de referência do período em que verificada a infração, observado o contraditório e a proporcionalidade, adotando-se, como parâmetro:

- (i) até 1% (um por cento) para faltas leves;
- (ii) até 2% (dois por cento) para faltas médias;
- (iii) até 3% (três por cento) para faltas graves;
- (iv) até 5% (cinco por cento) para faltas gravíssimas.

Parágrafo único. Quando a infração causar dano mensurável superior aos limites acima, sem prejuízo da multa aplicada, poderá ser exigido o ressarcimento integral dos prejuízos comprovados.

9.1.6. A multa moratória incidirá nos casos de atraso injustificado no cumprimento de obrigações, investimentos, marcos contratuais, níveis de serviço ou determinações regularmente expedidas, no percentual de **0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso** sobre o valor da obrigação inadimplida ou, quando não mensurável diretamente, sobre a parcela da contraprestação mensal correlata, limitada a **5% (cinco por cento)**, sem prejuízo da obrigação principal..

9.1.7. O não pagamento de multa no prazo regularmente fixado autorizará, observada a prévia notificação:

I – compensação com valores eventualmente devidos à Concessionária;

II – execução total ou parcial da garantia de execução contratual;

III – inscrição em dívida ativa, quando cabível;

IV – adoção das demais medidas administrativas e judiciais pertinentes.

9.1.8. Nenhuma sanção será aplicada sem a instauração de processo administrativo sancionador, assegurados o contraditório, a ampla defesa, a motivação da decisão, a produção de provas admitidas em direito e os recursos previstos na legislação e nas normas internas do Poder Concedente.

9.1.9. A reabilitação da Concessionária, nos casos em que couber, observará os requisitos e prazos previstos na Lei nº 14.133/2021, condicionada à reparação dos danos causados, ao cumprimento das obrigações impostas e à cessação dos motivos determinantes da sanção.

9.1.10. O descumprimento das obrigações relativas à proteção de dados pessoais, segurança da informação, confidencialidade, integridade de sistemas ou tratamento indevido de dados vinculados à execução contratual sujeitará a Concessionária às sanções previstas

neste Contrato, na Lei nº 14.133/2021, na legislação específica aplicável e à obrigação de reparar integralmente os danos causados.

9.2. Do Processo Administrativo de Aplicação das Sanções Administrativas

9.2.1. A aplicação das sanções previstas neste Contrato observará o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, a motivação dos atos administrativos e as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, bem como das normas complementares editadas pelo Poder Concedente.

9.2.1.1. O procedimento sancionador será instaurado mediante **ato formal de autuação**, termo de constatação, relatório de fiscalização, auto de infração ou documento equivalente, no qual deverão constar, no mínimo:

I – a identificação da Concessionária;

II – a descrição objetiva dos fatos apurados;

III – a indicação das cláusulas contratuais, normas legais ou determinações supostamente violadas;

IV – os elementos probatórios disponíveis;

V – a sanção em tese cabível;

VI – a indicação do prazo para manifestação.

9.2.1.2. A Concessionária será notificada para apresentar **defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da ciência da autuação, inclusive nos casos que possam resultar em impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2.1.3. No mesmo prazo da defesa, a Concessionária poderá:

I – comprovar a regularização da falha, quando cabível;

II – apresentar justificativas técnicas e jurídicas;

III – juntar documentos, laudos e pareceres;

IV – indicar provas que pretenda produzir.

9.2.2. Na fase de instrução, poderão ser realizadas diligências, inspeções, auditorias, oitivas, requisição de documentos, perícias e demais atos necessários ao esclarecimento dos fatos.

9.2.2.1. O Poder Concedente poderá indeferir, de forma motivada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, repetitivas ou manifestamente protelatórias.

9.2.3. Encerrada a instrução, a autoridade competente proferirá decisão motivada, com análise dos argumentos de defesa, das provas produzidas e da dosimetria da eventual sanção.

9.2.4. Da decisão que aplicar sanção caberá **recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da intimação da decisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2.4.1. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual poderá reconsiderá-la no prazo legal ou encaminhá-lo à autoridade superior competente para julgamento.

9.2.5. Nos casos de aplicação da sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, a decisão será de competência da autoridade máxima definida pelo ordenamento local, observadas as exigências legais e a possibilidade de reabilitação na forma da Lei nº 14.133/2021.

9.2.6. Após o encerramento da instância administrativa, sendo mantida penalidade pecuniária, será expedido documento de cobrança à Concessionária, que deverá promover o pagamento no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, salvo prazo diverso expressamente fixado na decisão sancionadora.

9.2.6.1. O inadimplemento da multa no prazo fixado implicará, sem prejuízo das demais medidas cabíveis:

I – atualização do débito na forma da legislação municipal aplicável;

II – incidência de juros moratórios calculados segundo a variação acumulada da taxa SELIC ou outro índice legalmente vigente que a substitua;

III – compensação com créditos eventualmente devidos à Concessionária;

IV – execução da garantia contratual;

V – inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, quando cabível.

9.2.6.2. As multas e demais valores arrecadados em decorrência deste Capítulo reverterão em favor do Tesouro Municipal, observadas as normas orçamentárias e financeiras aplicáveis.

9.2.7. A instauração ou tramitação de processo sancionador não impede a adoção de medidas cautelares, operacionais ou contratuais necessárias à continuidade do serviço público, à segurança dos usuários, à preservação do patrimônio público ou à mitigação de danos, desde que motivadas e proporcionais.

9.2.8. As comunicações e intimações poderão ser realizadas por meio eletrônico, pelo sistema oficial utilizado no contrato, correio eletrônico institucional, publicação oficial ou outro meio idôneo que assegure a ciência da Concessionária.

10. CAPÍTULO 10 - DA INTERVENÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

10.1. Da Intervenção do Poder Concedente

10.1.1. O Poder Concedente poderá intervir na Concessão, a fim de assegurar a adequação da prestação do serviço objeto do Contrato, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, nos termos do artigo 32 e seguintes da Lei Federal n. 8.987/1995.

10.1.1.1. A intervenção é medida excepcional, pressupõe o inadimplemento substancial da Concessionária, e somente se justifica diante de situação emergencial, para evitar a descontinuidade da prestação dos serviços públicos diante de faltas gravíssimas cometidas pela gestão da Concessionária, que ponha em risco a segurança dos usuários ou os bens da Concessão.

10.1.1.2. A intervenção será precedida de laudo de avaliação técnica, lavrado por engenheiro e com a respectiva anotação de responsabilidade técnica, que indique:

- (i) As faltas gravíssimas cometidas pela Concessionária, identificadas de forma técnica, objetiva e discriminada, tendo por base normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço previstos no contrato e na legislação;
- (ii) As razões pelas quais geram riscos graves de descontinuidade da prestação dos serviços públicos e que ponham em risco a segurança dos usuários ou os bens da Concessão;
- (iii) As medidas, identificadas de forma técnica, objetiva e discriminada, a serem tomadas emergencialmente pelo interventor para evitar os riscos graves de descontinuidade da prestação dos serviços públicos e proteger a segurança dos usuários ou os bens da Concessão.

10.1.1.3. A intervenção far-se-á por decreto do Poder Concedente, que conterá, dentre outras informações pertinentes:

- (i) Os motivos da intervenção e sua justificativa;
- (ii) O prazo, que será de, no máximo, 01 (um) ano, improrrogável;
- (iii) Os objetivos e os limites da intervenção;
- (iv) O nome e a qualificação do interventor.

10.1.2. Decretada a intervenção, o Poder Concedente, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará processo administrativo que deverá estar concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurado à Concessionária amplo direito de defesa.

10.1.3. A decretação da intervenção levará ao imediato afastamento dos administradores da SPE, e não afetará o curso regular dos negócios da Concessionária, tampouco seu normal funcionamento.

10.1.4. A ocorrência de intervenção pelo Poder Concedente não desonera as obrigações assumidas pela Concessionária junto aos seus

financiadores e, por motivo justificado em prol do interesse público, o Poder Concedente poderá abdicar da intervenção em favor da assunção do controle da Concessionária por esses financiadores.

10.1.5. Durante o período de intervenção, o interventor terá que cumprir as obrigações da Concessionária, inclusive com o pagamento dos financiamentos e todos os ônus financeiros contraídos pela Concessionária para a realização dos investimentos e cumprimentos das demais obrigações previstas no contrato, sendo que as receitas extraordinárias obtidas durante o período da intervenção serão utilizadas para a cobertura dos investimentos, custos e despesas necessários para restabelecer o normal funcionamento das atividades objeto da Concessão, sob pena de responsabilidade pessoal.

10.1.6. Se eventualmente as receitas extraordinárias não forem suficientes para cobrir o valor dos investimentos, dos custos e das despesas decorrentes da Concessão incorridas pelo Poder Concedente, este poderá:

- (i) se valer da Garantia de Execução do Contrato para cobri-las, integral ou parcialmente; e/ou
- (ii) descontar das parcelas vincendas da contraprestação mensal a ser recebida pela Concessionária, o valor dos investimentos, dos custos e das despesas incorridas pelo Poder Concedente.

10.1.7. Será declarada a nulidade da intervenção se ficar comprovado que o Poder Concedente, por meio do interventor e seus demais agentes, não observou os pressupostos legais, regulamentares e contratuais, ou os princípios da Administração Pública, sem prejuízo do direito da Concessionária à eventual indenização.

10.2. Dos Casos de Extinção

10.2.1. A Concessão extinguir-se-á por:

- (i) advento do termo contratual;
- (ii) encampação;
- (iii) caducidade;
- (iv) rescisão;
- (v) anulação;
- (vi) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato; ou
- (vii) falência da Concessionária.

10.2.2. Extinta a Concessão, serão revertidos ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e, cessarão para a Concessionária todos os direitos emergentes deste Contrato.

10.2.3. Em até 180 (cento e oitenta) dias antes do término da Concessão, a Concessionária elaborará cadastro pormenorizado dos bens reversíveis (de reversão obrigatória e facultativa) indicando, no mínimo: quantitativo, estado e vida útil remanescente.

10.2.4. Em até 60 (sessenta) dias após o recebimento do relatório referido na cláusula anterior, o Poder Concedente indicará à Concessionária, dentre os bens de reversão facultativa, aqueles que pretende manter como de sua propriedade.

10.2.4.1. O Poder Concedente deverá realizar avaliação da condição dos bens reversíveis, de modo a apurar sua adequação às especificações do Anexo 1 deste Contrato.

10.2.4.2. A seleção de bens não acarretará nenhum custo adicional ao Poder Concedente, caso comprovada a completa amortização dos bens reversíveis referidos.

10.2.5. A Concessionária encarregar-se-á do descarte ou reutilização dos bens reversíveis não selecionados pelo Poder Concedente, quando do término da Concessão, sem comprometer a continuidade da prestação dos serviços.

10.2.6. Na extinção da Concessão, haverá imediata assunção dos serviços relacionados à Concessão pelo Poder Concedente, ou outro ente por ele indicado, que ficará autorizado a ocupar as instalações e a utilizar todos os bens da Concessão.

10.2.7. De acordo com os prazos e condições estabelecidos pelo Poder Concedente, terceiros serão autorizados a realizar pesquisas de campo quando se aproximar o término do prazo da Concessão, para fins de realização de estudos para a promoção de novos procedimentos licitatórios e/ou realização de novas obras.

10.3. Advento do Termo Contratual

10.3.1. Encerrado o prazo da Concessão, a Concessionária será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à Concessão celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes.

10.3.2. A Concessionária deverá tomar todas as medidas razoáveis e cooperar plenamente com o Poder Concedente para que os serviços objeto da Concessão continuem a ser prestados de acordo com este Contrato de forma ininterrupta, bem como prevenir e mitigar qualquer inconveniência ou risco à saúde ou segurança dos usuários e dos funcionários do Poder Concedente.

10.3.3. Na hipótese de advento do termo contratual, a Concessionária não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos vinculados aos bens da Concessão em decorrência do término do prazo da Concessão, salvo nos casos em que se verifique hipótese de prorrogação contratual e/ou de desequilíbrio econômico-financeiro na forma da Lei.

10.4. Encampação

10.4.1. O Poder Concedente poderá, a qualquer tempo, encampar a Concessão, por motivos de interesse público e prévio pagamento de indenização.

10.4.2. A encampação é medida excepcional e será motivada tecnicamente, baseada em Laudo de avaliação técnica, lavrado por engenheiro e com a respectiva anotação de responsabilidade técnica, que indique:

- (i) a inadequação técnica da Concessão e em que medida, de acordo com argumentos técnicos, a manutenção do Contrato revela-se contrária ao interesse público.
- (ii) a inviabilidade de resolver a inadequação técnica da Concessão por meio de alterações contratuais.

10.4.3. A indenização devida à Concessionária em caso de encampação cobrirá:

- (i) as parcelas dos investimentos realizados, inclusive em obras de manutenção, bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste Contrato, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;
- (ii) a desoneração da Concessionária em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídos com vistas ao cumprimento deste Contrato, mediante, conforme o caso: **(a)** prévia assunção, perante as instituições financeiras credoras, das obrigações contratuais da Concessionária, em especial quando a receita figurar como garantia do financiamento; ou **(b)** prévia indenização à Concessionária da totalidade dos débitos remanescentes desta perante as instituições financeiras credoras; e
- (iii) todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores,

contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.

10.4.4. O Poder Concedente determinará a indenização devida à Concessionária e realizará o pagamento devido antes da encampação da Concessão.

10.5. Caducidade

10.5.1. O Poder Concedente poderá, excepcionalmente e diante do inadimplemento substancial da Concessionária, declarar a caducidade da Concessão.

10.5.2. A caducidade será precedida de:

- (i) laudo de avaliação técnica, lavrado por engenheiro e com a respectiva anotação de responsabilidade técnica, que indique as faltas gravíssimas cometidas pela Concessionária, identificadas de forma técnica, objetiva e discriminada, tendo por base normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço previstos no contrato e na legislação;
- (ii) notificação da Concessionária para corrigir as faltas gravíssimas apontadas no laudo de avaliação técnica, para o enquadramento nos termos contratuais, com prazo nunca inferior a 6 (seis) meses, salvo para situações e medidas de urgência, prévia e tecnicamente identificadas no laudo de avaliação técnica, em que será permitido estabelecer prazo inferior, desde que viável de ser atendido técnica e operacionalmente;
- (iii) processo administrativo, em que se assegura o contraditório e a ampla defesa.

10.5.3. Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, a caducidade será declarada pelo Poder Concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

10.5.3.1. Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária.

10.5.4. A declaração de caducidade acarretará, ainda:

- (i) a execução da garantia de execução do contrato, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao Poder Concedente; e
- (ii) retenção de eventuais créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao Poder Concedente.

10.5.5. A indenização devida à Concessionária em caso de caducidade restringir-se-á ao valor dos investimentos vinculados aos bens reversíveis ainda não amortizados.

10.5.6. Do montante previsto na cláusula anterior serão descontados:

- (i) os prejuízos comprovadamente causados pela Concessionária ao Poder Concedente e aos usuários;
- (ii) as multas contratuais aplicadas à Concessionária que não tenham sido pagas até a data do pagamento do montante previsto na cláusula acima; e
- (iii) quaisquer valores recebidos pela Concessionária a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.

10.6. Rescisão

10.6.1. A rescisão deste Contrato poderá ocorrer nos seguintes eventos, desde que a Concessionária notifique o Poder Concedente de

sua intenção:

- (i) Expropriação, sequestro ou requisição de uma parte substancial dos ativos ou participação societária da Concessionária pelo Poder Concedente ou por qualquer outro órgão público;
- (ii) Descumprimento de obrigações pelo Poder Concedente que gere um desequilíbrio econômico-financeiro deste Contrato cujo procedimento de recomposição econômico-financeira não seja concluído nos prazos estabelecidos neste Contrato por motivos imputáveis ao Poder Concedente;
- (iii) Descumprimento da obrigação do Poder Concedente de recompor a Conta Vinculada na forma prevista no contrato de gestão e administração de Conta Vinculada.

10.6.2. Se o Poder Concedente não sanar o descumprimento contratual a que deu causa dentro de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação enviada pela Concessionária, este Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Concessionária, mediante procedimento arbitral nos termos deste Contrato.

10.6.3. Os serviços prestados pela Concessionária só poderão ser interrompidos ou paralisados após a sentença do juízo arbitral que decretar a rescisão deste Contrato ou por provimento de urgência proferido pelo poder judiciário.

10.6.4. O Poder Concedente indenizará a Concessionária por todos os serviços que houver executado até a data em que a rescisão for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela Concessionária a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

10.7. Anulação

10.7.1. O Poder Concedente deverá declarar a nulidade deste Contrato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, se verificar ilegalidade em sua formalização ou na licitação, desde que tal ilegalidade não possa ser convalidada e desde que gere prejuízos substanciais e concretos.

10.7.2. Na hipótese descrita na cláusula anterior, se a ilegalidade for imputável apenas ao próprio Poder Concedente, a Concessionária será indenizada pelo que houver executado até a data em que a nulidade for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela Concessionária a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de nulidade.

10.8. Evento continuado de força maior ou caso fortuito

10.8.1. Este Contrato poderá ser extinto em razão de força maior ou caso fortuito superveniente à data de assunção, regularmente comprovado, cujos efeitos perdurem por um período superior a 1 (um) ano e impeçam a regular execução deste Contrato pela Concessionária.

10.8.2. Na hipótese descrita na cláusula anterior, a Concessionária será indenizada pelo que houver executado e por todos os investimentos realizados até a data em que este Contrato for extinto, sem exclusão de por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela Concessionária a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos de força maior ou caso fortuito.

10.9. Da falência ou extinção da Concessionária

10.9.1. Na hipótese de extinção do contrato por falência ou extinção da Concessionária, a indenização ficará limitada ao valor das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, descontado o valor das multas contratuais e dos danos eventualmente causados pela Concessionária.

10.9.2. O Poder Concedente poderá, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da extinção do contrato, promover nova licitação do serviço concedido, atribuindo à vencedora o ônus do pagamento direto da indenização cabível aos financiador(es) da antiga Concessionária.

10.9.3. Não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social da Concessionária falida sem que o Poder Concedente ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os bens reversíveis, e sem que se efetue o pagamento das quantias devidas ao Poder Concedente, a título de indenização ou a qualquer outro título.

10.10. Da Indenização por investimentos não amortizados

10.10.1. Para indenizações eventualmente devidas por investimentos não amortizados até a extinção deste Contrato, a Concessionária fará jus à indenização calculada com base no valor econômico do bem, a ser paga em parcela única e previamente à extinção do contrato e consequente reversão dos bens ao Poder Concedente.

10.10.2. A cláusula acima somente terá aplicabilidade para os investimentos realizados, adquiridos ou de qualquer forma obtidos pela Concessionária ao longo da Concessão e que, cumulativamente, não estivessem previstos originalmente no objeto desta Concessão.

10.11. Da Desmobilização

10.11.1. Com 1 (um) ano de antecedência ao termo contratual, a Concessionária deverá encaminhar ao Poder Concedente o plano de desmobilização da gestão do sistema de iluminação pública, que deverá prever o procedimento pelo qual será realizada a desmobilização e devida reversão dos bens reversíveis, sem que ocorra qualquer interrupção grave na prestação dos serviços.

10.11.2. Deverão estar previstos no plano de desmobilização da gestão do sistema de iluminação pública, no mínimo:

- (i) Forma de reversão dos bens reversíveis;
- (ii) Estado de conservação dos bens reversíveis;
- (iii) Forma de substituição dos funcionários da Concessionária pelos servidores do Poder Concedente e/ou da nova Concessionária;
- (iv) Plano de capacitação dos servidores do Poder Concedente e/ou da nova concessionária que venha a operar o Sistema de Iluminação Pública, a ser implantado pela Concessionária.

10.11.3. Com o plano de desmobilização da gestão do sistema de iluminação pública, a transição e reversão ocorrerão sem percalços ou imprevistos e a operação do sistema de iluminação pública não ficará prejudicada.

11. CAPÍTULO 11 - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

11.1. Da Resolução de Controvérsias

11.1.1. Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica e/ou de natureza econômico-financeira durante a execução deste

Contrato, será constituída, nos 15 (quinze) dias seguintes à solicitação por qualquer das partes, por ato do Poder Concedente, uma comissão técnica, composta por 3 (três) membros, todos com conhecimentos aprofundados na matéria objeto da divergência e indicados por ocasião desta dada divergência, na forma desta cláusula.

11.1.2. A comissão técnica será competente para emitir pareceres fundamentados sobre questões submetidas pelo Poder Concedente ou pela Concessionária, relativas às divergências que venham a surgir quanto aos aspectos técnicos e aos aspectos econômico-financeiros durante a execução deste Contrato.

11.1.3. Os membros da comissão técnica serão designados da seguinte forma:

- (i) 1 (um) membro indicado pelo Poder Concedente;
- (ii) 1 (um) membro pela Concessionária;
- (iii) 1 (um) membro, com comprovada especialização na matéria objeto da divergência, que será escolhido de comum acordo entre as partes, quando da ocorrência da divergência.

11.1.4. O procedimento para solução de divergências iniciar-se-á mediante a comunicação de solicitação de pronunciamento da comissão técnica a outra parte, e será processado da seguinte forma:

- (i) No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no item anterior, a parte reclamada apresentará as suas alegações relativamente à questão formulada;
- (ii) O parecer da comissão técnica será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pela comissão técnica, das alegações apresentadas pela parte reclamada;
- (iii) Os pareceres da comissão técnica serão considerados aprovados se contarem com o voto favorável da maioria de seus membros; e,
- (iv) Cada membro da comissão técnica terá direito a um voto, podendo fazer registrar seu parecer divergente quanto aos aspectos em que for vencido.

11.1.5. Toda a divergência suscitada deverá ser encaminhada à comissão técnica juntamente com cópia de todos os documentos necessários para a solução da demanda.

11.1.6. Todas as despesas necessárias ao funcionamento da comissão técnica serão arcadas pela parte vencida..

11.1.7. A submissão de qualquer questão à comissão técnica não exonera a Concessionária de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais e às determinações do Poder Concedente.

11.1.8. A decisão da comissão técnica será vinculante para as partes, até que sobrevenha eventual decisão arbitral ou judiciária sobre a divergência.

11.1.9. Caso aceita pelas partes, a solução amigável proposta pela comissão técnica poderá ser incorporada a este Contrato mediante assinatura de termo aditivo.

11.1.10. A mediação será considerada prejudicada se a solução amigável não for apresentada pela comissão técnica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do pedido de instauração do procedimento ou se qualquer das partes se recusarem a participar do procedimento, não indicando seu(s) representante(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

11.2. Da Arbitragem

11.2.1. As partes obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer controvérsia e/ou disputa entre as partes, oriunda ou relacionada a este Contrato e/ou a quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordos a ele relacionados.

11.2.2. A arbitragem será submetida à câmara de arbitragem escolhida em conjunto pelas partes, segundo as regras previstas no seu regulamento vigente na data em que a arbitragem for iniciada.

11.2.2.1. A parte deverá solicitar a arbitragem à outra parte por escrito, sendo que as partes devem escolher, consensualmente, a câmara de arbitragem em 5 (cinco) dias úteis.

11.2.2.2. Caso a escolha não seja realizada no prazo, a parte solicitante da arbitragem deverá, por escrito, indicar três câmaras de arbitragem que tenham experiência comprovada em arbitragem envolvendo, num dos polos do procedimento arbitral, o Poder Público.

11.2.2.3. A parte que recebe a solicitação dispõe de 5 (cinco) dias úteis para escolher uma das câmaras de arbitragem indicadas pela parte solicitante.

11.2.2.4. Se a parte não realiza a escolha no prazo indicado, caberá à parte solicitante escolher a câmara de arbitragem dentre as três por si indicadas.

11.2.2.5. A arbitragem será conduzida no Município de Piripiri, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática de todo e qualquer ato.

11.2.2.6. A lei substantiva a ser aplicável ao mérito da arbitragem será a lei brasileira.

11.2.2.7. O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, cabendo a cada parte indicar um árbitro. O terceiro árbitro será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas partes. A presidência do tribunal arbitral caberá ao terceiro árbitro. Na hipótese de a arbitragem envolver mais de 2 (duas) partes, seja no polo ativo, seja no polo passivo, a escolha dos árbitros deverá seguir o previsto no regulamento de arbitragem do centro de arbitragem local.

11.2.3. Caso seja necessária a obtenção das medidas coercitivas, cautelares ou de urgência antes da constituição do tribunal arbitral, ou mesmo durante o procedimento de mediação, as partes poderão requerê-las diretamente ao competente órgão do poder judiciário. Caso tais medidas se façam necessárias após a constituição do tribunal arbitral, deverão ser requeridas e apreciadas pelo tribunal arbitral que, por sua vez, poderá solicitá-las ao competente órgão do Poder Judiciário, se entender necessário.

11.2.4. As decisões e a sentença do tribunal arbitral serão definitivas e vincularão as partes e seus sucessores.

11.2.5. A parte vencida no procedimento de arbitragem arcará com todas as custas do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros.

11.3. Do Processo Administrativo

11.3.1. Não obstante o acima exposto, a Concessionária terá resguardado o direito ao devido processo administrativo contra decisões do Poder Concedente.

12. CAPÍTULO 12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Das Disposições Gerais

12.1.1. A Concessionária deverá observar e respeitar todas as resoluções e demais regras do Poder Concedente, consideradas, no entanto, as peculiaridades e especificidades inerentes às normas e regulamentação aplicáveis às concessões e respeitando os termos deste Contrato.

12.1.2. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das partes em decorrência deste Contrato, não importa em renúncia, nem impede o seu exercício posterior a qualquer tempo, nem constitui novação da respectiva obrigação ou precedente.

12.1.3. Se qualquer disposição deste Contrato for considerada ou declarada nula, inválida, ilegal ou inexequível em qualquer aspecto, a validade, a legalidade e a exequibilidade das demais disposições contidas no contrato não serão, de qualquer forma, afetadas ou restringidas por tal fato.

12.1.3.1. As partes negociarão de boa-fé a substituição das disposições inválidas, ilegais ou inexequíveis por disposições válidas, legais e exequíveis, cujo efeito econômico seja o mais próximo possível ao efeito econômico das disposições consideradas inválidas, ilegais ou inexequíveis.

12.1.4. Sem prejuízo de outros direitos e obrigações previstos em lei, regulamentos do Poder Concedente e em outros diplomas legais aplicáveis, são direitos dos usuários receber informações do Poder Concedente e da Concessionária referentes à prestação dos serviços para a defesa de interesses individuais ou coletivos.

12.1.5. Cada declaração e garantia feita pelas partes no presente contrato deverá ser tratada como uma declaração e garantia independente, e a responsabilidade por qualquer falha será apenas daquele que a realizou e não será alterada ou modificada pelo seu conhecimento por qualquer das partes.

12.1.6. As comunicações e as notificações entre as partes serão efetuadas por escrito e remetidas:

- (i) em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
- (ii) por fax, desde que comprovada a recepção; ou
- (iii) por correio registrado, com aviso de recebimento.

12.1.7. Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, na forma desta cláusula, os endereços indicados no preâmbulo e os seguintes números de fax:

12.1.7.1. PODER CONCEDENTE:

12.1.7.2. CONCESSIONÁRIA:

12.1.8. Qualquer das partes poderá modificar o seu endereço e número de fax, mediante simples comunicação à outra parte.

12.1.9. Todos os documentos relacionados a este Contrato e à Concessão deverão ser redigidos em, ou oficialmente traduzidos para a língua portuguesa. Em caso de qualquer conflito ou inconsistência, a versão em língua portuguesa deverá prevalecer.

12.1.10. Os prazos estabelecidos em dias neste Contrato contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

12.1.11. Fica desde já eleito o foro da comarca de Piripiri, Poder Judiciário de Piauí, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato que não possam ser resolvidas mediante a comissão técnica ou por procedimento de arbitragem.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Contrato em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, considerada cada uma delas um original.

Piripiri (PI), [●].

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPIRI

CONCESSIONÁRIA

[INSERIR DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA]

[Nome Completo de quem assinará em nome da Concessionária]



CONCORRÊNCIA Nº 03/2026

**ANEXO VII
REQUISITOS DA GARANTIA CONTRATUAL**

MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

[local], [data].

Ao

Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Piripiri
[endereço]

Ref.: Edital de Concorrência Pública nº [●]
Carta de Fiança Bancária nº [●] (“Carta de Fiança”)

1. Pela presente Carta de Fiança, o Banco [●], com sede em [●], inscrito no CNPJ/MF sob n. [●] (“Banco Fiador”), diretamente por si e por seus eventuais sucessores, obriga-se perante o Município de Piripiri como fiador solidário da Proponente [●], com sede em [●], inscrita no CNPJ/MF sob n. [●] (“Afiançada”), com expressa renúncia dos direitos previstos nos arts. 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil Brasileiro”), pelo fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Afiançada no Contrato de Concessão n. [●], tendo como objeto a concessão administrativa para modernização, otimização, eficiência energética, operação e manutenção do Parque de Iluminação Pública do Município de Piripiri, cujos termos, disposições e condições o Banco Fiador declara expressamente conhecer e aceitar.
2. Em consequência desta Carta de Fiança, obriga-se o Banco Fiador a pagar ao Município de Piripiri, no caso de descumprimento das obrigações assumidas pela Afiançada no CONTRATO, o valor equivalente a [●]% ([●] por cento) do valor do CONTRATO.
 - 2.1. Os anos do Contrato indicados acima são contados a partir da DATA DA ASSUNÇÃO.
 - 2.2. Os valores referentes à GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO serão reajustados anualmente, com o mesmo índice de reajuste aplicado à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA.
3. Obriga-se, ainda, o Banco Fiador, no âmbito dos valores acima indicados, a pagar pelos prejuízos causados pela Afiançada, como multas aplicadas pelo Município de Piripiri relacionadas ao CONTRATO, comprometendo-se a efetuar os pagamentos oriundos desses títulos quando lhe forem exigidos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento, pelo Banco Fiador, da notificação escrita encaminhada pelo Município de Piripiri.
4. O Banco Fiador não poderá admitir nenhuma objeção ou oposição da Afiançada ou por ela invocada para o fim de se escusar do cumprimento da obrigação assumida perante o Município de Piripiri nos termos desta Carta de Fiança.
5. O Banco Fiador e a Afiançada não poderão alterar qualquer dos termos da Fiança sem a prévia e expressa autorização do Município de Piripiri.
6. Sempre que a Afiançada se utilizar de parte do total da Fiança, o Banco Fiador obriga-se a efetuar imediata notificação à CONCESSIONÁRIA para que esta proceda, dentro de 10 (dez) dias úteis da data da utilização, à recomposição do montante integral da Fiança.
7. Na hipótese de o Município de Piripiri ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente Carta de Fiança, fica o Banco Fiador obrigado ao pagamento das despesas judiciais ou extrajudiciais.
8. A Fiança vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, contado desta data.
9. Declara o Banco Fiador que:

- (i) a presente Carta de Fiança está devidamente contabilizada, observando integralmente os regulamentos do Banco Central do Brasil atualmente em vigor, além de atender aos preceitos da legislação bancária aplicável;
- (ii) os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a Fiança em seu nome e em sua responsabilidade;
- (iii) seu capital social é de R\$ [●] ([●] reais), estando autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir cartas de fiança, e que o valor da presente Carta de Fiança, no montante de R\$ [●] ([●] reais), encontra-se dentro dos limites que lhe são autorizados pelo Banco Central do Brasil.

[Assinatura do(s) representante(s) legal(is), com firma(s) reconhecida(s)]

Testemunhas:



REQUISITOS DE SEGURO-GARANTIA

1 Tomadora: [CONCESSIONÁRIA].

2 Segurada: MUNICÍPIO DE [●].

3 Objeto do Seguro: Garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas pela CONCESSIONÁRIA perante o Município de Piripiri, nos termos do Contrato de Concessão n. [●], tendo como objeto a concessão administrativa para modernização, otimização, efficientização energética, operação e manutenção do Parque de Iluminação Pública do Município de Piripiri, quando ocorrer descumprimento contratual.

4 Instrumento: Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia, e às condições estabelecidas no Contrato de Concessão n. [●].

5 Valor da Garantia: A Apólice de Seguro-Garantia deverá prever os montantes de indenização equivalentes a [●]% ([●]por cento) do valor do Contrato de Concessão n. [●].

5.1 Os valores referentes à GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO n. [●] serão reajustados anualmente, com o mesmo índice de reajuste aplicado à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA.

6 Prazo: A Apólice de Seguro-Garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 1 (um) ano, renovável por igual período.

7 Disposições Adicionais: A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

- (i) Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do Contrato de Concessão n. [●];
- (ii) Vedação ao cancelamento da Apólice de Seguro-Garantia por falta de pagamento total ou parcial do prêmio;
- (iii) Confirmado o descumprimento pela Tomadora das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, a Segurada terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida, quando resultar infrutífera a notificação feita à Tomadora;
- (iv) Que, declarada a caducidade da Concessão, o Município de [●] poderá executar a Apólice de Seguro-Garantia para ressarcimento de eventuais prejuízos;
- (v) As questões judiciais que se apresentarem, entre Seguradora e Segurada, serão resolvidas na jurisdição de domicílio da Segurada.

8 Os termos que não tenham sido expressamente definidos neste Anexo terão os significados a eles atribuídos no Contrato de Concessão n. [●].

CONCORRÊNCIA Nº 03/2026

ANEXO VIII

MATRIZ DE RISCO

Neste Anexo são apresentados os riscos avaliados para nortear a elaboração das cláusulas contratuais:

| RISCO | ALOCÇÃO | MECANISMO DE MITIGAÇÃO |
|--|-------------------------|---|
| Inadimplência dos clientes (usuários) frente à Concessionária de Distribuição de EE | Parceiro Público | Gestão da arrecadação tributária municipal efetivada por meio da Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica. |
| Variação do Preço da Energia | Parceiro Privado | Gestão do preço de energia a ser realizada pelo Poder Público, sendo que sua variação não dará ensejo a pleitos de reequilíbrio a favor do Parceiro Privado. Foi previsto na fórmula de reajuste contratual, a parcela que sofrerá reajuste com a variação do preço da energia. Clausula Contratual. |
| Taxa de Juros e condições de financiamento | Parceiro Privado | Cláusula Contratual |
| Taxa de Remuneração e penalidades: impacto na Taxa de Remuneração pretendida pelo investidor em razão do pagamento de penalidades pelo Concessionário. | Parceiro Privado | Previsão de desconto direto da remuneração em caso de inadimplemento das obrigações contratuais. |
| Inadimplência da Concessionária perante as instituições financeiras | Parceiro Privado | Garantia de Execução |
| Risco de Falência da Concessionária por não obtenção de recursos para continuidade da parceria | Parceiro Público | Garantia de Execução |
| Variação dos custos dos insumos e serviços | Compartilhado | Previsão de cláusula de reajuste e de revisão ordinária e extraordinária para mitigar risco inflacionário que configure a álea econômica extraordinária. Revisão da COSIP, caso a soma dos custos com a Contraprestação Mensal e despesas com Energia Elétrica se torne superior à arrecadação prevista. |
| Atendimento a cronogramas: atraso por culpa exclusiva da Concessionária | Parceiro Privado | Prever penalidade por atraso e a possibilidade de decretação de caducidade da concessão. |

| RISCO | ALOCÇÃO | MECANISMO DE MITIGAÇÃO |
|---|-------------------------|--|
| Atendimento a cronogramas: atraso em decorrência de questões relacionadas ao meio ambiente não causados pela Concessionária e/ou decorrentes de inadimplemento do Município. | Parceiro Público | Gestão rigorosa do contrato. |
| Desempenho contratual: Baixa qualidade no desempenho dos serviços concedidos | Parceiro Privado | Prever a responsabilidade do Concessionário em atingir os padrões de qualidade na prestação dos serviços com penalidades proporcionais pelos descumprimentos dos padrões de qualidade. |
| Tecnologia: inadequação da tecnologia empregada nas obras e no desempenho dos serviços concedidos. | Parceiro Privado | (i) a responsabilidade do Concessionário em manter a adequação técnica dos bens e instalações de obras e serviços, em cumprimento às obrigações contratuais; (ii) aplicação de penalidades proporcionais aos descumprimentos dos padrões de qualidade; |
| Risco de Obsolescência Técnica ou Inovação | Compartilhada | Estabelecer no contrato remuneração variável a partir de critérios de avaliação de desempenho operacional. Previsão de revisão ordinária na necessidade de adequação da tecnologia empregada com os parâmetros de atualidade |
| Passivo ambiental cujo fato gerador tenha ocorrido após a assunção, pela Concessionária, do parque de iluminação pública, com a assinatura do respectivo Termo de Recebimento dos Bens, salvo quando: a) atos ou fatos ocorridos em decorrência do cumprimento, pela Concessionária, de determinações do Município; ou b) determinação de autoridade ambiental para adaptação à legislação aplicável, em prazos ou condições diferentes dos prazos e metas fixados para esta PPP. | Parceiro Privado | A Concessionária assumirá os riscos decorrentes do passivo ambiental, a serem mitigados por: (i) Investimento em equipamentos de segurança, treinamento dos funcionários; (ii) Contratação de seguro relativo ao objeto da Concessão. |
| Licenciamento: atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações relativas à Concessão, que sejam atribuíveis exclusivamente ao Concessionário. Obrigações de obtenção de licenças, permissões e autorizações atribuídas ao Poder Concedente deverão ser por ele satisfeitas. | Compartilhado | Inclusão de cláusula prevendo (i) penalidades; (ii) reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e, (iii) a revisão dos prazos e cronogramas contratuais. |
| Passivos da Concessão: prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente por fatos anteriores à Data de Assunção do Contrato. | Parceiro Público | Inclusão de cláusula prevendo (i) a responsabilidade do Poder Público. (ii) o ressarcimento do Concessionário em razão do passivo ambiental; (iii) e/ou casos de responsabilidade civil que tenham como causa fato anteriores à Concessão. |

| RISCO | ALOCÇÃO | MECANISMO DE MITIGAÇÃO |
|--|-------------------------|--|
| Responsabilidade pelos ativos até a Data de Assunção | Parceiro Público | Inclusão de cláusula prevendo (i) que a infraestrutura existente encontra-se instalada e funcionando de acordo com a legislação aplicável e (ii) que eventuais ilegalidades encontradas resultarão em ressarcimento do Concessionário pelos valores despendidos para a correção. |
| Mudanças das especificações técnicas da parceria a pedido da Concessionária. | Compartilhado | Adoção do procedimento e das condições mínimas para a revisão e aprovação das solicitações de alteração das especificações técnicas; Previsão contratual de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. |
| Eventual incapacidade da indústria em fornecer os bens e insumos necessários à prestação dos serviços. | Compartilhado | Adoção de medidas de eficiência na gestão do negócio. Busca de bens e insumos no mercado estrangeiro, decorrente de caso fortuito ou força maior, com recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Revisão dos prazos e cronogramas contratuais. |
| Expansão do parque de iluminação pública acima do previsto. | Parceiro Público | Processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. |
| Modificação da legislação tributária ou Decisão judicial | Parceiro Público | Prever o reequilíbrio econômico-financeiro, salvo Imposto e Contribuição sobre a Renda. |
| Alterações de obrigações: imposição unilateral do Poder Público ou Poder Concedente de novas obrigações ou alteração das inicialmente previstas no Contrato que provoquem impacto nos custos e encargos do Concessionário, inclusive a implantação de nova tecnologia. | Parceiro Público | (i) o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato e (ii) o pagamento direto ao Concessionário, tendo como base os valores por ela fixados. |
| Necessidade de revisão do convênio de arrecadação da COSIP entre Município e Distribuidora de Energia Elétrica. | Parceiro Público | (i) possibilidade de postergação dos investimentos; (ii) continuidade dos serviços essenciais; (iii) reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. |
| Inadimplemento pelo Poder Público - descumprimento das obrigações contratuais, tais como: inadimplemento do pagamento da contraprestação pecuniária ou ao descumprimento de prazos previstos no Contrato e imputados ao Poder Concedente. | Parceiro Público | (i) a execução da garantia pública constituída em favor do Concessionário; (ii) o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. |
| Disputas/Controvérsias entre as partes. | Compartilhado | Cláusula contratual de Verificador Independente, arbitragem e mediação entre as partes. |
| Greve dos funcionários da Concessionária, terceirizados ou subcontratados. | Parceiro Privado | Adoção de planos contra greves de seus colaboradores, terceirizados ou subcontratados. |

| RISCO | ALOCACÃO | MECANISMO DE MITIGAÇÃO |
|---|-------------------------|---|
| Caso fortuito e força maior: interrupção na prestação dos serviços ou danos causados por eventos caracterizados como caso fortuito ou força maior por eventos verificados em dias atípicos. | Compartilhado | Prever (i) exclusão de responsabilidade do Concessionário quando relacionado ao desempenho da prestação dos serviços; (ii) obrigação de o Concessionário arcar com a substituição por ano de um número de postes, luminárias, transformadores e condutores fixados contratualmente, em caso de danos aos bens da Concessão; (iii) obrigação de contratação de seguros pelo Concessionário para os riscos usuais (e.g. incêndio no CCO). |
| Atos de Terceiros: Interrupção na prestação dos serviços ou danos em decorrência de Atos de Terceiro (vandalismo, roubo, furto, interrupção do fornecimento de energia elétrica por terceiros ou quaisquer outros atos de terceiros) que impeçam, parcial ou integralmente, a prestação do serviço de iluminação pública, incluindo a má qualidade no fornecimento de energia ou a sua inadequação aos parâmetros para a prestação adequada dos serviços pelo Concessionário. | Compartilhado | Inclusão de cláusula prevendo (i) exclusão de responsabilidade pela suspensão do fornecimento, em atenção ao desempenho do Concessionário; (ii) a obrigação de o Concessionário arcar com a substituição por ano de um número limite de postes, luminárias, transformadores e condutores, em caso de danos aos bens da Concessão.(iii) recomposição do equilíbrio econômico-financeiro quando o custo for superior à verba de contingência prevista para atender casos de acidentes, vandalismo, furtos, Caso Fortuito, Força Maior ou atos de terceiros; |
| Riscos Trabalhistas e demais encargos: obediência à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, encargo fiscal e comercial. | Parceiro Privado | Prever cláusula isentando o Poder Público de eventuais pleitos trabalhistas de funcionários da Concessionária. |
| Ações judiciais movidas por terceiros por fato gerador posterior à Data de Assunção. | Parceiro Privado | Observância à legislação e normas vigentes. |
| Alteração legislativa, decisão judicial ou administrativa que impacte, impeça ou impossibilite a CONCESSIONÁRIA de prestar integral ou parcialmente os Encargos, ou que interrompa ou suspenda o reajuste ou pagamento da Contraprestação Mensal, a constituição, a reposição ou a substituição da Garantia Pública, exceto nos casos que a CONCESSIONÁRIA houver dado causa a tal decisão; e | Parceiro Público | Prever cláusula de reequilíbrio do contrato |
| Receitas acessórias | Compartilhado | Prever Cláusula com definição do critério de compartilhamento |
| Alteração das normas técnicas aplicáveis aos serviços que são objeto deste CONTRATO e que onerem a CONCESSIONÁRIA. | Parceiro Público | Prever cláusula de reequilíbrio do contrato |
| Licenciamento e autorizações: atraso em liberação de licenças e autorizações a serem emitidas pela(s) Concessionária de Distribuição de EE ao Parceiro Privado. | Compartilhado | Inclusão de cláusula prevendo (i) penalidades; (ii) reequilíbrio econômico-financeiro do contrato; e, (iii) a revisão dos prazos e cronogramas contratuais. |

| RISCO | ALOCÇÃO | MECANISMO DE MITIGAÇÃO |
|--|----------------------|---|
| Interferências nas unidades de iluminação pública com as demais concessionárias de serviços públicos que compartilhem dos postes ou em razão da presença de arborização. | Compartilhado | Impacto nos indicadores de qualidade dos serviços e consideração dos custos das medidas saneadoras para efeitos de revisão. |



CONCORRÊNCIA Nº03/2026

ANEXO IX
PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL

1. INTRODUÇÃO

Este Anexo apresenta o plano de negócio referencial desenvolvido para avaliação da viabilidade de implantação do projeto através da modalidade de concessão à iniciativa privada e para a definição do valor máximo da Contraprestação Pecuniária para balizamento das ofertas dos proponentes. Importante mencionar que o estudo é estritamente referencial, sendo que cabe aos licitantes a responsabilidade por suas próprias projeções econômico-financeiras não cabendo, em nenhum momento, avocar os dados ora apresentados para eventuais pleitos de revisão da proposta ou do contrato.

Para consolidação deste Plano de Negócios, foram considerados os estudos e projetos apresentados no âmbito da MIP, com as respectivas valorações, as disposições contábeis e fiscais vigentes e as alterações promovidas nas revisões realizadas pela Prefeitura Municipal.

Esta versão considera como data base o mês de agosto de 2025.

Este Anexo também apresenta, no item 7 .as diretrizes para elaboração Plano de Negócios da Licitante a ser apresentado junto com a proposta econômica.

2. INVESTIMENTOS (CAPEX)

O *Capital Expenditure* (CAPEX) constitui-se em despesas de capital ou investimentos em bens de capitais, envolvendo todos os custos relacionados à aquisição de equipamentos e custos de instalações necessários para as soluções do empreendimento.

2.1. CAPEX INICIAL

O valor estimado do CAPEX, previsto no período de implantação do Contrato é de **R\$ 12.125.540,96 (doze milhões, cento e vinte e cinco mil, quinhentos e quarenta reais e noventa e seis centavos)**, discriminado por atividade econômica, conforme as tabelas a seguir:

Tabela 1: CAPEX inicial para Implantação das Soluções – (em R\$ mil, em termo reais)

| Investimentos | Inicial |
|---------------------------|----------------------|
| Luminárias LED | R\$ 3.805,88 |
| Melhoria de Rede | R\$ 1.783,78 |
| Telegestão | R\$ 5.238,52 |
| CCO | R\$ 156,96 |
| Iluminação de Destaque | R\$ 286,52 |
| Cadastro e Projetos | R\$ 278,87 |
| Despesas Pré-Operacionais | R\$ 575,00 |
| Total | R\$ 12.125,54 |

2.2. CAPEX AO LONGO DA CONCESSÃO

Em virtude da vida útil da estrutura física, materiais e equipamentos há de se considerar a realização de reinvestimentos durante o período de Concessão, conforme estabelecido ANEXO I- PROJETO BÁSICO. Sendo assim, a Tabela abaixo expõe estes novos investimentos discriminados por ano, em valor presente:

Tabela 2: CAPEX ao longo da Concessão – (em R\$ mil, em termo reais)

| Ano | Luminárias LED | Melhoria de Rede | Telegestão | CCO | Iluminação de Destaque | Cadastro e Projetos | Despesas Pré-Operacionais | Total |
|-----|----------------|------------------|------------|-----|------------------------|---------------------|---------------------------|--------|
| 1 | 3.806 | 1.784 | 5.239 | 157 | 287 | 279 | 575 | 12.126 |
| 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 6 | 3.766 | 0 | 0 | 30 | 0 | 0 | 0 | 3.797 |
| 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 11 | 0 | 0 | 0 | 106 | 0 | 0 | 0 | 106 |
| 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 13 | 2.664 | 0 | 5.239 | 0 | 287 | 0 | 0 | 8.189 |
| 14 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 15 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 16 | 0 | 0 | 0 | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| 17 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 18 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 19 | 2.636 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.636 |

| | | | | | | | | |
|--------------|---------------|--------------|---------------|------------|------------|------------|------------|---------------|
| 20 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 21 | 0 | 0 | 0 | 106 | 0 | 0 | 0 | 106 |
| 22 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 23 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 24 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 25 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 12.873 | 1.784 | 10.477 | 430 | 573 | 279 | 575 | 26.990 |

O investimento total estimado, no decorrer do prazo de Concessão de 25 (vinte e cinco) anos, é de **R\$ 26.990.238,48**.

3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (OPEX)

Os custos operacionais e despesas operacionais previstos consideram todos os serviços necessários ao cumprimento do objeto da Concessão, para administração, operação e manutenção do sistema, das luminárias LED e da rede de Telegestão.

Estes custos incluem gastos com: pessoal; instalações; equipes de técnicos eletricitas; reparação de falhas; reposição de materiais; manutenção de veículos usados pelo pessoal de campo; assim como o seu combustível, gastos com seguros e garantias exigidos.

São apropriadas, ainda, as despesas com: auditoria; serviços contábeis; advocatícios; descontaminação de lâmpadas e operação e manutenção. A Licitante deverá considerar nos serviços de terceiros os valores para contratação de Verificador Independente de R\$ 10.000,00 e custos com a Conta Vinculada e Garantia de R\$ 2.000,00.

Os valores dos grupos de custos mencionados, relacionados com a operação da Concessão, estão detalhados na tabela a seguir:

Tabela 3: OPEX ao longo da Concessão – (em R\$ mil, em termo reais)

| Ano | Energia Elétrica | Materiais de Manutenção | Manutenção e Operação | CCO | Seguros e Garantias | Administrativo da SPE | Serviços de Terceiros | Total |
|-----|------------------|-------------------------|-----------------------|-----|---------------------|-----------------------|-----------------------|-------|
| 1 | 2.515 | 357 | 484 | 272 | 89 | 467 | 234 | 4.417 |
| 2 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 3 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 4 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 5 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 6 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 7 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 8 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 9 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 10 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 11 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 12 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 13 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |

| | | | | | | | | |
|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| 14 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 15 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 16 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 17 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 18 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 19 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 20 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 21 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 22 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 23 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 24 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| 25 | 1.335 | 276 | 484 | 272 | 41 | 467 | 234 | 3.108 |
| Total | 34.547 | 6.982 | 12.093 | 6.799 | 1.062 | 11.665 | 5.855 | 79.004 |

O valor total previsto dos custos operacionais e despesas administrativas, ao longo do contrato, é de **R\$ 79.003.982,43**.

4. TRIBUTOS E IMPOSTOS

Tendo por base na legislação vigente as alíquotas consideradas no estudo, referentes ao IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica); CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), bem como as incidências sobre as receitas do PIS (Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público), da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e do ISS (imposto sobre serviços de qualquer natureza), estão demonstradas a seguir:

Tabela 4: Tributos incidentes

| Item | Alíquotas |
|---|------------|
| IRPJ | 15,00% |
| Adicional de IR (acima de R\$ 240.000,00) | 10,00% |
| CSLL | 9,00% |
| PIS | 7,60% |
| COFINS | 1,65% |
| ISS | Não incide |

Alíquota do ISS não incide sobre a atividade da concessão de iluminação pública propriamente dita, por ausência de previsão legal para tanto, haja vista que o rol Lista de Serviços da Legislação do ISS Municipal não possui esta atividade. Caso haja mudança na Legislação para cobrança do ISS sobre a concessão de iluminação pública, será tratado nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5. CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL (WACC)

Para definição da taxa de desconto, foi utilizada a metodologia aplicada mundialmente na análise de viabilidade de projetos, intitulada de Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), onde são avaliados os parâmetros para composição da fórmula abaixo:

$$WACC = Ke \times \left(\frac{E}{D + E} \right) + Kd \times \left(\frac{D}{D + E} \right) \times (1 - T)$$

- **Total de Capital Próprio (Equity – E) e Total de Dívida (Debt – D):** juntas estas premissas definem a estrutura de capital do projeto que representa o índice de endividamento da Concessionária, ou seja, o percentual do capital necessário obtido junto a terceiros e a parte que será mantida com capital próprio;
- **Custo de Capital Próprio (Ke):** representa o custo para a Concessionária financiar o projeto com capital próprio, ou seja, qual a taxa de retorno esperada pelos acionistas ao investirem neste projeto;
- **Custo de Capital de Terceiros (Kd):** representa o custo para a Concessionária financiar o projeto com capital de terceiros, obtido através de empréstimos junto a bancos privados, públicos, emissão de debêntures e outras formas de financiamentos;
- **Alíquota dos Impostos sobre Renda (T):** valor definido atualmente em 34% no Brasil

Para o cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital são utilizados dados do mercado global – por se tratar do padrão adotado em projetos de infraestrutura para estimativa do WACC –, possibilitando a adoção de índices de referência conhecidos e de amplo acesso, o que facilita a replicação dos cálculos detalhados nessa metodologia, bem como torna o trabalho de atualização dos cálculos dos parâmetros sujeito a uma menor discricionariedade.

5.1. Estrutura de Capital para cálculo de WACC

Para a definição da estrutura de capital do projeto foi considerada uma alavancagem de 70%, conforme premissas de financiamento do mercado de IP, o que representa que 70% dos investimentos previstos para a fase de modernização poderão, a critério da Concessionária, ser custeados com capital de terceiros e 30% com capital próprio.

5.2. Capital Próprio

O Custo de Capital Próprio é calculado pelo método CAPM (sigla para “*Capital Asset Pricing Model*”), o qual se define pela seguinte fórmula:

$$Ke = Rf + \beta_{alav} \times (Rm - Rf) + Rp$$

- **Taxa Livre de Risco Estrutural (Rf):** é a taxa que representa o retorno histórico do ativo livre de risco.
- **Taxa de Retorno do Mercado Maduro (Rm):** taxa que representa o retorno histórico de mercado acionário maduro.
- **Prêmio pelo Risco de Mercado (Rm – Rf):** taxa representada pela diferença entre a taxa de retorno do mercado e a taxa livre de risco.
- **Prêmio de Risco Brasil (Rp):** taxa que reflete o risco do projeto realizado dentro do território nacional.

- **Taxa de Inflação EUA (i):** taxa de inflação americana para ajustar o K_e calculado em termos nominais (K_{eN}) para o seu valor em termos reais (K_{eR}).
- **Beta (β):** medida de risco do setor em relação ao mercado de capitais como um todo. Esta variável ajusta a taxa encontrada para o Prêmio pelo risco de Mercado ($R_m - R_f$) de forma específica para cada projeto. Um beta (desalavancado) menor que 1,0 significa que os retornos das ações de determinada empresa são menos voláteis do que os retornos da média do mercado. Portanto, são menos arriscadas. O raciocínio oposto pode ser aplicado, de modo que um Beta (desalavancado) maior que 1,0 representa uma empresa com retorno mais volátil do que a média do mercado.

5.3. Capital de Terceiros (K_d)

O Custo de Capital de Terceiros varia drasticamente, a depender de variáveis como a participação de bancos, percepção do mercado, emissão de debêntures, dentre outros. Para este estudo, foi utilizada a taxa real obtida através dos juros informados pela linha de crédito do BNDE Finem – Meio Ambiente – Eficiência Energética. Considerando-se o custo após impostos, foi obtido o valor final para o Custo de Capital de Terceiros o percentual de 7,85% real.

5.4. WACC Calculado

Tabela 5 – Custo Médio Ponderado de Capital

| Parâmetros | Metodologia | Valores |
|--|--|---------|
| Beta [β] | Beta para o setor de Engenharia e Construção de mercados emergentes. | 2,2098 |
| Taxa Livre de Risco [R_f] | A Taxa Livre de Risco foi calculada como o bônus do governo dos EUA com prazo de vencimento de dez anos (US T-Bond 10 years) entre (ano inicial e ano final). Utilizou-se a média aritmética dos últimos 25 anos entre (ano inicial e ano final) | 4,27% |
| Prêmio de Risco de Mercado [$R_m - R_f$] | Taxa de Retorno de Mercado menos a taxa livre de risco. | 5,33% |
| Taxa de Retorno de Mercado [R_m] | Taxa média de retorno do índice S&P500 (média aritmética dos últimos 5 anos do índice) | 8,42% |
| Taxa Livre de Risco Estrutural [R_f^*] | Variação mensal do US Treasury bond de 10 anos seguindo o mesmo período do R_m , dos últimos 5 anos. | 3,10% |
| Prêmio de Risco Brasil [R_p] | Prêmio conforme indicador EMBI+, que representa o desempenho dos títulos do Brasil em relação aos títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Utilizou-se a média aritmética dos últimos 25 anos entre (ano inicial e ano final). | 3,14% |

| | | |
|---|--|---------------|
| Diferencial de Inflação (I) | Calculado a partir da inflação brasileira e americana. | 2,56% |
| Inflação Americana [iUS] | Média do CPI (Consumer Price Index) projetado para o ano inicial da PPP. | 2,25% |
| Inflação Brasileira [iBR] | Média do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) projetado para o ano inicial da PPP. | 4,86% |
| CAPM Nominal (KeN) (em US\$) | | 19,18% |
| CAPM Nominal (KeN) (em R\$) | | 22,22% |
| CAPM Real (KeR) (em R\$) | | 16,56% |
| Custo bruto da dívida (Kb Real) | BNDES Finem - Meio Ambiente - Eficiência Energética | 11,90% |
| Alíquota de imposto de renda (t) | | 34,00% |
| Custo de Capital de Terceiros Real (Kd Real) | | 7,85% |
| Custo de Capital Próprio Real (Ke) | | 16,56% |
| % Participação de Capital Próprio | | 30,00% |
| Custo de Capital de Terceiros Real (Kd) | | 7,85% |
| % Participação de Capital de Terceiros | | 70,00% |
| Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) | | 10,46% |

Como resultado, tivemos o **WACC de 10,46%** para o projeto em questão. Essa taxa está em linha com projetos de mercado como PPP de Nova Friburgo/RJ com taxa de 10,29% e PPP de Botucatu/SP com taxa de 10,05%, com estudos já publicados em consulta pública.

6. REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

O valor calculado para a Contraprestação Mensal Máxima é de **R\$ 487.873,68 (quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos)** referenciado à data-base do projeto.

Durante o primeiro ano de concessão, a Contraprestação Mensal será de 70% do valor da Contraprestação Mensal Máxima, prazo este para que a Concessionária deverá realizar operação e manutenção do parque e concluir os investimentos previstos no contrato. O percentual de 70% corresponde aos custos e despesas operacionais, incluindo o pagamento da fatura de energia elétrica, da Concessionária em relação a Contraprestação Mensal Máxima.

Tabela 6: Contraprestação Máxima

| Ano | Fator | Contraprestação Mensal Máxima | Contraprestação Anual Máxima |
|-----|---------|-------------------------------|------------------------------|
| 1 | 70,00% | 370.784,00 | 4.449.407,96 |
| 2 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 3 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 4 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 5 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 6 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 7 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 8 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 9 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 10 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 11 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 12 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 13 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 14 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 15 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 16 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 17 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 18 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 19 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 20 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 21 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 22 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 23 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 24 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |
| 25 | 100,00% | 487.873,68 | 5.854.484,16 |

| | |
|-------|----------------|
| Total | 144.957.027,80 |
|-------|----------------|

O valor total estimado para o contrato de Concessão é de **R\$ 144.957.027,80 (cento e quarenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, vinte e sete reais e oitenta centavos)** para 25(vinte e cinco) anos de concessão.

7. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS DA LICITANTE

O objetivo deste capítulo é estabelecer as Diretrizes do Plano de Negócios a ser entregue pela Licitante na proposta comercial para validação da sua oferta. A apresentação incorreta do Plano de Negócios poderá acarretar a desclassificação da Licitante.

Além da descrição detalhada do Plano de Negócios, a Licitante deverá apresentar planilhas com Quadros Financeiros.

7.1. Condições Gerais do Plano de Negócios

O Plano de Negócios a ser elaborado é de exclusiva responsabilidade da Licitante e deverá ser consistente, em si e com a Proposta de Preço, e suficientemente claro quanto às diretrizes adotadas.

O PLANO DE NEGÓCIOS deverá conter o detalhamento das premissas utilizadas na sua elaboração.

Na elaboração do Plano de Negócios, a Licitante deverá observar as disposições do Edital de Licitação e seus Anexos, a minuta do Contrato e as diretrizes expostas neste Anexo.

O Plano de Negócios deverá ser apresentado impresso, com todas as folhas numeradas e rubricadas, em ordem sequencial crescente a partir de 1 (um). As planilhas financeiras incluídas no Plano de Negócios deverão ser fornecidas em arquivos em meio magnético, gravados em arquivos padrão PDF (Adobe Acrobat) e em planilha eletrônica editável e compatível com Microsoft Excel, incluindo sua formulação matemática, vínculos e macros de forma aberta, passível de verificação, mediante a apresentação de todos os dados, fórmulas e cálculos realizados que resultaram no fluxo de caixa das projeções financeiras, para possibilitar a análise e a consistência dos cálculos. Ocorrendo divergência entre valores indicados na planilha impressa e aqueles constantes da planilha em meio magnético, prevalecerão aqueles da planilha impressa.

Deverão ser observados os princípios fundamentais de contabilidade aceitos no Brasil e submetidos ao regime da Lei Federal 6.404/76 e alterações posteriores, especialmente as introduzidas pela Lei 11.638/2007, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade convergidas às normas internacionais, mediante a aplicação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, especialmente o IFRIC12 e ICPC01, além das disposições da legislação fiscal vigente, incluindo as instruções normativas SRF nº 162, de 31/12/1998 e nº 130, de 10/11/1999, referentes à amortização e depreciação dos investimentos.

A Licitante deverá realizar as projeções em moeda constante (não considerar a inflação).

O Plano de Negócios deverá ser apresentado em milhares de Reais (R\$1.000), com periodicidade anual.

A Licitante deve considerar, por ocasião da elaboração do Plano de Negócios:

- O regime fiscal vigente na data de entrega das propostas;

A Licitante deve expressar todos os valores em Reais (R\$) referidos à data base de dezembro de 2025.

O Plano de Negócios deve ser estruturado por ano concessão e deve considerar todos os encargos previstos neste Edital e seus Anexos.

7.2. Diretrizes para o Plano de Negócios

No Plano de Negócios deverão ser informadas as premissas que constituirão os demonstrativos financeiros, contendo as hipóteses sobre as quais eles foram baseados. Para auxiliar o processo descritivo e de apresentação desses demonstrativos, a Licitante deverá preencher planilhas com quadros financeiros.

7.2.1. Receitas e Tributos

a) Receitas

A Licitante deverá informar e detalhar as receitas previstas:

- CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, observadas, em especial, as variações anuais até o valor máximo a partir do prazo de modernização, considerando o início dos serviços de manutenção e operação, sem descontos referentes aos Indicadores de Qualidade e Desempenho;
- As receitas financeiras oriundas de aplicações ou outras operações financeiras.

b) Tributos

- A Licitante deverá informar e detalhar os tributos que incidirão sobre os itens de receitas, seu regime de tributação, base de cálculo e alíquotas.

7.2.2. Despesas Operacionais

Descrever o modelo de custos da SPE, a nível de orçamento sintético com quantidades e preços unitários, detalhando:

- a) Custos operacionais
- b) Custos administrativos
- c) Depreciação e amortização:

- Detalhar as despesas com amortização do ativo financeiro, além das despesas com depreciação.

7.2.3. Investimentos e Imobilizado

Descrever os investimentos previstos para a implantação do projeto, com o detalhamento dos investimentos a serem realizados a nível de orçamento sintético com quantidades e preços unitários e cronologia de implantação;

7.2.4. Plano de Garantias e Seguros

Detalhar as garantias e seguros contratados, para atender as exigências contratuais, durante a fase de modernização e durante a fase de operação e manutenção, com a indicação das condições, características de cada produto e custos.

7.2.5. Despesas Pré-Operacionais

Descrever as despesas pré-operacionais da SPE, que ocorrerão antes do início da implantação do objeto do escopo do projeto.

7.2.6. Fluxo de Caixa

A Licitante deverá projetar o Fluxo de Caixa do Projeto (SPE desalavancado) e o Fluxo de Caixa do Acionista (SPE alavancado), compatível com as premissas adotadas no Plano de Negócios. Deverá ser calculada a Taxa Interna de Retorno para o Fluxo de Caixa do Projeto e para o Fluxo de Caixa do Acionista.

7.2.7. Demonstrações Contábeis da SPE conforme as regras do ICPC01

A Licitante deverá apresentar de forma sintética, porém detalhando os valores referentes a:

- a) A Demonstração de Resultados da SPE anual projetados para cada ano do CONTRATO durante toda a Concessão.
- b) O Balanço Patrimonial da SPE anual projetados para cada ano do Contrato durante toda a Concessão.
- c) A Demonstração do Fluxo de Caixa da SPE anual projetados para cada ano do CONTRATO durante toda a Concessão.